

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Mayara Spinace Costacurta

**Participação Política das mulheres: do âmbito partidário ao
comportamento legislativo**

SÃO CARLOS, SP
2016

**Participação Política das mulheres: do âmbito partidário ao
comportamento legislativo**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Mayara Spinace Costacurta

**Participação Política das mulheres: do âmbito partidário ao
comportamento legislativo.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas, da Universidade Federal de São Carlos, como requisito parcial para qualificação no Curso de Mestrado em Ciências Políticas.

Área de concentração: Partidos Políticos, Eleições e Mídia.

Orientadora: Prof^a Dra. Maria do Socorro Sousa Braga

SÃO CARLOS
2016

Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da Biblioteca Comunitária UFSCar
Processamento Técnico
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C837p Costacurta, Mayara Spinace
Participação política das mulheres : do âmbito
partidário ao comportamento legislativo / Mayara
Spinace Costacurta. -- São Carlos : UFSCar, 2016.
145 p.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de
São Carlos, 2015.

1. Representação política. 2. Legislativo. 3.
Partidos políticos. 4. Mulheres. I. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Mayara Spinace Costacurta, realizada em 23/06/2015:

Profa. Dra. Maria de Socorro Sousa Braga
UFSCar

Prof. Dr. Pedro José Floriano Ribeiro
UFSCar

Profa. Dra. Claudirene Aparecida de Paula Bandini
PUC-SP

*A todas as mulheres e homens que defendem a
igualdade de gênero. Para que sempre haja luta
e busca pelo direito de ser o que a mulher quiser
mesmo em “tempos de: bela, recata e do lar”.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter feito de minhas escolhas oportunidades de conquista pessoal e profissional.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa concedida durante o mestrado.

A paciência, o apoio e o incentivo da Professora Maria do Socorro Sousa Braga, a quem devo toda minha gratidão pelo apoio consentido a meus primeiros passos acadêmicos.

A Universidade Federal de São Carlos pela oportunidade de descobrir através dos professores de ciência política uma paixão pela pesquisa e pelo que a academia representa.

A minha família pelo apoio incansável a minha mãe, meu pai e meu irmão pelo fato de me ajudarem nas horas difíceis e pela paciência e o amor. Aos meus avôs pela família maravilhosa que construíram.

Também a todos os amigos que contribuíram nesses maravilhosos anos para a construção do que sou hoje, de minhas pesquisas e em especial a todos que me ajudaram direta ou indiretamente.

“Eu gostaria muito que os pais e as mães das meninas pudessem olhar hoje nos olhos delas e dizer: ‘Sim, a mulher pode’. A minha alegria é ainda maior pelo fato que a presença de uma mulher na Presidência da República se dá pelo caminho sagrado do voto, da decisão democrática do eleitor, do exercício mais elevado da cidadania.

Por isso, registro aqui outro compromisso com meu país. Valorizar a democracia em toda sua dimensão, desde o direito de opinião e expressão até os direitos essenciais, básicos, da alimentação, do emprego, da renda, da moradia digna e da paz social.”

Dilma Rousseff

RESUMO

As mulheres são maioria na população e no número de eleitoras e desde o fim dos anos 90 elas reconhecidamente estão sendo paulatinamente inseridas no universo da política. Portanto conhecer e entender a participação e a representação feminina na política tornou-se fundamental. Buscando tal entendimento este trabalho investigou o desempenho das mulheres que conseguem se eleger para o cargo de deputada federal pelos seguintes partidos: PT, PSDB, PMDB e DEM/PFL entre a 50ª e à 54ª legislatura, entre 1994 e 2010. Teve como objetivo identificar se os partidos poderiam afetar o potencial elegível e propositivo das mulheres no legislativo brasileiro. Buscou-se dessa forma responder a duas hipóteses. A primeira verificou se homens e mulheres apresentam semelhanças entre os seus perfis sócio – econômicos e quanto a características políticas como permanência em legendas e trajetória política, buscando vínculos familiares, movimentos sociais ou participação na fundação do partido. A segunda hipótese investigou se o comportamento propositivo de homens e mulheres possuem semelhanças. Os dados que permitiram tais conclusões foram coletados com base nas informações disponíveis no site da Câmara dos Deputados. As proposições e projetos de lei foram analisados com base em uma adaptação do modelo metodológico e categórico de FEITOSA e MIGUEL (2009) sendo categorias: *Soft, Middle e Hard*. Os resultados encontrados foram comparados em relação ao gênero e aos partidos. Alguns dos resultados encontrados apontaram que o perfil político de mulheres no PT apresenta menor dependência de capital familiar para se elegerem do que as mulheres dos demais partidos. O fator de maior relevância quanto ao comportamento encontrado consiste no fato de que as mulheres começaram a inserir parente na política caminho inverso ao comum. Em relação a proposições e projetos de lei percebeu-se que as mulheres apenas com trajetórias mais longas conseguem propor de fato mais projetos com temáticas Hard, que promovam alterações de grande escala como é o caso das reformas.

PALAVRAS-CHAVE: Representação Política – Legislativo – Partidos Políticos- Mulheres

ABSTRACT

The majority of the population and the number of the voters are woman, which since the nineties have been gradually inserted in the politician universe. Therefore, known and understand the female political participation and representation is fundamental. In order to have this understanding, this research investigated the performance of the women that can be elected to the office of Congresswoman by the political parties PT, PSDB, PMDB and DEM/PFL between the 50th and the 54th legislature, among 1994 and 2010. Our goal were to identify if the political parties could affect the eligible potential and propositional of the Brazilian legislature women. With this methodology, we aimed to answer two hypothesis. The first verified if man and woman have similarities between their socio-economic profiles and regarding their politician characteristics, suchlike time of stay in political legends and history, looking for family ties, social movements or participation in the foundation of the political party. The second hypothesis investigated if the propositional behavior of man and woman have similarities. The data which allowed the conclusions were collected based on information available in the site of the House of Representatives. The propositions and law projects were analyzed based on an adaptation of the methodology model and categorical of FEITOSA and MIGUEL (2009) being Soft, Middle and Hard the categories. The founded results were compared in relation of gender and the political parties. Some results pointed that the politician profile of woman on PT present less dependency of family capital to be elected that woman of the others political parties. The most relevant factor regarding the founded behavior is the fact that woman started to insert relatives in the politician, reverse path to the common. Respecting to the propositions and law projects we perceived that woman with just longer trajectories can the fact propose more projects with Hard themes, which will promote big scale changes as the case of reforms.

KEYWORDS: Political Representation – Legislative – Political Parties - Woman

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Número de mulheres eleitas para cargo de Deputada Federal entre 1994 e 2010 em relação aos partidos analisados	47
Gráfico 2: Número de vezes e percentual que mulheres e homens se elegeram pelo PT	78
Gráfico 3: Número de vezes e percentual que mulheres e homens se elegeram pelo PMDB	83
Gráfico 4: Número de vezes e percentual que mulheres e homens se elegeram pelo PSDB	88
Gráfico 5: Número de vezes e percentual que mulheres e homens se elegeram pelo PFL-DEM	92
Gráfico 6: Número de vezes em percentual que mulheres e homens se elegeram considerando os quatro partidos analisados	97
Gráfico 7: Percentual comparado entre homens e mulheres e o teor de suas PEC`s por partido de 1994 2010	111
Gráfico 8: Percentual comparado entre homens e mulheres e o teor de suas PL`s por partido de 1994 2010	115
Gráfico 9: Percentual comparado entre deputados e partidos em Comissões Permanentes	118
Gráfico 10: Percentual comparado entre deputados, partidos e a participação em Comissões Externas e Especiais	121
Gráfico 11: Percentual comparado entre deputados e deputadas, partidos e a participação em CPT`s	124

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Número de candidaturas lançadas e número de eleitas entre 1994 e 2010.	50
---	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Quadro resumo referente a aspectos principais dos deputados e deputadas federais eleitos pelo PT	74
Figura 2- Quadro resumo referente a aspectos principais dos deputados e deputadas federais eleitos pelo PMDB	80
Figura 3- Quadro resumo referente a aspectos principais dos deputados e deputadas federais eleitos pelo PSDB	85
Figura 4- Quadro resumo referente a aspectos principais dos deputados e deputadas federais eleitos pelo PFL - DEM	89
Figura 5- Quadro resumo referente a aspectos principais das deputadas federais do PT, DEM, PMDB e PSDB	95

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Campanha Mulheres Sem Medo do Poder	19
Imagem 2: Campanha Mais Mulheres no Poder: Eu assumo este compromisso	19
Imagem 3: Referente ao conteúdo da mídia feminina do PSDB	61
Imagem 4: Página do DEM Mulher	70
Imagem 5: Página do PSDB Mulher	71
Imagem 6: Página do PT Mulher e PT Mulher Rio Grande do SUL	71
Imagem 7: Página do PMDB Mulher	72

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Número de PEC's de autoria ou coautoria das mulheres segundo seus partidos políticos, entre 1994 e 2010_____	109
Tabela 2: Número de PL's de autoria ou coautoria das mulheres segundo seus partidos políticos, entre 1994 e 2010_____	114
Tabela 3: Ocupação das mulheres em comissões permanentes em relação às temáticas_____	117
Tabela 4: Participação das mulheres em comissões especiais e externas em relação às temáticas_____	120
Tabela 5: Participação das mulheres em CPT's, de 1994 a 2010 _____	123

LISTA DE SIGLAS

CPI: Comissão Parlamentar de Inquérito

DEM: Democratas

MDB: Movimento Democrático Brasileiro

PC do B: Partido Comunista do Brasil

PDT: Partido Democrático Trabalhista

PDS: Partido Democrático Social

PFL: Partido da Frente Liberal

PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMN: Partido da Mobilização Nacional

PP: Partido Progressista

PPR: Partido Republicano Progressista

PPS: Partido Popular Socialista

PR: Partido da República

PSB: Partido Socialista Brasileiro

PSC: Partido Social Cristão

PSD: Partido Social Democrático

PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira

PSOL: Partido Socialismo e Liberdade

PT: Partido dos Trabalhadores

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro

PT do B: Partido Trabalhista do Brasil

PTC: Partido Trabalhista Cristão

PV: Partido Verde

PEC: Projeto de Emenda Constitucional

PL: Projeto de Lei

TSE: Tribunal Superior Eleitoral

Sumário

Resumo	9
Abstract	10
Lista de Gráficos	11
Lista de Quadros	12
Lista de Figuras	12
Lista de Imagens	12
Lista de Tabelas	13
Lista de Siglas	14
Introdução	17
Capítulo 1. Representação e participação: as mulheres na política	24
1.1 A representação segundo a teoria das elites	26
1.2. A representação feminina	31
1.3 A estruturação da representação feminina no Brasil	37
1.4 Conclusões	51
Capítulo 2. Breve reflexão sobre o sistema político e os partidos políticos no Brasil	53
2.1 Aspectos ideológicos e organizacionais que atuam diretamente na questão da elegibilidade feminina	58
2.2 Sistema eleitoral de lista aberta	62
2.3 Análises comparativas entre gêneros e respectivos partidos políticos: o perfil sócio – político	68
2.3.1 Perfil político, econômico e social dos deputados e deputadas eleitos pelo PT	73
2.3.2 Perfil político, econômico e social dos deputados e deputadas eleitos pelo PMDB	79
2.3.3 Perfil político, econômico e social dos deputados e deputadas eleitos pelo PSDB	84

2.3.4 Perfil político, econômico e social dos deputados e deputadas eleitos pelo DEM/PFL _____	88
2.3.5 Perfil comparativo das deputadas eleitas _____	92
2.4 Conclusões _____	98
Capítulo 3. A capacidade propositiva das mulheres na Câmara dos Deputados _____	101
3.1 Breve reflexão sobre o processo propositivo para a criação de projetos- PEC e PL _____	103
3.2 A mulher e o processo legislativo _____	105
3.3 Análise comparativa da capacidade propositiva feminina _____	108
3.4. Conclusões _____	125
Capítulo 4. Considerações Finais _____	127
Referências Bibliográficas _____	132
Anexo 1 _____	139
Anexo 2 _____	142

Introdução:

Há mais de 80 anos as mulheres conquistaram o direito de expressarem, a partir do voto¹, seu papel como cidadãs brasileiras. Neste mesmo período elege-se a primeira representante mulher para a Câmara dos Deputados² no Brasil, a primeira também no contexto latino americano. Avanços e retrocessos marcam a história e o processo de transformação da presença feminina no ambiente político.

Dificuldades históricas e sociais são inerentes ao processo de incorporação feminina na política. Em uma sociedade historicamente de raízes patriarcais e onde prioritariamente política se restringia a um assunto masculino, tem-se paulatinamente aberto canais permeáveis à participação e a representação política feminina.

Demandas criadas por feministas e uma série de grupos que apoiam a igualdade e o empoderamento³ das mulheres veem acentuando a cobrança por mais participação da mulher na vida política e em diversos segmentos sociais. A busca por maior igualdade de condições entre homens e mulheres permite que atualmente mais do que exercerem apenas o direito de votar, elas possam ser votadas, expandindo assim suas expectativas e ambições por um lugar na vida pública. A nova perspectiva cobra para além do direito de votar a possibilidade de ser votada e eleita.

Em meio a uma população e um eleitorado majoritariamente feminino⁴, as transformações sociais e a busca pela maior inserção da mulher nos contextos sociais, a chegada da primeira mulher ao Executivo brasileiro em 2010, abriram ainda mais espaço para a problemática da sub-representação feminina nas agendas de pesquisa.

As cotas, o papel dos partidos na incorporação das candidaturas femininas e a participação que ainda é aquém dos níveis de paridade, pois na maioria das democracias não

¹ O voto da mulher, em 1930, era facultativo enquanto o masculino era obrigatório (AZEVEDO; RABAT, 2011).

² A primeira mulher eleita para a Câmara dos Deputados foi Carlota de Queirós, em 1932 (AZEVEDO; RABAT, 2011).

³ “Significa uma ação coletiva desenvolvida pelos indivíduos quando participam de espaços privilegiados de decisões, de consciência social dos direitos sociais. Essa consciência ultrapassa a tomada de iniciativa individual de conhecimento e superação de uma realidade em que se encontra. Empoderamento feminino, que é o empoderamento das mulheres, que traz uma nova concepção de poder, assumindo formas democráticas, construindo novos mecanismos de responsabilidades coletivas, de tomada de decisões e responsabilidades compartilhadas. O empoderamento feminino é também um desafio às relações patriarcais, em relação ao poder dominante do homem e a manutenção dos seus privilégios de gênero, é uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes a autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir.” Definição Segundo página Significados. Disponível em: <http://www.significados.com.br/empoderamento/>

⁴ Dado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Censo que ocorreu em 2010. E dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) referente ao número de eleitoras.

chega a atingir os índices mínimos propostos, São determinantes a criação de novas linhas para pesquisas referentes à posição da mulher no cenário político e a sua forma de legislar.

No Brasil os melhores resultados eleitorais femininos concentram-se nas eleições municipais (SACCHET, 2013). Mas de forma geral a representação feminina não alcança os dois dígitos quanto mais às cotas estabelecidas. Segundo dados de Souza (2013) a avaliação da União interparlamentar⁵ coloca entre os 146 países analisados o Brasil no 110º lugar na questão de inserção política por gênero.

Para a autora o resultado influenciou diretamente na postura da Secretária de Políticas para Mulheres da Presidência da República que passou a coordenar campanhas nacionais tais como: “*Mulheres Sem Medo do Poder*”, em 1996 e “*Mais Mulheres no Poder: Eu assumo este compromisso*”, em 2008. O intuito das campanhas é que apenas mediante um maior processo de empoderamento das mulheres o atual cenário da representação poderá efetivamente ser alterado.

Nas Imagens 1 e 2 podemos ver que o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CEFEMA) e a Secretaria de Políticas para as mulheres criaram material específico cujo enfoque era tratar de temas que buscam empoderar as mulheres. Tratam-se assim de temas que variam desde plataformas eleitorais, eleições municipais, licença-maternidade, objetivos do milênio, direitos das domésticas, aborto, casamento entre indivíduos do mesmo gênero, ações afirmativas, entre outros. As páginas apresentam uma série de temáticas abordadas com linguagem acessível mesmo quando tratam de projetos de lei e questões legais.

Ambas campanhas enfocam na problemática da inserção da mulher na política mas a campanha “*Mulheres Sem Medo do Poder*” chega a propor o lançamento de uma cartilha que auxiliará as mulheres que se dispuserem a entrar para a vida política.

⁵ A União Interparlamentar ou Inter- Parliamentary Union (UPI) é uma organização internacional dos parlamentos dos Estados soberanos, cujo objetivo é mediar às relações multilaterais dos parlamentares. Favorecendo contatos, trocas de experiência entre os parlamentos e examinar questões de interesse internacional, pesquisas e pronunciamentos são feitos com o intuito de suscitar uma ação dos parlamentos. A UPI atua nas áreas de: democracia representativa, paz e segurança internacional, desenvolvimento sustentável, direitos humanos, igualdade de gênero, comércio internacional e educação e ciência e cultura. Definição Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/74073.html>. Os dados referente às pesquisas da União Interparlamentar podem ser encontrados em <http://www.pnud.org.br> *apud* PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO.

Imagem 1: Referente a campanha Mulheres Sem Medo do Poder

www.cpvsp.org.br/upload/periodicos/pdf/PFEMEDF061996041.pdf



Fonte: Disponível em: <http://www.cpvsp.org.br/upload/periodicos/pdf/PFEMEDF061996041.pdf>

Imagem 2: Campanha Mais Mulheres no Poder: Eu assumo este compromisso

www4.planalto.gov.br/spmulheres/mulheres-em-pauta/boletins-do-anos-antiores/boletim-mulheres-em-pauta-ano-v-no-56

The image is a screenshot of a website page titled 'Mulheres em Pauta'. The main headline is 'Campanha "Mais Mulheres no Poder. Eu assumo este compromisso!"'. Below the headline is a small graphic with the text 'ACESSE O SITE MAIS MULHERES NO PODER eu assumo este compromisso!'. The page contains several sections of text, including 'Está na internet, desde quarta-feira (10/09), o site www.maismulheresnopoderbrasil.com.br, peça integrante da campanha "Mais Mulheres no Poder. Eu assumo este compromisso!", promovida pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e pelo Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres dos Partidos Políticos, com o apoio da SPM. O site é dinâmico, apresenta a plataforma Mais Mulheres no Poder, estudos e pesquisas, dados estatísticos, notícias, spots de rádio, etc. Confira!'. There is also a section titled 'Plataforma eleitoral I' which describes the national campaign. On the right side, there is an 'AGENDA' section with the heading 'Internacional' and text about international meetings in October. Below that is an 'ACONTECEU' section with the heading 'Retratos da desigualdade' and text about a study by SPM and Ipea.

Fonte: Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/spmulheres/mulheres-em-pauta/boletins-do-anos-antiores/boletim-mulheres-em-pauta-ano-v-no-56>

Neste contexto de mudanças sociais, históricas e políticas pela qual a mulher começa a ter sua participação valorizada no ambiente político esta dissertação reconhece que o desenho institucional do sistema político brasileiro pode influenciar não apenas nos resultados eleitorais como também nos perfis e a forma como as mulheres eleitas tendem a se comportar em suas proposições no legislativo.

Os objetivos desta dissertação são identificar a partir da lógica institucional do sistema político brasileiro como os partidos podem afetar o desempenho das mulheres no legislativo brasileiro e a busca para traçar um perfil das mulheres que se elegem. Desta forma A distinção ideológica dos partidos afetaria as temáticas propositivas das mulheres? Ou seja, o conservadorismo de alguns partidos se reproduz nas ações propositivas femininas?

Concomitantemente a esse primeiro objetivo desenvolver mecanismos que possibilitassem comparar os perfis dos homens e mulheres que se elegem como deputados federais pelos partidos em discussão. Investigar dessa forma se o comportamento propositivo e o perfil de homens e mulheres possuem ou não relação.

Para isso foram estudadas as mulheres e homens eleitos para a Câmara dos Deputados entre os anos de 1994 a 2010, 50^a à 54^a legislatura. Esse período foi escolhido, porque, abarca as incorporações das cotas de 1995, 1997 e as cotas partidárias de 2010, a alternância de dois grandes partidos no Executivo: Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), e o terceiro aspecto relevante na escolha desse período foi a eleição de Dilma Rousseff em 2010.

Respeitando os objetivos centrais esse trabalho ambiciona ainda responder as seguintes perguntas: Qual é o perfil político das mulheres que se elegem? As taxas de reeleição estabelecem algum indicativo de que o comportamento feminino possa estar vinculado a seu desempenho com as questões de gênero ou com a influência de seu partido político? O capital político, acumulado pelas candidatas que possuem trajetórias políticas mais longas garante maior chance de reeleição dentro da lógica do sistema multipartidário brasileiro?

A fim de ampliar a possibilidade de comparações entre os perfis e traçar um quadro amplo sobre a relação que se dá entre perfil e partidos políticos esse trabalho expandiu sua pesquisa. Contempla assim os dados referentes aos homens eleitos no mesmo espaço de tempo e dos mesmos partidos: Partido dos Trabalhadores (PT), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), e o Partido da Frente Liberal (PFL) atual Democratas (DEM). Fez - se necessário ampliar à pesquisa aos homens para que possamos pensar na possibilidade da existência de um padrão de comportamento partidário e para tornar possível a construção de uma gama maior de relações possíveis para analisar as formas de legislar.

A hipótese central deste estudo é a de que mulheres eleitas apresentem características distintas das apresentadas pelos homens, quando estas chegam ao cargo de deputadas federais. Elas apresentam em síntese uma trajetória com origem e recursos distintos da dos homens que ingressarem e constituem suas carreiras políticas. Em outras palavras, o caminho para o poder político feminino não necessariamente tende a assumir as mesmas características do processo de inserção dos homens no ambiente político. Isso ocorre porque as mulheres possuem de modo geral menos capital político e recursos financeiros a disposição em relação aos homens eleitos. Esses dados referentes a financiamento e capital não serão discutidos a fundo nessa dissertação, pois, já foram discutidos e comprovados por Miguel (2014).

O desempenho legislativo, e algumas barreiras que dificultam a atuação e a ocupação de mulheres em cargos de destaque, também são pontos determinantes para verificar que a diferença de gênero não pode ser sanada pelas cotas de gênero criadas até o presente momento.

Uma segunda hipótese a ser verificada é a de que existe diferença entre a capacidade propositiva e o conteúdo das proposições das mulheres se levarmos em consideração seus vínculos partidários. Alguns pesquisadores das questões de gênero argumentam que as baixas taxas de elegibilidade são decorrentes do fato das mulheres se limitarem exclusivamente a proposições e projetos que fossem pouco expressivos ou que se limitassem apenas a questões de gênero.

A segunda hipótese pretende verificar se de fato as mulheres limitam suas ações a questões de gênero. Busca-se entender se o comportamento é uma característica exclusiva do gênero ou pode estar ligado a outras variáveis tais como os partidos políticos e a capacidade de reeleger-se.

Dentro da lógica proposta de análise das arenas: eleitoral e parlamentar que delimitam esse trabalho optou-se por restringir a análise aos quatro partidos com maior potencial eleitoral e maior número de mulheres eleitas entre 1994 e 2010.

Para dar conta dos objetivos, perguntas de pesquisa e hipóteses este trabalho se estruturará da seguinte forma. O Capítulo I situará o leitor sobre a problemática, a discussão bibliográfica, o desempenho das mulheres eleitas⁶ e as principais conclusões sobre a política

⁶ No anexo 1 estão descritos os nomes das deputadas federais pesquisadas.

de cotas encontradas nas bibliografias e seu impacto no desempenho das mulheres. O enfoque é trabalhar com a discussão da representação feminina no Brasil.

O Capítulo II investigará o desempenho eleitoral e o perfil das mulheres que se elegeram para a Câmara dos Deputados nas legislaturas de 50^a à 54^a. Para dar conta dos objetivos deste trabalho a análise realizada será comparativa entre homens⁷ e mulheres de cada um dos partidos deste estudo. Em segundo momento será comparada a relação das mulheres e seus respectivos partidos. A discussão teórica restringir-se-á a arena eleitoral, ao desempenho dos partidos políticos nas eleições e buscará avaliar se os partidos apresentam estruturas organizacionais que privilegiem a participação feminina dentro da própria estrutura do partido. E por fim examinará o perfil político e social das parlamentares eleitas.

A metodologia aplicada para coletar os dados é qualitativa e quantitativa, pois, inicialmente foram listadas todas as candidatas eleitas durante o intervalo desse estudo considerando os partidos que são analisados. Os dados de homens e mulheres foram coletados a partir de dados disponíveis no site do TSE, menos de 1% dos deputados não puderam ser perfilados, pois, não existiam dados referentes ao mesmo. De forma que a pesquisa mostra alto grau de confiabilidade.

Os dados possibilitaram a organização do perfil sócio econômico, ocupacional e fatores institucionais como permanência na legenda e trajetória política entre outro. As mulheres foram comparadas em relação a gênero e a partido.

O Capítulo III examinará o desempenho e o comportamento parlamentar das candidatas e candidatos eleitos no período de estudo delimitado e aos partidos correspondentes da análise. O objetivo deste capítulo não é discutir a qualidade da representação e sim identificar o tipo e a natureza das proposições e de sua participação em comissões.

O método utilizado neste capítulo baseia se nas categorias de Feitosa e Miguel (2009). Enquanto os autores analisaram discurso essa pesquisa adaptou o método e fez uso das mesmas categorias, mas analisou o conteúdo das proposições, projetos de lei e participação em comissões.

Assim após checar o conteúdo do material encontrado no site da Câmara dos deputados referente a cada uma das proposições, PEC`s e participação e comissões o desempenho de mulheres e homens foi adequado as seguintes temática para posteriormente serem expressos em tabelas e gráficos. Seguem a baixo as categorias:

⁷ No anexo 2 estão descritos os nomes dos deputados federais pesquisados.

Hard Politics- Abrangem políticas que estejam relacionadas a relações exteriores; segurança nacional; reforma política ou de legislação eleitoral; administração pública; reforma do Estado; política econômica e tributária; política industrial; política agrícola; reforma agrária e/ou fundiárias; economia geral; questões de infraestrutura como transporte e telecomunicações.

Soft Politics- Violência e segurança pública; saúde pública e saneamento; habitação; direitos humanos; questões sociais tais como pobreza, desigualdade e fome; meio ambiente; educação; cultura e esporte; direitos do consumidor; família, direitos reprodutivos, infância e adolescência; questões religiosas.

Middle Politics- Emprego, trabalho e formação profissional; ciência e tecnologia; funcionalismo público; comunicação social; propriedade intelectual, pirataria, biopirataria; previdência social.

As considerações finais discutirão os principais resultados encontrados ao longo desta dissertação. Identificar parâmetros conclusivos para as hipóteses e perguntas dessa pesquisa e o desempenho das parlamentares em relação à questão de gênero considerando a estrutura partidária e também a existência de mecanismos facilitadores no processo de inserção, pensando o aspecto do capital político sob os resultados eleitorais.

A principal diferença entre essa dissertação e os demais trabalhos e pesquisas que lidam com a temática do gênero está no recorte temporal e no fato de limitar-se a partidos específicos. Dessa forma criam-se outras possibilidades de análise que diferem essa pesquisa das demais. Apesar de usar a categoria de Feitosa e Miguel (2009) os resultados encontrados serão uma nova perspectiva de análise para conclusões já existentes ou contribuirão para novas descobertas.

Capítulo 1. Representação e participação: as mulheres na política

A representação política foi pensada por muitos pesquisadores, como uma possível solução pós-sufrágio para o problema da deliberação nas democracias, por concentrar em si a vontade de um grupo de indivíduos sobre um representante (MARTINS, 2007; BOBBIO, 1983; PITKIN, 1969; URBINATI, 2000).

O principal traço comum aos regimes democráticos é a realização periódica de eleições livres para o governo, pois, nenhum regime democrático, que pressuponha igualdade entre os indivíduos, é governado pelo todo. As decisões políticas estão centradas em uma minoria (MIGUEL, 2014).

Para Mills (1981) a vontade popular expressa-se no domínio de uma minoria que monopoliza as decisões e vontades da população, sua análise da política americana resultou então em três pilares: “elite do poder”, composta pelos: grandes capitalistas, líderes políticos e chefes militares. Os três grupos concorriam entre si, mas pautam suas decisões sem afetar propriamente os interesses dos outros grupos do poder. A “elite do poder” se define segundo critérios políticos e não exclusivamente econômicos. Para o autor os mecanismos eleitorais de participação e os direitos liberais maquiavam o fato da maioria da população estar excluída das decisões importantes.

A democracia representativa para Miguel (2014) é a construção de uma ordem democrática sistemática que tende a incorporar ao processo democrático vários desafios adicionais. Sendo um governo do povo no qual o “povo” não está presente no processo de tomada de decisão. O desafio então é conseguir transformar os interesses individuais em interesses de grupo mantendo uma unidade mínima. Criar igualdade de acesso às decisões não permite que automaticamente os problemas de desigualdades reais sejam resolvidos no mundo social.

A necessidade de representação política acaba por apresentar quatro problemas fundamentais: 1) A separação entre governantes e governados, ou seja, as decisões políticas são tomadas de fato por um pequeno grupo e não pelo “povo” a que se submeteram; 2) Formação de uma elite política distanciada da “massa” dificulta-se a alternância de grupos no governo aumentando a sub-representação de grupos étnicos, gênero, minorias sexuais, trabalhadores entre outros; 3) Por possuírem características sociais distintas dos governados acontece a cisão entre as vontades dos representantes e dos representados; 4) No caso da

representação eleitoral a distancia entre a campanha eleitoral e o exercício do poder, onde a memória dos eleitores e o discurso dos eleitos nem sempre serão similares nos dois momentos (MIGUEL, 2014).

Em “elite do poder” (MILLS, 1981, *apud.* Miguel, 2014, p.109) conclui que:

“por trás da fachada democrática e dos reclamos rituais de obediência à vontade popular, cristalizara-se o domínio de uma minoria que monopolizava todas as decisões-chave. Os três pilares da “elite do poder” eram os grandes capitalistas, os principais líderes políticos e os chefes militares”.

Mills (1981) usa o conceito de elite não para se contrapor ao ideal de democracia, mas para culpar os eleitos por não cumprirem com seu compromisso maior de representar as demandas das minorias pelas quais foram eleitos, deixando de cumprir com o princípio da igualdade entre todos os cidadãos.

Para Pitkin (1967, *apud.* Miguel, 2014, p.18) a representação está vinculada ao mérito, ou ainda dividida pela autorização dos representados concedida a partir dos votos e da *accountability* dos representantes diante dos representados. De forma geral os pesquisadores da representação subentendem que na lógica da representação sempre haverá tendência a um segmento do “povo”⁸ ser sub-representado.

A *accountability* surge como uma promessa de controle dos representados sobre seus representantes, mas na prática encontramos que esse processo não ocorre efetivamente em decorrência da influência de interesses especiais e por características das instituições representativas. Assim mecanismos inovadores que minimizem a *accountability*: como as cotas eleitorais e a utilização de sorteios em sistemas de lista fechada.

A pertinência desta discussão está diretamente relacionada à ambição deste trabalho uma vez que as mulheres em pleno século XXI permanecem como um dos grupos sub-representados no cenário político. De todo modo, apesar das dificuldades contextuais e sociais, no Brasil esse público vem conseguindo ultrapassar as barreiras institucionais e de outras naturezas tradicionais ao serem eleitas. Resta então descobrir: Quem são essas mulheres representantes? Quais fatores explicam seus êxitos políticos - eleitorais?

Aos cidadãos só cabe reagir através do voto às ofertas do mercado político. O conceito de representação se torna mais complexo e passa a tentar adaptar mais modelos

⁸ Entenda-se povo como uma categoria política, que reúne as pessoas que estão submetidas a um governo, essa definição tem como base a encontrada em Miguel (2014).

ideais. Portanto o desenvolvimento dos partidos políticos cria um fenômeno que pode ser entendido como duplo mandato, desta forma responde a seu partido e ao eleitorado (MIGUEL, 2014).

A representação política não consegue sanar de forma totalmente igualitária a representação do todo. Por vezes alguns grupos serão mais favorecidos frente a outros. Em contextos multiculturais como o brasileiro essa dificuldade pode ser ainda mais evidente, ou seja, alguns grupos sociais são sub representados frente a outros, mulheres, negros, e homossexuais são alguns exemplos de minorias que sofrem sub representação política no Brasil.

Os eleitos serão os que se mostrarem vinculados ou aos interesses do “povo”, ou os que forem financiados pelas “elites”. Assim muitas vezes a representação centraliza-se sobre um grupo minoritário de representados em relação ao todo.

1.1 A representação segundo a teoria das elites

A representação pensada a partir da teoria das elites é uma das principais ferramentas conceituais para entendermos a existência de grupos sub-representados nas democracias. Alguns dos dados e resultados encontrados, que serão tratados nos capítulos II e III, justificam que a política brasileira ainda sofre grande influência de “elites”, ou seja, grupos de poder e que em grande parte possuem capital político e/ ou financeiro.

O uso da teoria das elites nessa seção tem o intuito de casar com o tema da representação, portanto esse trabalho não se aprofundará na teoria das elites e sim informará ao leitor aspectos importantes para compreender e justificar o comportamento que será encontrado enquanto alguns dos resultados encontrados ao fim desse estudo.

O aspecto fundamental para essa dissertação é centrar-se sobre a teoria da representação e como os teóricos do assunto inter-relacionam aspectos que resultam e se expressam nas observações provenientes dos dados e análises coletada.

Miguel (2014) entende que o que caracteriza a teoria democrática não é seu caráter liberal, mas sim o seu caráter elitista. Com base na teoria das elites e em: Mosca (1939),

Pareto (1935), Michels (1982) e Schumpeter (1976), propõe que sempre existirá uma minoria dirigente e uma maioria a ser dirigida, de modo que o “governo do povo” seria uma falácia. Assim entendemos o elitismo como a crença de que é impossível existir igualdade social, pois, sempre haverá um grupo mais capacitado para os cargos de poder. O surgimento de determinados líderes políticos profissionais que são produto da racionalização e da especificidade de seus trabalhos políticos pode ser lembrada inclusive em Weber (2003) em “A política como vocação”.

Em Pareto (1935, *apud.* Miguel, 2014, p.42) um grupo minoritário constitui a elite governante, essa é uma constante universal das sociedades e a rotação do poder ocorreria entre os integrantes desse grupo, surge assim à teoria da circulação das elites. Com base nessa teoria esse trabalho pretende comparar homens e mulheres que possuam algum capital político familiar, ou seja, que possuam pais, maridos ou qualquer tipo de herança ou capital político, com o intuito de identificar se também entre as mulheres que representariam um sub grupo existe uma elite “rotativa”.

A classe dirigente age em bloco e o exercício do poder é justificado em nome de princípios morais e universais. A minoria é organizada enquanto a maioria não consegue se organizar. Apenas em um sistema com minorias faz se possível criar mecanismos organizados capazes de representarem um novo grupo segundo Mosca (1939, *apud.* Miguel, 2014, p.44).

Michels (1982) completa à proposição de Mosca quando admite que a burocratização se estabelece no lugar de um momento espontâneo da sociedade, pois a massa é incapaz de se organizar sozinha, sua teoria frisa que toda organização gera uma minoria dirigente, com interesses divergentes dos de sua base a que se faz conhecida como “lei de ferro da oligarquia”.

Mosca (1939) e Michels (1982) compactuam com a ideia de que apenas minorias podem governar dessa forma se compararmos a teoria proposta aos índices de reeleição dos parlamentares brasileiros poderemos observar como de fato as elites se mantem, e até mesmo que elas se reproduzam entre integrantes de uma mesma família ou através de “apadrinhamento” políticos. Os dados serão mais explorados e trabalhados também em relação aos homens no Capítulo II desta dissertação.

A sociedade é composta por indivíduos atomizados sem que haja uma construção de identidade coletiva, não há um governo do “povo” e sim uma competição entre elites pelo

poder, ao cidadão comum cabe à participação por meio do voto. Ao votar o “povo” não decide nada, mas no contexto lógico sente que decide, e se dispõe a obedecer aos eleitos pelo princípio de um caráter legitimador. O processo de renovação das elites no poder apenas culminaria para reatualizar a legitimidade das instituições. Para a “massa” a democracia se resume ao ato de votar. (SCHUMPETER, 1976, *apud.* Miguel, 2014, p.50).

De forma geral entende-se que a democracia representativa não encontra eleitores segundo um modelo ideal, os cidadãos não sabem decidir por falta de informação ou pouco interesse (LAZARFELD, 1969, *apud.* Miguel, 2014, p.42). Para Olson (1971, *apud.* Miguel, 2014, p.42) “o povo não sabe tomar decisões políticas”, mas faz uso de sua racionalidade para calcular benefício e custos de suas ações.

A estabilidade dos governos depende da gestão dos conflitos e demandas sociais e da participação. Para Sartori (1994) a baixa participação seria a chave para uma democracia meritocrática e para um processo que selecionasse os mais aptos ao poder. Para Downs (1957) a síntese das democracias representativas se garantiria na lógica da combinação de eleitores pouco interessados e políticos competindo por voto.

Os cidadãos realmente são apáticos à maioria das questões de agenda para Dahl (2006, *apud.* Miguel, 2014, p.58), mas, isso não exclui a possibilidade contida de que seus interesses específicos sejam colocados em questão. Se não há possibilidade de um governo de todos que o processo seja no mínimo mais inclusivo permitindo que se distribua a capacidade de influência entre minorias.

A partir da igualdade produzida pelos direitos formais e da extensão do sufrágio as demandas sociais e de grupos restritos começou a ser percebida pelos grupos no poder. Esses avanços são consequências da ampliação do debate público e não propriamente de regras institucionais.

Com o intuito de diminuir a crise de representação em que as democracias se encontram atualmente novos mecanismos passaram a serem pensados para aumentar a participação, alguns já foram expressos em Mosca e Michels, mas, em suma esses mecanismos surgem como uma possibilidade de revitalizar as instituições representativas, as cotas eleitorais para grupos em desvantagem e o sorteio de parcela dos candidatos que seriam eleitos ou que constariam nas listas dos partidos (MIGUEL, 2014).

A crítica ao modelo de elite dirigente é expressa por Dahl (1958, *apud.* Miguel, 2014, p.111) ao apresentar uma definição operacional da elite de dirigentes como “uma minoria de indivíduos cujas preferências prevalecem regularmente nos casos de diferenças, mas preferências sobre questões políticas chave”. Este trabalho apresenta problemas, afinal Dahl não percebe que as verdadeiras questões chaves da política são: que o controle da agenda pública é quem é capaz de realizar com sutileza suficiente para operacionalizá-la mantendo sua “invisibilidade”.

Miguel (2014) argumenta que em síntese para ocupar um lugar na representação política os indivíduos devem participar do processo de decisão em nome dos demais e também participar e organizar como se darão as proposições da agenda pública.

A igualdade entre todos os indivíduos é fundamental para o processo democrático, contudo durante as eleições um grupo que se expressar melhor preparado será o selecionado. (MIGUEL, 2003). As instituições representativas, segundo Luis, com base no proposto por Wood (1995 *apud.* Miguel, 2003), foram pensadas com o intuito de reduzir a presença popular no governo ao máximo, reservando cargos e o poder para “elites”. O cidadão tem a falsa sensação de poder escolher alguém que o represente, mas, na verdade ele escolhe entre os indivíduos que o “mercado político” oferece, ou seja, o detentor do poder no caso a “elite” maquia a participação real do eleitor. O partido político torna-se lentamente o protagonista criando o fenômeno do duplo mandato, pois, o representante presta contas a seu partido e a seu eleitorado (MIGUEL, 2003).

Teresa (2012) ressalta em seus estudos a importância da tipologia que foi criada por Pitkin (1967) pois, entende que ela se fez fundamental para que os partidos políticos fossem reconhecidos como agentes importantes da representação política.

Os quatro tipos de representação propostos são: a formalística; a descritiva; a simbólica e a substantiva ou como um ato de “agir por” (*acting for*). “A formalística refere-se às regras que organizam a representação, dando direito de representar, mas na lógica de que a autorização consentida garantiria aos representados prestação de contas (*accountability*)”. A descritiva não consiste em um tipo onde o representante atua por seus representados na verdade, eles os substituem. “Os espaços representativos seriam como microcosmos e haveria estreitas características entre representados e representantes”, para a autora a exclusão de algum grupo dentro dessa lógica culminaria na exclusão de um grupo da discussão de

temáticas e políticas públicas. Outro problema da representação descritiva seria que o conteúdo do corpo legislativo não necessariamente responderia responsivamente a seus representados mesmo apresentando características comuns. A representação simbólica evocaria algo que representasse a nação, para a autora “símbolos são normalmente arbitrários”, baseando-se em sentimentos e ações sem critérios racionais para julgar o caráter da representação e necessidade de que representantes atuem por representados.

O quarto tipo, a representação substantiva, o que de fato é defendido por Pitkin (1967) afirma que “os representantes não devem ser constrangidos pelos representados, ou seja, deve haver certo grau de liberdade sem que haja contradição”. Em circunstâncias normais os desejos de representantes e representados devem convergir. O sistema representativo deveria de forma geral ser responsivo às opiniões públicas, exceto quando fosse justificável em respeito à defesa do interesse público (SACCHET, 2012; p. 411, 412).

Em sistemas políticos que apresentam partidos os eleitores tendem a votar de acordo com seus partidos mesmo que nem sempre os interesses do eleitor estejam sendo propriamente atendidos. Se tomarmos por verdade essa proposição feita por Sacchet (2012) teríamos que concluir que o projeto partidário sempre se sobreporia as ideias dos representantes, o partido passaria a ser mais importante e relevante que o próprio representado.

Dois pontos são extremamente importantes surgem, portanto na discussão a partir dessa linha de pensamento, a representação não é similar a uma autorização onde o indivíduo confere ao outro o direito exclusivamente o direito de falar e agir em seu nome como também não se deve desconsiderar a influência e a independência dos indivíduos em relação a seus partidos. Além da agenda própria do partido as convicções e experiências do indivíduo podem influir no seu desempenho enquanto representante.

A grande questão atualmente no que compete a representação é como especificar as responsabilidades se há conflitos de interesse. Sacchet (2012) destaca que quando representantes e representados se distanciam eles acabam por perder o interesse em participar da política, portanto é imprescindível que sejam ampliados os espaços de *accountability* para além do que ocorre nos períodos eleitorais.

Para Sacchet (2012) a solução seria então aumentar mecanismos e espaços representativos para criar possibilidades mais promissoras a uma representação descritiva que

garantissem a grupos minoritários melhores oportunidades e destaque. A proposta de Teresa se evidencia no trecho: “No Brasil, por exemplo, embora as mulheres representem em torno de 52% dos eleitores e da população, o número de mulheres presentes na Câmara dos Deputados não chega a 10%, ou seja, esse grupo se qualificaria para uma representação especial no espaço mencionado”.

Sacchet (2012) faz uso da tipologia de Pitkin (1967) para ressaltar que tanto em processos agregativos quanto deliberativos a participação de diferentes grupos com diferentes perspectivas é essencial, pois permite que as pessoas conheçam melhor seus interesses e possam defendê-los mais enfaticamente. Esse argumento pressupõe que as experiências dos representantes estejam associadas de alguma forma a seus projetos políticos.

De forma geral podemos entender que a representação política é um mecanismo essencial para a manutenção do conflito social sob controle e o preço a ser pago é o de que representantes nem sempre mantêm suas ações em pró de seus representados. A partir das discussões e tipologias cabe agora analisar se a representação feminina da maneira como ocorre de fato representa os interesses da mulher.

1.2. A representação feminina

“A política é um espaço masculino”, por muitas vezes essa afirmação pauta discussões comuns a muitos dos trabalhos e estudos de gênero⁹. Se analisarmos comparativamente o número populacional e o número de mulheres envolvidas diretamente com a carreira política, poderíamos constatar que a política é predominantemente masculina. Fato esse que se expressa como um reflexo de sociedades que se estruturaram com base em relações de gênero desiguais, como é o caso do Brasil.

A ausência da mulher em cargos de tomadas de decisão política contribui para que os eleitores as percebam de maneira inferior. A mudança dessa percepção passa a ser vital para a inversão da lógica de “incapacidade” (SACCHET, 2012). O aumento do número de mulheres

⁹ Sacchet (2012), Araújo (2001), Avelar (2002), Miguel (2003) e Araújo; Borges (2010) entre outros autores que foram e que serão ainda citados ao longo desse trabalho pesquisam e discutem gênero das mais diferentes formas.

na política auxiliaria na construção de novas perspectivas. Assim como aumentaria a multiplicidade de interesses e perspectivas sociais.

Incluir a mulher na carreira e nas instituições políticas permite então que grupos sociais e movimentos consigam levar demandas específicas às esferas de poder. Quanto mais distintas em termos: social, econômico e cultural for o grupo de mulheres eleitas mais favorável será a representatividade, um número maior de demandas será posto em discussão e haverá maior seletividade ideológica entre as mulheres representadas.

O processo de inserção feminina na política permite que agendas e políticas públicas específicas sejam pensadas para a questão de gênero e sensíveis a demandas e causas sociais. Dessa forma entende-se que aumentando a visibilidade das mulheres na política o sistema contribuiria para que elas fossem cada vez mais incorporadas a lógica do poder.

Miguel (2003) admite que a eleição é o momento em que a *accountability* dos representantes lhes garante a possibilidade de serem autorizados, ou não, a decidir em nome do “povo”. Essa resposta se daria a partir do voto e com base na prestação de contas e da racionalidade dos eleitores. Os eleitores, portanto estabelecem seu “veredito” sob seus representantes e as agendas públicas propostas pelos mesmos.

A visibilidade do cargo político associada à responsividade das mulheres que chegam ao poder poderia então atuar de forma extremamente positiva, contribuindo para que reeleições ocorressem e para que novas pautas de gênero e até novos atores se destacassem, possivelmente aumentando número de mulheres eleitas, ou o espaço da mulher no cenário político.

Uma série de reflexos culturais, históricos e sociais influem e muitas vezes se sobrepõem sob a identificação de mulheres com: as candidatas, as agendas e também na dispersão dos votos. A falta de grupos ou lideranças que atuem enfaticamente na política, tanto no legislativo quanto no executivo, influem sob o baixo sentimento de representação por parte das mulheres em relação ao desempenho nas carreiras políticas.

A identificação entre as demandas femininas acaba por se apresentar de maneira dispersa, ou seja, a agenda de gênero concentra propostas que apresentam propostas liberais e outras conservadoras, essas dividem opiniões e eleitoras, portanto podem atuar como uma

barreira à elegibilidade feminina por dispersarem os votos. Essa talvez seja a maior barreira à inserção política feminina.

Afinal os grandes temas¹⁰ que precisam ser discutidos e defendidos entre as mulheres brasileiras do século XXI parecem por vezes dissociá-las ao invés de criar uma identidade de gênero. A necessidade de trazer a tona discussões de temáticas femininas como: aborto, violência contra a mulher e maior igualdade de direitos inclusive no ambiente de trabalho.

A existência de uma gama diversa de tipificações femininas seja da mulher do lar, a que cuida da casa dos filhos, a mulher religiosa, a feminista, a mulher que busca independência financeira trabalhando fora, enfim todos os “tipos” de mulheres que se diversificaram economicamente, socialmente, ideologicamente e politicamente, apresentam características próprias de demandas.

Esses fatores que diferenciam as mulheres fazem com que não exista uma unidade do grupo, mas, sim a segmentação em grupos menores, que nem sempre estão dispostos a carregarem as mesmas “bandeiras”, ou seja, nem sempre concordam com o objeto em discussão. A ausência da mulher enquanto unidade é um dos fatores que faz com que as mulheres não concentrem seus votos em candidatas mulheres. Um exemplo desse comportamento pode ser entendido pelos grupos de mulheres que votam em lideranças religiosas para evitar que temas como aborto cheguem às pautas de discussão.

Ou seja, essa introdução da temática da representação feminina expõe que a falta de um sentimento de pertencimento comum ao grupo, contribui para que mesmo em um país de maioria feminina a dificuldade de inserção política feminina seja uma barreira inclusive cultural. Com base nessa lógica os estudos de Pinto (2012) e Wright, Azevedo e Santana (2012) apontam que não há proximidade entre as mulheres e o sentimento de representação pelas mulheres eleitas. De maneira geral percebe-se que há uma recusa das mulheres em votar em outras mulheres.

Frente a essas questões o universo dessa pesquisa busca entender então como as mulheres que conseguiram transpor essas barreiras culturais e chegar ao cenário político,

¹⁰ Barsted; Pitanguy (2011) tratam no livro “O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010” de alguns dos avanços e conquistas femininas, nele uma série de pesquisas abordam temas vinculados a direitos humanos, política, trabalho, renda, empoderamento, progressos das domésticas e trabalhadoras do campo, saúde, violência e educação.

mesmo que em números inferiores em relação aos masculinos, se mantem em cargos através da reeleição e ainda conseguem legislar.

A problemática deste trabalho segue em busca de razões que justifiquem a inserção política feminina, mesmo admitindo a existência da falta de identificação consensual, entre as mulheres candidatas e o total de votos femininos. O discurso de gênero não garante a identificação instantânea e unanime do grupo.

Miguel (2014) lança mão da pergunta: “E do que pode tratar a mulher na política se não de temas “*femininos* ?” e propõe que um dos principais mecanismos de incorporação de grupos minoritários seria o isolamento dos nichos que possuam escasso prestígio no campo político, e que a presença das mulheres poderia ilustrar este fenômeno. A ideia do autor é incitar a provocação no sentido de que o senso comum espera este padrão de comportamento das mulheres que se elegem. Mas ele de fato existe?

Uma das pretensões deste trabalho é mostrar que para se manter na lógica do sistema político, as mulheres que se elegem não podem se limitar ao insulamento unicamente pela questão de gênero. Afinal essa postura se fosse adotada poderia resultar em obstáculos na elegibilidade e na relação entre as eleitas e seus partidos políticos.

Outros aspectos além da questão propriamente de gênero foram considerados nesse trabalho para justificar os baixos índices do desempenho feminino nas eleições. Entre eles o perfil, parentescos e “apadrinhamentos” e a legenda partidária.

Cerca-se assim o objeto para que os dados possam apontar novas justificativas ou reforçar aspectos já são debatidos nos estudos de representação feminina. O foco é explicar através dos dados encontrados o desempenho feminino. Para tal o perfil das mulheres que se elegem e se reelegem será analisado.

As mulheres podem ser pensadas como candidatas independentes que focam suas campanhas em uma agenda temática e que propõem discussões com a finalidade de representar um grupo específico e suas demandas, como por exemplo, mulheres que se candidatam, mas que militam em grupos sindicais ou movimentos sem terra, ou ainda mulheres que representam uma comunidade ou um grupo religioso. Um segundo grupo de mulheres pode ser entendido como representantes associadas a famílias políticas, ou seja, são esposas, filhas e parentes que carregam pelo sobrenome votos que até então eram atribuídos a

seus maridos, pais ou padrinho político. O desafio é encontrar a origem dessas mulheres para então entender em qual grupo elas se encaixam.

Vale ressaltar que a inserção de mulheres nas listas dos partidos não garante que elas de fato possam concorrer a cargos de maneira equilibrada com os demais inscritos, pois, como a maioria das pesquisas de Miguel (2014) aponta o custo da campanha nem sempre permite a mulher concorrer efetivamente ao cargo público. Seria preciso pensar um mecanismo que assegurasse uma competição equilibrada e que evitasse a indicação partidária apenas para dar conta da exigência das cotas garantidas pela lei.

Outro desafio que essa pesquisa se propõe e que poderá ser acompanhado no capítulo III diz respeito à maneira como as mulheres legislam. Como medir as proposições de forma que se possam apontar por quais causas as mulheres legislam? A origem das mulheres influi nas problemáticas e temas que ela se propõe a representar? As respostas indicam as estratégias criadas pelas deputadas federais para elas possam se manter no “jogo” político.

Pode parecer simples a primeira vista, mas o caminho para entender os perfis das mulheres eleitas e o conteúdo sobre o qual elas legislam, constitui-se como uma “teia” de relações: familiares, eleitorais e partidárias. A complexidade da inserção política feminina tende a ponderar entre a identificação do grupo e o cumprimento das normas e cotas políticas. E por fim entre o acesso e a permanência no cenário político.

A presença feminina na política é apoiada cada vez mais por uma maior gama de indivíduos da sociedade. Contudo teme-se que a “pouca experiência” que estas apresentariam na esfera política conotaria na “contaminação” por práticas tradicionais, corruptas e pela forma com que os homens agem ou fazem política (Pinheiro, 2007, *apud*. Miguel, 2014, p.231).

Araújo (2005) e Miguel (2001) propõem a existência de uma “política maternal” esse modelo funcionaria como uma extensão da divisão social e do mercado de trabalho no ambiente político, ou seja, reproduz a subordinação feminina. Essa política possui caráter essencialista nela as mulheres naturalmente se preocupam com os outros.

Para os autores que discutem esse tipo de postura política essa pode ser uma estratégia para que as mulheres tentem obter mais recursos e mais espaço no poder. Adotar a

postura maternal poderia contribuir para a capitalização de parte do “capital político”¹¹ masculino. Essa ideia se confirma no trecho: “O papel social atribuído às mulheres acarreta a expectativa de posturas passíveis e discretas, e não ativas e destacadas, inseridas em claros projetos de carreira política” (Ribeiro, 2010).

O discurso feminino vinculado a temas como: família, assistência social e educação são recorrentes assim como a imagem frágil nos discursos e nas campanhas para que as mulheres se elejam. Estudos realizado por Miguel e Feitosa (2009) confirmam essa espécie de estereótipo criado pelas mulheres que conseguem se envolver com a política.

Se a mulher optar por legislar uma “agenda ou um discurso masculino” automaticamente ela será estigmatizada, por grande parte do senso comum segundo pesquisa de Miguel e Biroli (2011). Exemplo disto pode ser observado com Margaret Thatcher a “Dama de Ferro” ou pela presidenta Dilma Rousseff, que mesmo tentando construir durante sua campanha política a imagem de “Mãe do PAC”, tem sua imagem fortemente ligada ao fato de ter sido ex- guerrilheira e por apresentar “pulso firme”. A presidente é conhecida por muitos como uma mulher com um jeito “macho” para comandar. O campo político impõe as mulheres sempre alternativas mais onerosas e enfáticas do que aos competidores do sexo masculino.

“Ser mulher” e as diversas posições que ela ocupa em uma sociedade sexista, com pluralidade social, econômica e política, carregada de signos de subalternidade com dificuldade de acesso a posições de poder, menor controle de bens materiais e na qual está sujeita a violência e a ser estigmatizada pela fragilidade e por vezes pela irracionalidade. Empoderar as mulheres seria a estratégia para que ocorra a ruptura com a subalternidade.

A igualdade de gênero só será possível se revisarmos socialmente os privilégios masculinos. Alguns homens são solidários as reivindicações femininas e por sua vez muitas mulheres assumem postos de guardiãs da dominação masculina, o conflito aqui consiste em emancipá-las e romper com a lógica social de dominância que compete a eles (MIGUEL, 2014).

A demanda que surge é a de que os grupos dominados precisam conseguir verbalizar suas perspectivas e obter condições que lhes permitam construir autonomamente seus interesses, com ênfase na pluralidade de perspectivas obscurecendo o papel dos interesses.

¹¹ Conceito proposto por Bourdieu (1979).

O “campo político” é um espaço social hierarquizado que reproduz assimetrias e exclusões. A homogeneidade desses grupos é mantida por uma série de barreiras com ação conjunta. Especificamente no caso das mulheres. Mesmo eliminando as barreiras legais com o sufrágio permanecem os constrangimentos materiais e sociais que à afastam da carreira e/ou da disputa política. As demandas por inclusão das mulheres e as cotas por sexo, buscam amenizar os constrangimentos existentes (MIGUEL, 2014).

Assim a próxima seção deste capítulo trata de como se estruturou a representação feminina no Brasil. A representação será tratada de acordo com as proposições abordadas pela bibliografia de gênero, mas não fará uso de teóricas feministas, pois, o intuito é a discussão política e partidária acima das questões sociais. Situará o leitor sobre aspectos históricos e os principais marcos que pontuam a questão da sub-representação feminina.

1.3 A estruturação da representação feminina no Brasil

Factualmente no Brasil as mulheres são menos presentes nos espaços de decisão do que os homens. Essa afirmação é consenso entre todos os autores e estudiosos da representação política feminina. As mulheres brasileiras exercem menos autoridade e menos poder político mesmo quando se considerar os avanços políticos, sociais, históricos e estruturais que ocorreram no Brasil. Desta forma esta seção visa contextualizar a representação feminina na política brasileira remontado aos principais aspectos.

Estende-se ao cenário político a situação de desigualdade da mulher, que ainda é expressa no mercado de trabalho, na disposição dos recursos econômicos e na capacidade de criar capital social e representação na mídia (MIGUEL; BIROLI, 2011).

No trecho a baixo podemos observar que Miguel e Biroli (2011) sintetizam a relação existente entre a inclusão feminina e o processo histórico, propondo que ainda ocorra a manutenção da sub-representação e a marginalização da mulher. Esses processos definem as restrições e constrangimentos que cercam a participação política e que de certa forma foram socialmente naturalizados. Ressaltam em Pateman (1990) argumentos que fundamentam as explicações da representação política feminina:

“... a exclusão das mulheres na vida política está associada a um modo de construção, historicamente configurado, de suas diferenças em relação aos homens. “As mulheres vêm sendo excluídas e incluídas [da política] como mulheres” (PATEMAN, 1990, p.60) porque existe uma correlação entre a oposição, historicamente afirmada, entre o feminino e o masculino e o *modus operandi* da política, que naturaliza limites e reproduz formas de desvalorização e exclusão de atores, perspectivas e temas (MIGUEL; BIROLI, 2011, p.15)”.

Para Bernes (2013) a única forma de aumentar a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres depende de três condições básicas: “igualdade de oportunidades, igualdade de acesso às oportunidades e igualdade de resultados”, apenas dessa forma seria possível romper com a dicotomia privado-doméstico. Souza (2013) complementa esta proposição quando discute em seu trabalho, que apenas a partir do empoderamento da mulher ocorrerá de fato uma reforma na forma em que a mulher vê seu lugar na sociedade e por consequência na política.

As mudanças e conquistas da mulher com relação a seu espaço na sociedade, na economia e conseqüentemente também na política do país embasam diversas teorias que se especializam em investigar a inserção da mulher nessas esferas e também em apontar os problemas e a ineficiência das cotas políticas e a garantia de imediato mais espaço as parlamentares.¹²

Para esses autores justificativas diversas que variam desde a origem econômica e social, como heranças patriarcais e até mesmo a abertura e o fechamento do congresso influenciaram sobre o processo de entrada de mulheres no ambiente político. Apontam ainda em suas pesquisas que políticas externas¹³ surtiram reflexos para contribuir com o processo. A militância e a atuação dos grupos feministas também funcionam como argumento de algumas destas teóricas para explicar os avanços conquistados pela mulher.

¹² Os grandes trabalhos que discutem a questão de gênero entre outros estão em: Pateman (1993), Pateman (2011), Taback (1983), Avelar (2001), Avelar (2002), Araújo (2001), Araújo (2005), Araújo (2009), Martins (2007), Azevedo e Rabat (2012), Lovenduski e Norris (1993), Philips (1995), Genovese (1997), Prá (1997), Dahlerup (2003), Pinto (2003), Miguel e Queiroz (2006), Sanchez (1996), Bohn (2008), Pinheiro (2007), Brabo (2008), Novellino (2008), Rangel (2009), Miguel e Feitosa (2009), Sacchet (2009), Alves e Cavenaghi (2008), Alves e Cavenaghi (2010), Hausman, Tyson e Zahidi (2010), Ribeiro (2011), Paiva (2011).

¹³ Em 1945 as Nações Unidas reconheceram a igualdade entre homens e mulheres conferindo maior projeção as questões de gênero e reconhecendo a necessidade de igualdade, essa se reafirma e expande com “A Declaração Universal dos Direitos Humanos” de 1948. Apesar de não haver mulher eleita para ocupar cargo no congresso nacional o ano de 1946 foi marcado pelo fato de que a nova Constituição reconheceu o pleno direito de voto à mulher. Mesmo assim o código eleitoral de 1950 através da Lei n- 1.164, de 24 de julho de 1950, manteve a distinção entre homens e mulheres quanto à obrigatoriedade de voto, tratando como exceção as mulheres que não possuíssem profissão lucrativa (AZEVEDO; RABAT, 2011).

O aspecto comum, encontrado nos trabalhos que tratam da temática da inclusão política feminina, entendem que para garantir maiores índices de participação e de representação feminina se faz necessário que os processos sociais consigam reduzir efetivamente a hierarquia e a desigualdade entre os gêneros.

Não apenas no Brasil, mas em escala mundial a sub-representação feminina na arena político institucional é recorrentemente discutida. O foco deste capítulo limita-se ao Brasil e as teorias explicativas que nos permitem entender esse processo.

Paiva, Henrique e Silva (2013) propõem que é possível definirmos duas grandes abordagens: uma delas que se dedica a explicar a baixa participação feminina na arena institucional e que acaba por gerar um *gender gap*¹⁴ na arena política e eleitoral e um segundo que questiona a ausência feminina na política e a qualidade da representação e da democracia. Ambas se complementam para conjuntamente com as variáveis históricas, sociais e culturais citados anteriormente explicar a configuração da sub-representação política institucional da mulher.

Para Anne Philips (1999) é preciso não apenas eliminar as barreiras que obstruem o processo de inclusão, mas também incorpora-los no campo político. No caso das mulheres as medidas que resultaram como mais eficazes teriam sido a criação das cotas políticas. A presença feminina no parlamento não garante que haja igual capacidade de influência de homens e mulheres na elaboração de leis, formulação de políticas e na produção das representações do mundo social. Pois, o campo político é uma estrutura hierarquizada (BOURDIEU, 1979).

A principal resposta prática ao problema da sub-representação feminina no Brasil foi à mudança da legislação eleitoral ao introduzir as cotas afetando desta forma os partidos e as coligações (MIGUEL; BIROLI, 2011). Contudo os resultados não têm correspondido às expectativas, pois, nosso sistema eleitoral é misto, ou seja, o legislativo é vinculado ao

¹⁴ Paiva, Henrique e Silva (2013) entendem por: *Gender gap* a diferença entre homens e mulheres com relação ao acesso à educação, mercado de trabalho, empowerment e participação política os dados que eles utilizam são encontrados em HAUSMANN,R.; TYSON, L.D.; ZAHIDI, S. *Global gender gap report*. Genebra: *World Economic Forum Harvard University*, University of California, 2007. Disponível em : http://www3.weforum.org/docs/WEF_GenderGap_Report_2011.pdf. (2010).

sistema proporcional e o executivo ao majoritário¹⁵, no entanto o fato das listas serem abertas dificultam a inserção de mais mulheres as candidaturas e a eleição (ARAÚJO,1998).

Moraes (2005) propõe que os sistemas majoritários possibilitam maior representação, pois concede uma maioria de cadeiras a um eleitorado que se expressa por uma minoria, enquanto o sistema proporcional vincula-se mais a democracia participativa.

Perceber-se que o sistema eleitoral e a legislação brasileira não oferecem mais do que sutis estímulos para que as mulheres concorram às eleições legislativas. O acesso não é o único empecilho encontrado no campo político, os mecanismos que diferenciam internamente os parlamentares lhes confere maior ou menor centralidade e influi na maneira de atuar e nos padrões de comportamento dos parlamentares. Ou seja, após conquistar uma vaga no parlamento a mulher deve galgar uma “fatia” do poder (MIGUEL; BIROLI, 2011).

No Brasil podemos perceber que ao longo da formação do Estado até o século XXI mudanças sociais, históricas, econômicas e políticas que influíram sob o papel da mulher na sociedade. Muitas barreiras ainda devem ser rompidas, mas o sufrágio, a eleição de mulheres e as cotas de gênero são comprovações de que estas transformações tem visado incluir as minorias na democracia brasileira.

Entendemos a força das mulheres que se organizam em movimentos sociais, das feministas e de mulheres que possuem algum tipo de ação mobilizadora em favor das causas femininas, entretanto, este trabalho limitar-se-á a investigar o papel da mulher na política

¹⁵ *Sistema majoritário*: Sistema utilizado nas eleições para os cargos de Presidente da República, governador de estado e do Distrito Federal, senador e prefeito, em que será eleito o candidato que obtiver a maioria dos votos. A maioria pode ser: a) simples ou relativa, onde é eleito aquele que obtiver o maior número dos votos apurados; ou b) absoluta, onde é eleito aquele que obtiver mais da metade dos votos apurados, excluídos os votos em branco e os nulos. A exigência de maioria absoluta visa dar maior representatividade ao eleito, ocorrendo nas eleições para Presidente da República, governador de estado e do Distrito Federal e prefeito de município com mais de 200.000 (duzentos mil) eleitores. Nessas hipóteses, caso o candidato com maior número de votos não obtenha a maioria absoluta, deverá ser realizado segundo turno entre os dois candidatos mais votados, em razão do disposto nos arts. 29, inciso II, e 77 da Constituição Federal. (...) *Sistema proporcional*: Sistema utilizado nas eleições para os cargos de deputado federal, deputado estadual, deputado distrital (DF) e vereador. O sistema proporcional de eleição foi instituído por considerar-se que a representatividade da população deve se dar de acordo com a ideologia que determinados partidos ou coligações representem. Dessa forma, ao votar, o eleitor estará escolhendo ser representado por determinado partido e, preferencialmente, pelo candidato por ele escolhido. Contudo, caso o mesmo não seja eleito, o voto será somado aos demais votos da legenda, compondo a votação do partido ou coligação. Neste sistema se aplica o cálculo do quociente eleitoral, obtidos pela divisão do número de "votos válidos" pelo de "vagas a serem preenchidas". Fonte: TSE-SC. Disponível em: <http://www.tre-sc.jus.br/site/eleicoes/eleicoes-majoritarias-e-proporcionais/> . Acessado em: Jan. 2015.

legislativa, ou seja, o processo de inclusão no cenário político e as cotas de representação eleitorais e partidárias.

As mulheres conquistaram o direito ao voto na década de 30, mas neste período o voto era restrito a mulheres casadas que possuíssem autorização de seus maridos e solteiras e viúvas que apresentassem renda própria. A constituinte de 1934, que contou com a presença de duas mulheres, eliminou tais restrições, mas tornou o voto da mulher facultativo, somente a Constituição de 46 equiparou os eleitores de ambos os sexos (MIGUEL; BIROLI, 2011) e (AZEVEDO; RABAT, 2011).

Miguel e Biroli (2011) apresentam dados que mostram que o alistamento eleitoral feminino evoluiu lentamente e que em 1974 as mulheres representavam 35% do eleitorado, pois a maioria delas era analfabeta e também por deixarem de se alistar para votar. A paridade de gênero entre os eleitores somente foi alcançada na virada entre o século XX e o século XXI, atualmente as mulheres já representam a maioria do eleitorado.

Ao longo do século XX em alguns períodos a mulher não conseguiu fazer parte do legislativo hoje o fato de existir uma política de cotas pode ser entendido como um avanço democrático. A presença feminina é baixa mesmo considerando que as mulheres são maioria entre a população total e entre o total de eleitores, o número de mulheres que ocupam cargos no executivo e no legislativo nos níveis municipais, estadual e federal ainda é muito pequeno.

Apenas trinta e uma deputadas federais foram eleitas entre 1932 e 1985, neste período ocorreram onze pleitos. Apenas após 1986 as mulheres conseguiram espaço no parlamento, entretanto na maioria deles o número de mulheres nem se quer alcança dois dígitos percentuais, apenas em eleições para vereadoras e em algumas para o senado as mulheres conseguiram chegar a índices pouco superiores a 10% do total de candidatos eleitos segundo dados do TSE e encontrados em Miguel e Biroli (2011) e Azevedo e Rabat (2012).

A reabertura política pós-ditadura militar na década de 80 acabou por promover a volta do multipartidarismo e também por articular no congresso um movimento conhecido como “*Lobby do Batom*” constituído por um grupo de mulheres que deu origem a uma Bancada Feminina¹⁶ apartidária. Formada com o intuito de encaminhar propostas e demandas

¹⁶ Composta por 29 deputadas federais Abgail Feitosa, PMDB da Bahia; Anna Maria Rattes, PMDB do Rio de Janeiro; Benedita da Silva, PT do Rio de Janeiro; Beth Azize, PSB do Amazonas; Bete Mendes, PMDB de São Paulo; Cristina Tavares, PMDB de Pernambuco; Dirce Tutu Quadros, PSC de São Paulo; Eunice Michiles, PFL do Amazonas; Irma Passoni, PT de São Paulo; Lídice da Mata, PCdoB da Bahia; Lúcia Braga PFL da Paraíba;

ao novo processo constituinte que ocorria dando origem posteriormente a Constituição Cidadã promulgada em 1988 (BRABO, 2008; AZEVEDO; RABAT, 2011).

Os avanços realizados fruto da participação política feminina e da Assembleia Nacional Constituinte são menores do que os esperados, entretanto as parlamentares não admitiram retrocessos, elas se articularam e alteraram suas agendas e o teor de suas políticas públicas. De forma que a bancada feminina lança-se quando as mulheres da constituinte passam a ser vistas como um grupo, esse fato se expressa pelo surgimento de uma nova realidade política. A proposição do texto constitucional mostrou que mais que “peso” o *lobby* feminino conseguiria produzir efeitos legislativos práticos (AZEVEDO; RABAT, 2011).

A Constituição Cidadã de 1988 passa a ser um instrumento de garantia de igualdade entre homens e mulheres, 26 deputados tiveram participação através de suas proposições (BRABO, 2008).

Mesmo sob a vigência da nova constituição as deputadas se mantiveram organizadas e continuaram a lutar pelos interesses das mulheres, abordando assuntos que apesar de terem sido discutidos não haviam sido incluídos no texto da constituição. “A partir de 1995, a bancada feminina alcançou maior nível de institucionalização, integrando Câmara dos Deputados e Senado Federal na busca do fortalecimento dos valores das mulheres no Parlamento nacional.” (AZEVEDO; RABAT, 2011).

Apesar dos direitos contemplados na Constituição não houve expressivo aumento da representação feminina na política o crescimento e a inserção de mulheres no cenário político tem ocorrido lentamente. Em decorrência dessa situação surge na década de noventa algumas medidas que visam o aumento da participação política.

Moreira (2009), Azevedo; Rabat (2011) e Avelar (2007) consideram que o marco para a inserção e desenvolvimento das cotas no Brasil se deu por meio da realidade de que em

Lúcia Vânia, PMDB de Goiás; Márcia Kubitschek, PMDB do Distrito Federal; Maria de Lourdes Abadia, PFL do Distrito Federal; Maria Lúcia, PMDB do Acre; Marluce Pinto, PTB de Roraima; Moema São Thiago, PDT do Ceará; Myriam Portella, PDS do Piauí; Raquel Cândido, PFL de Rondônia; Raquel Capiberibe, PMDB do Amapá; Rita Camata, PMDB do Espírito Santo; Rita Furtado, PFL de Rondônia; Rose de Freitas, PMDB do Espírito Santo; Sadie Hauache, PFL do Amazonas; Sandra Cavalcanti, PFL do Rio de Janeiro; Wilma Maia, PDS do Rio Grande do Norte (AZEVEDO; RABAT, 2011).

1998 as mulheres mesmo representando quase metade da população não possuíam expressividade no parlamento federal. Esse fator levou a deputada federal Marta Suplicy, do Partido dos trabalhadores, em 1995, a criar um projeto de lei de cotas para mulheres nas listas de candidaturas dos partidos visando aumentar a representação da mulher no ambiente político.

A questão de incluir as minorias entra na pauta do Congresso Nacional em 10 de agosto de 1995, com apoio da bancada feminina, surge então à primeira lei de cotas para inclusão de mulheres na política brasileira. Apesar de ter sofrido intervenções do relator a proposta original resultou na Lei nº 9.100, de 29 de setembro¹⁷, de 1995 que estabeleceu.

A regra se aplicou às eleições de 1996, nas eleições municipais, contudo o Tribunal Superior Eleitoral considerou que pelo tempo entre a aprovação da lei e o pleito não haveria tempo suficiente para instituir a obrigatoriedade para que os partidos efetivamente preenchessem suas vagas, sendo assim as vagas ficaram reservadas as mulheres, mas podendo ser preenchidas por homens (AZEVEDO; RABAT, 2011).

O processo de incorporação da cota só foi facilmente aprovado, pois representava uma pequena alteração na estrutura eleitoral do país, afinal ela não diminui a possibilidade de participação dos candidatos masculinos. Considerando que a lei ampliou para 150% o número de vagas que estavam em disputa e não estabeleceu quaisquer punições para os partidos que não efetivamente cumprissem as regras dos novos contingentes femininos (MOREIRA, 2009; ARAÚJO, 2001).

¹⁷ Lei N.º 9.100, de 29 de setembro de 1995 (Diário Oficial da União de 02/10/95)

Artigo 11. Cada partido ou coligação poderá registrar candidatos para a Câmara Municipal até cento e vinte por cento do número de lugares a preencher.

§ 1º Os partidos ou coligações poderão acrescer, ao total estabelecido no caput, candidatos em proporção que corresponda ao número de seus Deputados Federais, na forma seguinte:

I - de zero a vinte Deputados, mais vinte por cento dos lugares a preencher;

II - de vinte e um a quarenta Deputados, mais quarenta por cento;

III - de quarenta e um a sessenta Deputados, mais sessenta por cento;

IV - de sessenta e um a oitenta Deputados, mais oitenta por cento;

V - acima de oitenta Deputados, mais cem por cento.

§ 2º Para os efeitos do parágrafo anterior, tratando-se de coligação, serão somados os Deputados Federais dos partidos que a integram; se desta soma não resultar mudança de faixa, será garantido à coligação o acréscimo de dez por cento dos lugares a preencher.

§ 3º Vinte por cento, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidas por candidaturas de mulheres.

§ 4º Em todos os cálculos, será sempre desprezada a fração, se inferior a meio, e igualada a um, se igual ou superior (MARTINS, 2007).”

Em 1997 surgem novos debates sobre a Lei eleitoral que regulamentaria as eleições de 1998 e, portanto senadores e deputados voltaram a discutir as cotas eleitorais que vigorariam. O deputado Edinho Araújo do PMDB, e a deputada Marta Suplicy do PT, apoiavam as cotas mínimas de 30 % para mulheres no senado e na câmara além desses deputados a bancada feminina se comprometeu com a busca pela maior igualdade política entre homens e mulheres (VAZ, 2008).

A Lei de Cotas que compõe a nova legislação eleitoral é aprovada em 1997¹⁸, onde o texto assegurou uma cota mínima de 30% e máxima de 70% para qualquer um dos sexos.

A nova formulação do texto de cotas segundo Alves (2010) evita questionamentos, pois estabelece a mesma regra de representação para homens e mulheres de forma que ambos os sexos se igualem perante a lei de cotas. O autor entende que o que o Congresso Nacional acabou formalizando um mínimo e um máximo de vagas para cada sexo nas listagens partidárias.

Contudo a nova política não da conta de garantir a obrigatoriedade de preenchimento dos percentuais estabelecidos mesmo que as vagas garantidas não cheguem a ser ocupadas. Miguel (2008) completa o raciocínio sobre a eficiência das cotas, ao ressaltar que nem mesmo está lei obrigaria os partidos a preencherem todas as vagas reservadas, limitando assim sua eficácia. Pois, a lei não incide ônus algum aos partidos que não preenchem as cotas (VAZ, 2008). Dessa forma mais uma vez as cotas determinadas foram raramente preenchidas (AZEVEDO; RABAT, 2012).

¹⁸ “Lei N.º 9.504, de 30 de setembro de 1997 (DOU 01/10/97)

Artigo 10. Do Registro de Candidatos – “Cada partido poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais, até cento e cinquenta por cento do número de lugares a preencher.

§ 1º No caso de coligação para as eleições proporcionais, independentemente do número de partidos que a integrarem, poderão ser registrados candidatos até o dobro do número de lugares a preencher.

§ 2º Nas unidades da Federação em que o número de lugares a preencher para a Câmara dos Deputados não exceder de vinte, cada partido poderá registrar candidatos a Deputado Federal e a Deputado Estadual ou Distrital até o dobro do das respectivas vagas; havendo coligação, estes números poderão ser acrescidos de até mais cinquenta por cento.

§ 3º, Do Registro de Candidatos – “Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação deverá reservar no mínimo trinta por cento e o máximo de setenta por cento para candidaturas de cada sexo”.

Artigo 80 Das Disposições Transitórias – “Nas eleições a serem realizadas no ano de 1998, cada partido ou coligação deverá reservar, para candidatos de cada sexo, no mínimo vinte e cinco por cento e, no máximo, setenta e cinco por cento do número de candidaturas que puder registrar (MARTINS, 2007).”

Concomitantemente ao processo de formulação das cotas, os partidos políticos tem desenvolvido estratégias internas de adoção de cotas, sobretudo para candidatas dispostas a concorrer cargos do legislativo, essa medida inclusiva surge inicialmente em partidos de “esquerda” em decorrência de processos eleitorais recentes. A posterior adesão de outros partidos se deu em por uma espécie de contágio. Pois quando uma política possui apelo e simpatia popular, outros partidos tenderam a incorporar essas políticas em suas estruturas. Dessa forma Araújo (2001) entende que a adesão partidária às cotas não é decorrente somente de princípios ideológicos partidários, suas concessões visam ganhos eleitorais.

O efeito contágio segundo a autora decorre ou da institucionalização por meio de legislação ou por meio do apelo eleitoral, ou ainda como reflexos de melhores resultados eleitorais de partidos concorrentes. Não há necessariamente por parte dos partidos políticos um compromisso ideológico com a questão.

Araújo (2001) discute que os partidos provavelmente apoiaram as cotas partidárias sem contestar pelo fato de identificarem uma nova janela de oportunidades, pois, considerou o apelo eleitoral intrínseco a questão. A partir de 2013 podemos acompanhar um esforço dos partidos através da mídia em aumentar o número de mulheres em suas listas.

Diante dos baixos índices eleitorais alcançados pelas mulheres mesmo após as primeiras cotas, o Congresso Nacional instituiu que recursos do Fundo Partidário sejam reservados especialmente para formação de mulheres e que as regras de Elaboradoção das listas de candidatas sejam alteradas para que efetivamente se elejam.

Em 2010 é aprovada a Emenda Constitucional (PEC) nº590/06, que reserva vagas em comissões no congresso para mulheres e o Projeto de Lei que aprova 5% do fundo partidário para a formação política, além disso, serão consentidos às candidatas 10% do tempo integral de propaganda político partidário. A bancada feminina em 2011 entrega a proposta de emenda constitucional que acrescente ainda a obrigatoriedade do cumprimento das cotas, onde não houver 30% de mulheres os partidos terão que diminuir o número de homens na chapa até chegar à proporcionalidade (AZEVEDO; RABAT, 2011).

Essa política é decorrente de uma critica sobre a ausência de mulheres para se candidatar aos cargos. A deputada Iara Bernardi, deputada federal de São Paulo pelo PT, atribui esse fato as mulheres ganharem menos que os homens e por isso possuírem menos recursos. A família das candidatas não eleitas dificilmente possuem recursos e/ou capital político suficiente para apoiar-las na conquista do número necessário de votos. Os partidos

políticos se mostram resistentes e tendem a apenas instrumentalizá-las, pois os grupos mais fortes e influentes na política brasileira possuem ainda vínculos oligárquicos e patriarcais (AZEVEDO; RABAT, 2011).

As políticas de cotas adotadas ao entre 1995 e 2010 tem como foco transformar a condição de baixa representação feminina nas câmaras legislativas e no senado. A proposta de incorporação de mais mulheres a política brasileira é decorrente do histórico do país em relação aos índices de participação femininos, de forma que em uma democracia que busque contemplar maiorias e minorias, se faz necessário agregar maior poder de representação às mulheres e a seus interesses.

Mesmo no século XXI a presença feminina nas democracias permanece baixa, no Brasil os índices de elegibilidade giram em torno de 10% de mulheres que se elegem para cargos políticos. Contudo pesquisadores do estudo como Pateman (1993), Araújo (2001) entre outras atribuem esses resultados o reflexo da construção e da definição da distinção entre o espaço que homem e mulher ocupam na sociedade.

Entendem ainda que as ações afirmativas são uma estratégia que busca reconhecer a necessidade de ampliar a inserção da mulher na arena decisória, mas Araújo (2001) afirma que as iniciativas partidárias em abrir espaço para a mulher tanto na estrutura interna como para candidaturas são mecanismo muito mais efetivos.

No contexto brasileiro entre 1994 e 2010 os partidos que mais conseguiram eleger candidatos e quantidade de votos, e, portanto que apresentam maior relevância para esse estudo são: PT, PMDB, PSDB e DEM/PFL. Esses partidos são analisados de acordo com sua capacidade de eleger candidatos e não por estarem cumprindo cotas, segundo as demandas do TSE. Mas a interação entre a arena eleitoral e esses partidos políticos serve para que se pense a relação proposta por Araújo (2001) de que partidos esquerda possuem maior abertura a mulher.

O intuito nesse ponto não é discutir em essência a ideologia por trás das legendas, mas sim a relevância dos resultados encontrados entre o desempenho dos quatro principais partidos políticos estudados nessa dissertação. Essa opção é resultado do fato de que legendas pequenas de direita, centro e de esquerda apresentam pouca relevância individualmente por elegerem¹⁹ na maioria dos casos uma ou duas mulheres. Se somadas essas legendas

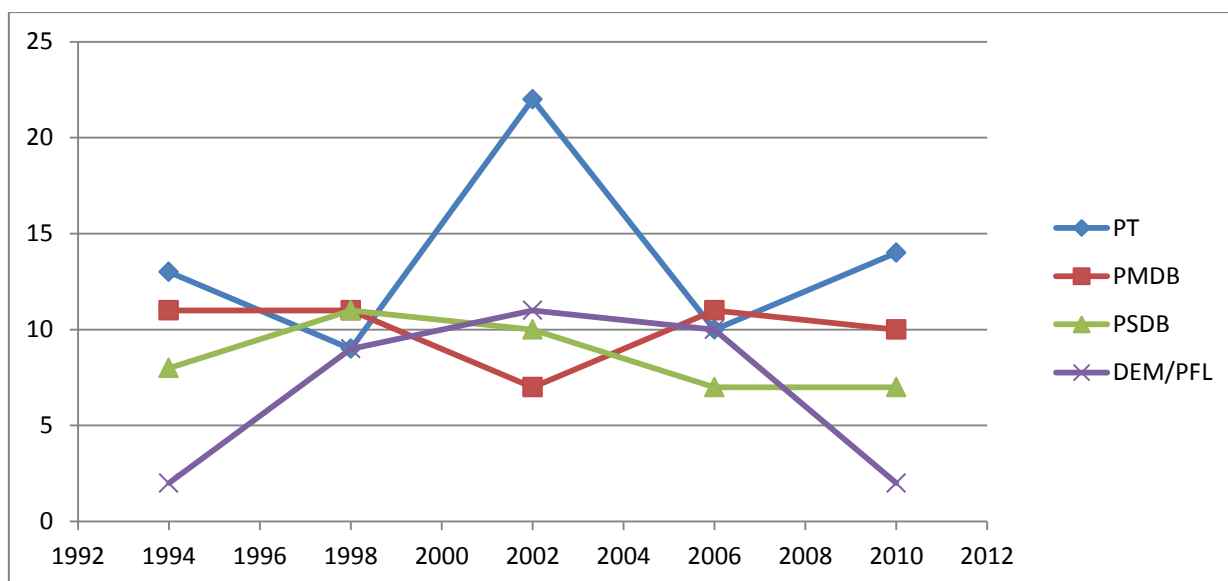
¹⁹ De fato: PPS, PDT, PP, PPR, PTB, PSC, PPB, PTC, PR, PT do B, PC do B, PSB, PL, PMN, PSOL e PV elegeram pelo menos uma candidata entre a 50^a e 54^a legislatura.

mostrariam ainda que em números totais um desempenho inferior aos do: PT, PMDB, PSDB e DEM/PFL. Assim os partidos mais relevantes dentro de seus espectros ideológicos são os selecionados por essa pesquisa. Ou seja, dentre os de esquerda o PT, o de direita DEM/ PFL e PSDB e os de centro como PMDB.

O gráfico 1 abaixo demonstra o desempenho eleitoral dos quatro partidos referidos nesse estudo, PT, PMDB, PSDB e DEM/PFL, em relação as legislaturas 50^a, 51^a, 52^a, 53^a e 54^a, que ocorreram entre 1994 e 2010.

A escala está descrita em intervalos de dois anos, no eixo x, para que se possa acompanhar melhor a evolução ou o decréscimo do desempenho de cada partido, através do gráfico de linhas, contudo os dados e resultados referentes a 1994, 1998, 2002, 2006 e 2010 estão pontuados. No eixo y a escala corresponde ao intervalo de até cinco mulheres por faixa variando de zero ao máximo de 25.

Gráfico 1: Número de mulheres eleitas para cargo de Deputada Federal entre 1994 e 2010 em relação aos partidos analisados



Fonte: Elaborado pela autora segundo dados do TSE disponíveis em Jan.2014

Podemos observar que o desempenho referente ao PT nos apresenta os índices mais baixos em 1998 e em 2006, tendo como pico o ano de 2002, esse fato pode estar atrelado ao desempenho do partido na eleição presidencial, acredita se que as eleições do executivo podem influir de alguma forma sob os resultados do legislativo. O desempenho do partido em 1994 e em 2010 apresenta índices de desempenho bem próximos. Dentre os quatro partidos o

PT é o que apresenta o melhor desempenho, ou seja, trata-se do partido que mais elegeu de forma geral mulheres. Pois mesmo seus piores desempenhos igualam-se de forma geral a constante dos outros partidos políticos.

O PMDB é o segundo partido com os melhores índices eleitorais femininos, ele apresenta certa linearidade em seu desempenho ao longo dos anos, ou seja, seu único ponto que foge do comportamento mediano, em relação a seu desempenho e do outros partidos, seria na eleição de 2002. De maneira geral o partido sempre elege ou reelege cerca de 10 mulheres.

O PSDB apresenta índices de elegibilidade feminina maiores durante 1998 e 2002 e um decréscimo em 2006 e 2010 nessas duas últimas eleições o partido não conseguiu um bom desempenho na eleição de mulheres.

O DEM/PFL por sua vez demonstra índices extremamente baixos de elegibilidade e, 1994 e em 2010 e certa constância entre seus índices de 1998, 2002 e 2006.

O desempenho dos partidos políticos apresenta um comportamento comum, em relação ao total de cadeiras que conseguem para deputado federal todos deixam de cumprir até mesmo o número mínimo de mulheres propostos pelas cotas.

Para Araújo (2001) o que pode contribuir para a incorporação da mulher na política é o fato de que em sistemas bipartidários com partidos grandes poderiam concentrar a ocupação de cargos no interior das organizações partidárias consolidadas, enquanto em sistemas multipartidários, caso do sistema de partidos do Brasil, seria possível uma maior renovação e a inclusão. Para a autora o mais indicado para garantir oportunidade para mulheres seriam partidos com um contexto interno, ideologia de esquerda e mais organizados estruturalmente com maior grau de centralização de suas decisões em torno de instâncias orgânicas e menor grau de lideranças individuais. Os dados acima demonstram que o PT garantiu a eleição do maior número de representantes, corroborando com os pressupostos de Araújo.

Se consideramos a proposição de Araújo (2001) e os dados contidos no Gráfico 1 de fato podemos concordar que partidos ideologicamente mais a esquerda tenderiam a absorver e investir em candidaturas femininas. “Os partidos de esquerda abrem espaço para candidaturas e, proporcionalmente, elegem mais mulheres, embora seus padrões venham se aproximando do centro (ARAÚJO, 2001).”

As cotas impulsionam também as candidatas do centro e da direita em termos de candidatura. As afirmações da autora são pertinentes às reflexões possíveis a partir dos dados eleitorais coletados, contudo a renovação que Araújo (2001) propõe que esteja acontecendo

não é de fato existente quando percebemos o alto índice de reeleições e de candidatas que apresentam uma trajetória política. Estes dados serão discutidos no capítulo 2.

Dessa forma o que poderia ser tido como fator que determina a elegibilidade feminina: a fidelidade e o envolvimento com os partidos políticos ou sua origem política e sua capacidade de construir ou herdar um capital político, ou ambos?

Simone Bohn (2008) afirma que o Brasil, tem apresentado conforme constam nas proposições de alguns autores como Mainwaring (1991) a tendência de centrar campanhas em candidatos quando estes aparentam estar associados a organizações partidárias que apresentem certa debilidade, e pelo fato do princípio eleitoral ser o sistema proporcional de lista aberta.

Outra reflexão passível de ser construída decorre do proposto por Manin (1995), ao afirmar que o reflexo da atual representação política seria fundamentado pela discussão de que atualmente a representação estaria mais enraizada na confiança entre seus candidatos do que propriamente em partidos. Os eleitores estariam se identificando mais com candidatos personificados do que com os partidos políticos. Pois os partidos estariam caminhando para uma centralização de suas posturas e diminuindo suas distâncias ideológicas.

As posições diversas apresentadas pelos autores da representação política e da discussão da força dos vínculos entre candidatas e partidos políticos perpassam as análises e resultados expressos ao longo dos próximos capítulos.

O Quadro 1 trata comparativamente dos dados referentes as mulheres que se candidataram e as que de fato foram eleitas entre 1994 e 2010, segundo suas legislaturas. Nota-se que mesmo limitando se a quatro partidos essa pesquisa abrangeu altos percentuais de cobertura do total de mulheres que se elegeram, esse dado expressa-se na quarta coluna.

Quadro 1: Número de candidaturas lançadas e número de eleitas entre 1994 e 2010.

Legislatura	Candidaturas Femininas Lançadas *	Número de mulheres eleitas *	Percentual de mulheres cobertas pela pesquisa
50 °	181 (6%)	42 (8,18%)	66,60%
51 °	332 (9,76%)	39 (7,60%)	82%
52 °	490 (11,41%)	52 (10,14%)	73,10%
53 °	715 (13,56%)	46 (8,96%)	65,20%
54 °	935 (19%)	52 (10,14%)	46,20% ²⁰

* Os percentuais na segunda e terceira coluna remetem especificamente a diferença entre os números totais encontrados (considerando homens e mulheres) e os números totais encontrados que são especificamente femininos.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados disponíveis em: <http://www2.camara.leg.br/> em Jun. 2014

A partir destes dados notamos que nem mesmo de forma geral as candidaturas lançadas correspondem às delimitações propostas pelas cotas de no mínimo 30%. Cumprir as cotas tem sido uma das grandes dificuldades para os partidos políticos. Se comparados os dados gerais podemos observar que somente após 2002 as mulheres conseguem chegar a expressar pouco mais do que 10% das candidaturas propostas para os cargos de deputada federal.

O número de candidaturas femininas lançadas cresceu ao longo dos pleitos, mas não chega nem mesmo em 2010 a atingir os 30% propostos na legislação esse fator pode indicar segundo pesquisas de Avelar (2002) e Araújo (2001), um déficit de mulheres que se disponha a entrar para a vida política, um déficit de mulheres dentro das estruturas partidárias, ou ainda ser um indicativo reforçador de que ainda serão necessárias novas transformações sociais para que a mulher tenha interesse pela política rompendo com a dicotomia entre público - privado.

Contudo devemos perceber que entre as mulheres eleitas e as candidaturas propostas a repetição de algumas candidatas como aposta dos partidos políticos e a reeleição são indícios de que de certa forma as mulheres que entram para a política e conseguem se eleger também são capazes de racionalizar seus atos e se manterem no jogo político. Os índices de reeleição serão comparados com maior propriedade no Capítulo II.

O Quadro 1 nos mostra que mesmo com as cotas partidárias existem empecilhos a candidatura de novas mulheres no ambiente político, pelas mais distintas causas que variam

²⁰ Esse percentual cai a partir desse ponto pois, durante essa legislatura houve o rearranjo de algumas deputadas que se elegiam pelo PFL. Quando a legenda muda para DEM muitas das deputadas federais do PFL migram para o Partido Socialista Brasileiro (PSB) ou para partidos menores.

com o dito anteriormente de questões históricas, culturais e sociais. Contudo o intuito deste trabalho é entender não os entraves ao desempenho feminino e sim o que de fato é um diferencial para as mulheres que chegam à cena política.

1.4 Conclusões

O intuito da discussão construída por este capítulo é pontuar as teorias essenciais para a compreensão do recorte temático dessa discussão e para o entendimento dos resultados que serão trabalhados nos Capítulos II e III.

Vimos a relação da sub representação da mulher na política, especificamente no que se refere as mulheres que se elegem como deputadas federais. Mas a discussão salienta que em um país com maioria da população feminina os índices de participação e representação política, são extremamente menores do que os masculinos.

Algumas justificativas para esse baixo desempenho foram pontuadas entre elas: a falta de identificação de mulheres com candidatas, o custo de campanhas, a permeabilidade de novas mulheres nos partidos, entre outros. As explicações para a dificuldade de inserção da mulher na política foram pontuadas até aqui com base em pesquisadores que fundamentaram as questões da representação feminina.

As teorias da representação política e a teoria das elites são fundamentais para entendermos o caminho que será percorrido por esta dissertação. Assim como podemos perceber a influência de fatores: culturais, históricos e sociais nas relações políticas.

A sub representação é um dos indícios de que a busca pela igualdade de gênero ainda precisará romper com uma série de barreiras mas por outro lado é um indicativo do sucesso de tudo que foi conquistado até então. Do direito de votar até ao direito de ser votada, cada avanço político e social conquistado pelas mulheres abre sempre precedente para um novo avanço.

De fato não há equidade em um sistema político que elege tão poucas mulheres, mas, é preciso pensar de que forma essas mulheres conquistam seus cargos em um universo essencialmente masculino. A representação abre para as mulheres a possibilidade de discutir na Câmara dos Deputados e no Senado políticas públicas que busquem valorizar direitos das mulheres.

As cotas políticas apesar de não conseguirem o efeito esperado são um indicativo de que a política brasileira está preocupada em discutir meios e possibilidades que aumentem a

permeabilidade de mulheres no sistema político brasileiro. Os partidos políticos a fim de acompanhar as exigências da cota têm criado lideranças e secretárias específicas dirigidas as mulheres. Uma série de pequenas posturas tem sido adotadas a fim de buscar cooptar novas candidaturas femininas, contudo em contra partida alguns partidos tem apenas lançado candidaturas que não contam com suporte ou financiamento do partidos estas são apenas com o proposito de cumprir as cotas.

Em síntese esse capítulo apresentou além da discussão teórica os primeiros números referente ao desempenho das candidaturas lançadas e das candidatas eleitas pelos quatro partidos analisados: DEM/PFL, PT, PSDB, PMDB, entre 1994 e 2010, nossos objetos de estudo.

Contudo a pretensão a partir deste capítulo não é mais a de discutir os motivos que dificultam a inserção política feminina, mas sim observar quais fatores podem convergir para as mulheres que obtiveram êxito nas urnas e se elegeram pelos quatro principais partidos políticos brasileiros.

Capítulo 2. Breve reflexão sobre o sistema político e os partidos políticos no Brasil

Este capítulo investigará o desempenho eleitoral e o perfil das mulheres que conseguiram se eleger para a Câmara dos Deputados nas legislaturas de 50^a à 54^a. Para dar conta dos objetivos deste capítulo a análise realizada será comparativa entre homens e mulheres, de cada um dos partidos deste estudo. E posteriormente somente entre as mulheres de cada um dos partidos.

A discussão teórica restringir-se-á a arena eleitoral, ao desempenho dos partidos políticos nas eleições e buscará avaliar se os partidos apresentam estruturas organizacionais que privilegiem a participação feminina dentro da própria estrutura do partido. E por fim examinará o perfil político e social das parlamentares eleitas. As deputadas e deputados suplentes que chegaram a assumir foram desconsiderados desse estudo, a fim de garantir melhor operacionalidade.

As metodologias aplicadas para os dados coletados nesse capítulo são: quantitativas e qualitativas, pois, os eleitos dos partidos selecionados foram elencados tabelados e perfilados de acordo com as informações disponíveis nos sites do TSE e da Câmara dos Deputados, apenas poucos casos não puderam ser contabilizados em decorrência da ausência de descrição de dados nos sites, mas este número restringe a pesquisa a uma margem de erro de cerca de 1%.

Apenas com relação ao estado civil do candidato a fonte de pesquisa teve como referência o que foi declarado pelos candidatos ao perfil: “UOL eleições” pois, não há descrição de estado civil na biografia disponível no site da Câmara dos Deputados. Foram realizadas buscas e cruzamentos para identificar as mulheres que possuíam parentesco com políticos homens, tendo como base os sobrenomes.

Os dados foram coletados e organizados de forma a traçar um “perfil” sócio – ocupacional e político. Buscando encontrar convergências entre os candidatos que se elegeu pelo partido, considerando não apenas média de idade, estado civil, escolaridade como também variáveis políticas e a permanência das mulheres em suas legendas partidárias ao longo de suas trajetórias (tempo de filiação). A análise buscou contemplar a relação direta entre a parlamentar e o partido que a elegeu.

Os aspectos pesquisados buscam compreender se há ou não um “padrão” ou um “perfil” comum entre os eleitos que apresente características comuns. Testando se o gênero ainda encontra barreiras partidárias para firmar-se paritariamente na sociedade brasileira.

A discussão teórica nesse capítulo, portanto trata do sistema político brasileiro para incitar posteriormente a discussão de partidos e os resultados que foram encontrados.

A democracia Brasileira legitima-se sob o voto e a representação política. Os partidos políticos dentro dessa lógica atuam para viabilizar esta dinâmica, garantindo que a institucionalidade do sistema seja organizada e legitimada. O poder passa a ser o objeto de desejo dentro da lógica do sistema. Os partidos e candidatos racionalizam suas ações para que cheguem à vitória eleitoral, as estratégias eleitorais tendem a ser organizadas e pensadas para que os atores políticos correspondam às expectativas eleitorais. Percebe-se a partir dessa lógica que o sistema político partidário sofre influência do sistema eleitoral (ARAÚJO, 2005).

A dinâmica dos partidos políticos se faz necessária como instrumento do controle e da participação da sociedade na política (LAPALOMBARA; WIENER, 1966). Para Sartori (1982) os partidos políticos são necessários por reconhecerem as diversidades, defenderem interesses de grupos distintos, e por serem fruto do pluralismo o que garante maior representatividade à lógica da democracia.

Os partidos políticos são tratados por Sartori (1982) como mecanismos capazes de garantir a comunicação entre a sociedade e o Estado, representando os interesses da sociedade, a participação, organizando a disputa dos candidatos pelos votos e exercendo o governo do Estado.

Katz e Mair (1992) afirmam que pela dinâmica das relações em que se inserem e interagem os partidos políticos são estruturas com distintas configurações organizacionais passíveis de se adaptarem e readaptarem, mas, que mesmo diante dessa capacidade apresentam padrões e tendências comuns para se firmarem no sistema político.

Os autores Katz e Mair (1992) sugerem ainda que os dois estudos pesquisadores mais importantes que buscam semelhanças e padrões entre os partidos políticos são: a origem dos partidos pensada por Duverger (1970) e a teoria das organizações pensada por Panebianco (2005).

Sobre a forma como os partidos se constituem Duverger (1970) propõe duas possibilidades. A primeira trata dos partidos criados a partir do interior do parlamento e que se estendem a sociedade, em períodos eleitorais constituindo uma estrutura organizativa direta entre eleitores e partidos. A segunda possível origem seria a de partidos de origem social ou

externa se formam a partir de setores da sociedade, ou seja, nascem a partir de segmentos externos aos quadros parlamentares. Exemplos da segunda possibilidade são movimentos sociais, sindicatos, clubes, entre outros e que constituem partidos de estrutura indireta, que criam a relação eleitor- organização- partido.

Estabelece que partidos de quadro se caracterizam por serem organizações compostas por líderes notáveis e pelas classes aristocráticas enquanto que partidos de massa se organizam em torno de diversos segmentos de forma ampla e inclusiva.

Panbianco (2005) por sua vez entende que a explicação de Duverger (1970) não é suficiente para explicar as diferenças que existem na organização dos partidos de origem interna ou externa. O autor propõe então que as características organizativas de um partido dependem na verdade de como a organização nasce e se consolida e que a gênese do partido pode influir sobre suas características organizativas mesmo após décadas de sua formação. As organizações político partidárias trazem consigo marcas de sua formação e das decisões político administrativas de seus fundadores ao “modelarem” a organização.

A organização partidária é complexa por aglutinar em si uma pluralidade de grupos políticos que podem ser extremamente heterogêneos. As especificidades que marcam a trajetória particular de cada partido político culminam na forma que a organização interna estruturar-se-á, possibilitando que uniformidades e diferenças possam ser identificadas na origem dos modelos partidários.

Determinam-se assim três conjuntos de fatores que possibilitam identificar diferenças organizacionais: 1) Refere-se ao modelo pelo qual os partidos se desenvolvem. Eles podem se desenvolver por penetração territorial quando um “centro” controla ou estimula o desenvolvimento periférico por meio de formações locais e intermediárias do partido; por difusão territorial quando se desenvolvem por “germinação espontânea”, quando elites locais constroem as associações partidárias e apenas depois integram essas associações em uma única organização nacional ou por ambas as formas. O modelo de difusão ou penetração não corresponde diretamente nem ao modelo interno nem ao externo proposto por Duverger (1970);

2) Esse conjunto refere-se a presença ou a ausência de uma instituição externa que promova o nascimento do partido, pois esse fator muda a fonte que legitima a liderança do partido. Para o caso de uma instituição externa pode ocorrer lealdades organizativas que

formam no partido “lealdades indiretas” se esses se voltarem para a instituição externa antes de se voltarem para o partido, ou a instituição externa é a caracterizada como a fonte de legitimação da liderança e que faz com que haja disputa interna pelo poder “legitimação interna”.

3) Neste conjunto o autor trata do fato do partido possuir ou não caráter carismático em sua constituição. O partido pode ser formado por líderes que se colocam como idealizadores e que possuem símbolos políticos que possuam forte relação simbólica de carisma preso à imagem de seus partidos. Pode ser formado também por líderes que derivam de intensos momentos históricos que acabam por predispor as pessoas a os perceber como a liderança mais qualificada para lhes oferecer uma “salvação” frente à crise “carisma situacional”. O carisma puro difere do carisma situacional, pois, o partido não é simplesmente uma organização do líder e sim por ter nascido de uma pluralidade de estímulos e impulsos, permitindo então que outros agentes garantam para si certo grau de controle sobre as zonas de incerteza da organização (PANEBIANCO, 2005).

A ideologia é outro elemento fundamental para o estudo dos partidos políticos, pois o espectro político: esquerda-centro-direita permite a diferenciação dos partidos na cena política (SILVA; SIMÕES; PRATTI; PESTANA, 2011). Contudo, ao longo do século XX mudanças sociais e políticas atenuaram algumas dessas diferenciações e influíram sobre o desenvolvimento das instituições e sobre as transformações políticas que marcam o sistema político e o desempenho das organizações diante as novas alternativas de representação (MENEGUELO, 1998).

Mainwaring e Scully (1995) entendem que a organização dos partidos políticos latino americanos se configura como instituições frágeis. Isso se deve ao fato de nossos partidos serem organizações que se constituíram em condições políticas restritivas a seus atores sociais, resultando em baixa capacidade de organização e funcionamento das estruturas como legítimas organizações representativas.

Ribeiro (2010) cita que é preciso considerar as peculiaridades do desenvolvimento histórico brasileiro. Isso porque a organização do Estado brasileiro foi fundamentada em um Estado burocrático forte e centralizado que se formou antes mesmo que a sociedade e os partidos conseguissem se articular ao redor do aparelho do Estado. Esse fator culmina

diretamente sobre a formação e a organização do sistema político partidário, criando inclusive “clientelismos estatais”.²¹

No Brasil, o fim do bipartidarismo após a década de 80 culminou na reconfiguração das regras de organização partidária e na emergência de muitos dos partidos que hoje configuram o multipartidarismo brasileiro. O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) se reconfigurou em 1979 assim como o Partido da Frente Liberal (PFL), que posteriormente após cisão interna em 2007 se transforma em Democratas (DEM) e em 1980 surge o Partido dos Trabalhadores (PT). Em 1987 emerge de dissidentes do PMDB o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) (KINZO, 2007).

Esses partidos constituem-se como os mais relevantes na competição política, a formação de bancadas, alianças e coligações, mesmo considerando-se a existência atualmente de 32 partidos políticos reconhecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Ao longo da experiência democrática brasileira, pós-autoritária, podemos admitir que apesar de recente o sistema político partidário já pode estruturar suas organizações em todos os cantos do país, construir características próprias em cada uma delas, criar bases de apoio eleitoral e alianças partidárias (KINZO, 2007).

A discussão teórica sobre o sistema político partidário brasileiro tem como objetivo demonstrar que o partido político é a estrutura responsável por garantir na lógica do sistema político que os indivíduos sejam representados e possam reivindicar suas demandas. Ou seja, em teoria o partido político é um instrumento para que o maior número possível de grupos sejam representados. Onde a resposta pelo desempenho dentro dessa lógica de interlocutor entre indivíduo e Estado se daria por meio do voto.

A organização dos partidos dentro do espectro ideológico faz com que os indivíduos possam criar uma identificação com o partido ou com os que se candidatam por aquele partido. Os partidos devem se constituir como estruturas dinâmicas capazes de se adaptarem e readaptarem as mudanças sociais.

²¹ Ribeiro segue aspecto já discutido por Campello Souza (1983, p.27-37 *apud*. Ribeiro, 2008)

2.1 Aspectos ideológicos e organizacionais que atuam diretamente na questão da elegibilidade feminina

A competição partidária sofre influência de fatores econômicos, ideológicos e organizacionais. Partimos do grande indicativo pesquisador de que em democracias consolidadas os primeiros partidos que apresentaram perspectivas claras de mudança para incluir a participação de mulheres é produto de partidos de esquerda (KATZ E MAIR, 1992).

Araújo (2005) observa que a partir da última década se disseminou a iniciativa inclusiva nas agendas de partidos no Brasil. Ampliar políticas de gênero e lançar mais candidatas a cargos legislativos fez com que os partidos de esquerda disseminassem o “efeito contágio”. A autora aponta que a organização das mulheres, como por exemplo, as feministas, criam espaço para novas agendas de discussões relacionadas a temas femininos, como aborto, violência feminina e igualdade dos salários. Esses grupos e movimentos sociais impõem novas demandas, pressionam a sociedade e o Estado a fim de conduzir compromissos públicos que aumentem a permeabilidade das esferas de poder.

Como proposto por Sartori (1982) os partidos precisam possuir a capacidade de rearranjar-se segundo as necessidades sociais. Para tal os partidos políticos brasileiros tiveram de rever suas estratégias partidárias para garantir um espaço maior à mulher na política, não igualitário, mas que busca criar paulatinamente mais condições de equidade. Para se adequarem as cotas instituídas os partidos criaram secretárias própria para mulheres. E no caso do PT cotas internas paritárias visam garantir a participação de mulheres em cargos dirigentes.

Pipa Norris (2003) a partir da observação dos sistemas políticos descreve que os primeiros passos que levam a essa busca ativa dos partidos é decorrente de acordos internacionais e nacionais com órgãos que visam o empoderamento da mulher. Cotas e programas dos mais diversos nuances são criados com o intuito de facilitar a participação da mulher, mas por outro lado mesmo com essas medidas barreiras maiores interna e externas as partidos políticos e ao sistema político precisam ser rompidas. A organização das mulheres no interior dos partidos pode ser uma das estratégias que confeririam maior espaço e oportunidade ao surgimento de mais mulheres na política.

O maior obstáculo para as mulheres é o de conseguir romper com a lógica da preservação ou expansão dos ganhos eleitorais, pois, esta se sobrepõe na maioria das vezes aos compromissos ideológicos. Araújo (2005) afirma que ao invés de se pensar em cotas o

momento político e o sistema político exigem que se galgue uma maior igualdade de oportunidades.

O grau e a organização interna de cada um dos partidos políticos são fundamentais para aumentar as oportunidades de inserção feminina e competição. O nível de institucionalidade organizacional do partido, e a perenidade homogenia a homens e mulheres contribuem para que os núcleos decisórios possam ser ocupados também por mulheres. Organizações mais estruturadas e padronizadas tendem a ser mais democráticas, pois, o controle da participação dos seus membros é de amplo conhecimento e as prévias do partido permite a participação daqueles que querem disputar um cargo (ARAÚJO, 2005).

Quanto mais institucionalizada a dinâmica e o funcionamento orgânico das estruturas internas e do processo de seleção e menor a influência de lideranças pessoais, na estruturação do aparato decisório e nas candidaturas e no recrutamento maior será a chance de que as mulheres se insiram nesse cenário de competição política (ARAÚJO, 2005; NORRIS, 1993; MATLAND, 2002).

Partidos que apresentam menores índices de institucionalização e tem suas estruturas informais possuem uma cultura de tomada de decisões mais personalista e não respondem necessariamente aos interesses programáticos do partido desencorajando o ingresso de novas mulheres. A centralização dos partidos pode diminuir a dinâmica das relações e escolhas de novos atores por isso faz se necessário que os partidos desenvolvam uma estrutura bem definida e institucionalizada respeitando a burocracia (ARAÚJO, 2005).

Dentre os quatro partidos comparados nesse estudo, podemos perceber que o PT é o primeiro partido a apresentar estratégias organizacionais que tinham o objetivo de romper com as barreiras internas e garantir mecanismos legais que permitissem maior dinamismo e participação (Ribeiro, 2010).

Com base na teoria tal característica é correspondente às proposições de que em partidos de esquerda, mulheres possuiriam maiores recursos permeáveis à possibilidade de concorrer a cargos políticos.

Já na formação do Partido dos Trabalhadores uma Comissão de Mulheres galgava por espaço e representação interna e externa a estrutura partidária. De modo geral a presença de mulheres em cargos dirigentes sempre foi pequena, mas a partir de cotas implementadas pelo partido na década de 90, um maior número de mulheres conseguiu chegar aos diretórios nacionais, contudo tratam de cinco dirigentes apenas considerando que na época 40% do número de filiações do partido era de mulheres (RIBEIRO, 2010).

Cotas de 30% foram aplicadas primeiramente nas direções municipais e estaduais, com obrigatoriedade de se respeitar a mínima proporção nas chapas. Porém a militância feminina cobrava posturas mais efetivas durante os Encontros Nacionais e que o cumprimento das normas e a formação política das mulheres pudessem contar com mais recursos que estimulassem a participação (RIBEIRO, 2010).

Em 2012 o PT fez uma reforma estatutária e definiu a paridade entre homens e mulheres em órgãos de direção. Meneguello, Mano e Gorski (2012) complementam ainda afirmando que não existe outra organização que traduza em sua dinâmica interna tal sensibilização a participação das mulheres na dinâmica eleitoral.

A pesquisa do Inter - Parliamentary Union (IPU) realizada em 1997 que envolveu 418 partidos em 86 países em todos os continentes constatou que em apenas 10,8% desses partidos as mulheres ocupavam cargos de presidência ou secretária geral. Ou seja, o resultado comprova que a cultura política dominante ainda está muito aquém de cumprir com a equidade de gênero (ARAÚJO, 2005).

O estudo realizado em 2012 sobre a participação das mulheres na Executiva nacional dos partidos realizada por Meneguello, Mano e Gorski (2012) apresentam que o PT conseguiu alcançar um percentual de participação de 40% de mulheres na composição da executiva nacional, o partido com o maior índice, o PMDB apresentou 25%, o PSDB 11% e o DEM o menor índice apenas 6% de representantes compõem sua executiva nacional.

Podemos perceber a partir da pesquisa realizada nesta dissertação que entre as parlamentares que se elegem como deputada federal dos quatro partidos analisados que 80% delas ocupam cargos na estrutura organizacional de seus partidos a níveis municipal, estadual e nacional, desse total, entretanto 26% chegam a ocupar cargos de importância no nível nacional, mas a maioria está nos níveis inferiores. Se comparado ao total de deputados observamos que estes chegam a ocupar 98% em média dos cargos dentro da estrutura de seus partidos.

Vale salientar que dentre as mulheres eleitas para a Câmara dos Deputados pelo menos 30% das que ocupam cargos de destaque em seus partidos ocupam na verdade cargos referentes a secretárias da mulher e instâncias relacionadas diretamente a questão de gênero feminino. Desta forma a primeira barreira comprovadamente a maior inserção de mulheres na política é a forma como a estrutura da organização partidária está baseada em filtros que acabam reduzindo os espaços de poder, o que por sua vez inibem a capacidade das mulheres de se colocarem como figura ativa dentro da lógica partidária.

Ou seja, os partidos têm “maquiado” a participação interna das mulheres na estrutura do partido para que pareçam aos olhos da sociedade mais igualitários. As cotas têm criado mecanismos para que as mulheres participem, mas não necessariamente de forma propositiva. A imagem 3 é um possível exemplo que mostra que apesar de criarem espaços para as mulheres nos partidos políticos esses espaços não necessariamente seriam de discussão política. A página do PSDB mulher, por exemplo, apresenta aos leitores receitas.

Imagem 3: Referente ao conteúdo da mídia feminina do PSDB



Fonte: Página do PSDB Mulher

Dentre as Deputadas federais eleitas um comportamento recorrente é o fato de que a mulher que consegue se reeleger apresenta maior visibilidade ou capital político em relação às demais. Elas conseguem ocupar a liderança das secretárias das mulheres, internas aos partidos e algumas conseguem cargos de vice liderança de outros tipos de secretárias e cargos nos diretórios em níveis municipais e federais.

Dentre as mulheres analisadas nessa pesquisa apenas cinco ocupam cargos de vice liderança de um diretório estadual sendo: duas do PT e uma do DEM/PFL, uma do PMDB e uma do PSDB, esse número representa pouco mais de 5% das mulheres eleitas estudadas.

Araújo (2005) justifica que a debilidade existente no grau de institucionalização dos partidos em nível nacional decorre de vínculos regionais e/ou locais e que se voltam para interesses paroquiais de elites locais e não para objetivos pragmáticos de abrangência

nacional. Em contra partida alguns autores entre eles Santos (1997) entendem que o grau de coesão e a disciplina partidária sugerem que as instituições, no caso os partidos, estejam apresentando cada vez mais práticas menos individuais e restritivas a apenas um grupo de atores.

Se os objetivos programáticos dentro da estrutura partidária, não forem comuns nas instâncias: nacionais, estaduais e municipais eles podem dificultar políticas de equidade de gênero. O partido que pretende adotar uma política inclusiva deve se organizar de forma que passe a ser o mais independente possível de lideranças locais.

Os diversos autores que discutem a política de gênero e de cotas apontam que os estatutos partidários não apresentam diferenças significativas quanto ao processo de recrutamento, entretanto, a permeabilidade de cada um deles as novas candidaturas não apresentam um equilíbrio equitativo de gênero e um comportamento distinto em relação aos diferentes partidos. Com base nessas observações defende-se a hipótese de que o recrutamento e o acesso a minorias, nesse caso a mulheres, são de certa maneira facilitados pelos partidos de esquerda (GORSKI, MANO e MENEGUELLO, 2012; ARAÚJO, 2005; PERISSINOTO e BOLOGNESI, 2009; KITTILSON, 2006).

Por questões organizacionais ou mesmo ideológica tanto os pesquisadores como os dados encontrados em relação a essa pesquisa mostram que os partidos de esquerda são mais permeáveis à participação feminina e a proposição de candidaturas.

2.2 Sistema eleitoral de lista aberta

O sistema eleitoral como dito acima é responsável por influenciar as estratégias de partidos e candidatos. O sistema eleitoral em vigor no Brasil oferece aos eleitores duas possibilidades de votar em um nome, personificando o voto, ou então, votar no partido político, na legenda em si garantindo ao partido o voto. O partido ou a coligação passam então a serem responsáveis por computar os votos em nome do candidato mais votado de cada lista. O voto na legenda é contabilizado apenas na distribuição das cadeiras entre os partidos, mas não influi na distribuição entre candidatos (NICOLAU, 2007).

No caso da Câmara dos Deputados, que remete diretamente aos interesses desse estudo temos que: os partidos podem apresentar uma lista de candidatos de até uma vez e meia o número de cadeiras da circunscrição eleitoral; em caso de existência de coligações entre partidos esse número sobe para duas vezes. Contudo desde 1998 o processo sofreu

interferência de uma cota de candidatos por gênero visando ampliar o número de mulheres. As listas deveriam passar a respeitar um mínimo e um máximo proporcional de representantes segundo o gênero (NICOLAU, 2007).

Entre as regras eleitorais exige-se que um candidato ou candidata não possa disputar simultaneamente mais de um cargo ou candidatar-se por mais de um estado em uma mesma eleição. O cidadão que se candidatar deve estar filiado a um partido político e possuir um domicílio eleitoral pelo mínimo de um ano, ser alfabetizado e possuírem ter no mínimo 21 anos para o cargo de deputado federal, a idade está prevista no texto da constituição de 88²².

O regimento interno de cada partido é o responsável pelo processo de escolha dos candidatos, a legislação partidária exige apenas uma convenção estadual para formalizar a escolha dos candidatos, as convenções costumam acontecer em junho em anos eleitorais, pois, o registro das candidaturas deve ser realizado no início de julho na justiça eleitoral (NICOLAU, 2007).

A legislação permite ainda coligações para disputar cadeiras nos distritos eleitorais. Até 1998 os diretórios estaduais dos partidos possuíam autonomia para decidir sobre as coligações com esparsas interferências nacionais. A única proibição da legislação eleitoral se restringia ao fato de que fossem criadas coligações diferentes para cargos majoritários e proporcionais. Em 2002 o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) vetou coligações que fugissem a lógica nacional, ou seja, partidos coligados nas eleições presidenciais não deveriam apresentar coligações diferentes no âmbito estadual, mas, partidos que não apresentassem candidatos a presidente poderiam se coligar com quaisquer partidos nos estados.

Braga, Veiga e Miríade (2009) concluíram, com base em Mainwaring (1992), que no Brasil o partido tem controle sobre a escolha dos candidatos mesmo se tratando de um sistema com lista aberta. Nesse processo seriam as lideranças locais as que conseguiriam exercer maior poder sobre as indicações. Não há como garantir dessa forma um processo de indicação igualmente competitivo e que divida os recursos financeiros do partido da mesma forma.

Apenas no caso de partidos centralizados as lideranças nacionais possuiriam maior relevância na escolha dos candidatos, pois em partidos descentralizados as decisões são tomadas a nível local. O perfil e a quantidade de candidatos apresentados por cada um dos partidos em cada um dos períodos eleitos, no que se refere a candidatos a deputado federal, dependem do tamanho do partido, da existência ou não de coligações e a relação de possíveis candidatos pré-dispostos a concorrer pela vaga (BRAGA; VEIGA; MIRÍADE, 2009).

²² Disponível em: <http://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/2581389/a-constituicao-federal-preve-idade-maxima-como-condicao-de-elegibilidade-denise-cristina-mantovani-cera>. Acessado em: Nov. 2014.

Nicolau (2007) afirma que a dimensão territorial e a diversidade territorial são fatores que influenciam diretamente na criação das listas que serão apresentadas. Critérios geográficos, manobras para evitar superposições de candidatos em uma mesma área, e a tentativa de privilegiar nomes com prestígio em determinados setores específicos podem ser observados se considerarmos os estudos sobre as candidaturas.

Em seus estudos com base no que os partidos políticos brasileiros descrevem em seus estatutos como critérios de recrutamento político, Braga (2008) e Álvares (2006), encontraram como pré-requisito comum a todos os partidos que os candidatos sejam filiados, contudo somente o estatuto do PT fez menção específica aos pré-requisitos. A legislação eleitoral controla ainda a idade mínima para a candidatura e o tempo de filiação necessário. Álvares (2006) observou ainda a atuação de regras informais e de um predomínio da patronagem da liderança.

Assim os dados apresentados por Braga, Veiga e Miríade (2009) realizam suas seleções de candidatos por meio das elites partidárias e que as esferas locais influem sob as escolhas nacionais. São as lideranças partidárias que em geral atuam diretamente na seleção dos candidatos, definindo assim os níveis de participação entre os filiados partidários e as lideranças.

Não necessariamente há aprovação da lista de candidatos indicados que sejam escolhidos em prévias internas com filiados (NICOLAU, 2007). No caso das candidaturas a eleição para deputado federal, Braga, Veiga e Miríade (2009) constataram que no PFL as indicações partem dos líderes, ou seja, um sistema puro de nomeação sem que haja necessidade de convenções para aprovação.

No PMDB e PSDB, a participação dos filiados é mais ampla, pois apesar da lista partidária já chegar fechada a convenção os filiados homologam aprovando ou não a lista de indicados. O que para Braga, Veiga e Miríade (2009) acaba por restringir as manobras das lideranças organizativas. O PT por sua vez escolhe seus candidatos durante a convenção estadual, o que permite que indicações sejam realizadas por diversas instâncias do partido.

Por meio de seu estatuto o PT amplia a participação dos diferentes setores, mas em contra partida busca garantir que seus candidatos possuam alguma representatividade junto ao conjunto de filiados. O processo adotado pelo partido contribui para valorizar a democracia interna. Porém existe um segundo grupo da liderança que exerce maior controle sobre o processo de escolha, onde o Diretório Estadual indica nomes para serem consultados como possíveis candidaturas favoráveis.

De forma resumida as autoras explicam os candidatos a deputado escolhidos pelo PT são fruto da seleção na convenção e das decisões do colegiado do partido, no PMDB e no PSDB a escolha ocorre por meio de seleção da executiva do partido e no caso do PFL por meio de escolha de líder partidário (BRAGA; VEIGA; MIRÍADE, 2009).

Se observarmos pontualmente a lista de deputadas eleitas nesse estudo notaremos que de fato arranjos são acordados pelos partidos para facilitar a inserção de alguns nomes. As manobras não se restringem apenas a mulheres, mas no contexto desse estudo nota-se que algumas candidatas eleitas tiveram suas candidaturas indicadas por familiares e por lideranças partidárias.

O número de candidatos que os partidos apresentam por estado, varia de acordo com as possibilidades, ou seja, as candidaturas são pensadas pelo partido com o intuito de maximizar o maior número possível de votos. Nota-se que os partidos investem mais recursos do fundo partidário em algumas campanhas do que em outras em decorrência da possibilidade desses candidatos de alcançar o número mínimo de votos para que se elejam. Existem candidaturas para preencher as listas principalmente quando se tratam de mulheres, trabalhos como o do Miguel (2014) discutem essa problemática.

O enfoque do partido é maximizar as possibilidades de eleger o maior número possível de parlamentares correspondentes as suas legendas, apenas ao se tratar de legendas de partidos “pequenos” a estratégia difere, ou seja, nesse caso o partido lança menos nomes para que consiga concentrar os votos em candidaturas que possuem maior capital político ou que estejam aptos a captar mais votos, nesse caso esses partidos menores por vezes usam figuras públicas como “puxadores de votos”.

Os partidos priorizam maximizar o apelo coletivo, mas fixam suas “apostas” sob os candidatos “bons de voto”, uma lógica de certa forma inercial se constrói e se reproduz a lógica de que candidatos com votações anteriores expressivas repetiram seus êxitos e oferecem assim menos risco aos partidos na competição por votos. O nome do candidato que busca se reeleger diferentemente dos demais já possui projeção, pois, conta com a visibilidade de seu mandato. Essa lógica da reeleição minimizaria o risco político do partido. Políticos que possuam um perfil tradicional mesmo sem ter concorrido ou se eleito anteriormente também podem ser apostas assertivas de seus partidos (ARAÚJO, 2005).

Os dirigentes partidários buscam candidatos que possuam alguma capacidade de se eleger, ou seja, que disponham de algum capital político ou de recursos próprios para a campanha. O custo da campanha e a visibilidade de um candidato que se elege seguem

características que nem sempre tendem a priorizar uma heterogeneidade de perfis. Como o intuito do partido é maximizar votos e eleger seus candidatos essa ambição acaba por ir contra a lógica de que a heterogeneidade entre os candidatos garantiria a maior representatividade dos eleitores.

Assim se observa que o problema não se restringe a possibilidade da mulher de receber a indicação para concorrer às eleições, mas sim consiste nas desvantagens que elas encontram durante o processo de competição eleitoral. Portanto redes de apoio e mandatos anteriores são essenciais para diminuir as desvantagens do processo de competição (ARAÚJO, 2005; NORRIS, 2003).

A competição interna que existe no partido para que individualmente os candidatos estejam preparados para concorrer incentiva à construção de carreiras políticas que baseiam se em reputação pessoal e ou no capital político e familiar.

Por esses fatores cria-se uma lógica personalista na política. Afinal a ascensão política centrada no candidato, enfatiza a escolha no indivíduo e não especificamente no partido ou em um programa de governo. As comparações se tornam dessa forma mais fáceis aos eleitores que não dispõem de tempo para análises programáticas (LEAL, 2005). A questão da personificação dos candidatos tem sido discutida amplamente pela literatura americana. Contudo os estudos apontam que a campanha é fundamental para equilibrar as várias forças durante o processo de disputa.

O cálculo eleitoral feito pelos partidos políticos deve considerar sempre um poder de elegibilidade maior por parte dos que já detêm um mandato. Quanto mais tradicional e enraizado for o sistema mais ele será permissível à exclusão de minorias e dificultará manobras que permitam o ingresso de novos nomes no cenário político. (ARAÚJO, 2005).

Apesar de concordarem com as dificuldades que se apresentam a inserção de minorias nesse caso em especial a mulheres no jogo político, os pesquisadores da representação feminina enxergam no pluripartidarismo dentro da lógica do sistema proporcional um facilitador. O pluralismo permitiria a inserção de novos atores políticos através de partidos menores. Rompendo com os padrões já consolidados de recrutamento dos partidos de maior força (ARAÚJO, 2005).

Partidos “nânicos” apresentam os mais elevados percentuais de candidaturas femininas se comparados aos maiores e essa lógica pode não somente ser observada no Brasil como também em outros países. Contudo, esse fato não garante a elegibilidade, pois, essas legendas se quer somam votos para eleger um candidato. Araújo (2005) cita um estudo

européu para demonstrar como se daria a lógica entre partidos e a capacidade de eleger mulheres:

“... concluiu que havia dois padrões de elegibilidade partidária em relação às mulheres. O primeiro era referido ao perfil ideológico, com os partidos mais à esquerda elegendo mais do que os de centro e, sobretudo, os de direita; o segundo, em relação à magnitude do partido: os partidos de médio porte tenderiam a eleger mais mulheres e elas teriam menos chances nos extremos, isto é, em partidos muito grandes e nos muito pequenos. Nesse cenário, o surgimento de novos partidos seria favorável somente se se tratassem de agremiações progressistas, porque trariam incorporado um compromisso de princípio. Partidos tradicionalistas, sobretudo os de corte religioso, não contariam muito, pois não incorporam muitas mulheres e não dão relevância a essa questão (CHAPMAN, 1993; DIAZ, 2002).”

Quanto ao desenvolvimento das estratégias eleitorais os candidatos a Câmara dos Deputados que conseguem “sobreviver” ao processo de análise dos partidos e conseguem registrar suas candidaturas possuem autonomia para organizar suas campanhas, nesse ponto surge um grande fator complicador a necessidade de conseguir financiamento para gerir suas campanhas, nesse ponto a justiça eleitoral garante ao candidato que ele possa arrecadar e gastar seus recursos sem que precise prestar contas a seu partido de todas suas ações (NICOLAU, 2007).

É fundamental que o candidato consiga construir uma rede de apoiadores e que busque organizar seu apoio em bairros, municípios e cidades de pequeno, médio e grande porte a partir da construção dessa rede que a visibilidade garantirá votos. Cargos políticos anteriores funcionam como facilitadores dessas relações, pois, o cargo pode render frutos ao candidato por meio de conquistas políticas que tenham sido alcançadas. Com relação a esses aspectos percebemos que dispor de capital político, recursos financeiros ou cargo político anterior possibilitam facilidades maiores aos candidatos que buscam eleger-se ou reeleger-se.

Toda essa análise se repensada desde a estrutura do partido, sua organização interna e externa, e o funcionamento da relação entre sistema eleitoral e partidário para a inserção da mulher na vida política, abre precedente para uma infinidade de discussões que justificam de certa maneira a dificuldade da mulher em conseguir inserir e se manter na carreira política.

A cultura política no Brasil ainda sofre com as fortes marcas clientelistas que mediavam o processo eleitoral e as práticas políticas nos primeiros processos eleitorais. De forma que muito da cultura personalista pode ser associada às heranças políticas, o desafio das organizações políticas passa então a ser administrar e ponderar em si a existência de forças personalistas com a dimensão coletiva visando instituir novas práticas que não sejam clientelistas (LIMA JÚNIOR, 1997 *apud*. ARAÚJO, 2005).

No sistema eleitoral brasileiro o capital político necessário para que um indivíduo se candidate a um cargo político não exige qualificação nem atuação partidária desde que o candidato se enquadre nas estratégias políticas do partido e esteja filiado a uma legenda. Araújo (2005) expressa ainda que algumas instituições partidárias investem em alguns atores e esses passam a ter “capital delegado” uma definição de Bourdieu (1998) usada pela autora para explicar aqueles candidatos que obtêm domínio da máquina partidária por escolha da própria estrutura institucional e organizacional que compõe o partido, assim a convivência interna e a participação destes resultaria em capital político e eleitoral ao longo do tempo. A esses indivíduos que constroem suas carreiras e que conquistam dessa forma capital político um grande diferencial é o conhecimento a cerca das regras do jogo político e da competição eleitoral.

A discussão teórica estabelecida até esse ponto tem como objetivo apresentar possíveis apontamentos de diversos autores que discutem o sistema político partidário e a forma como ocorre o recrutamento dos nomes escolhidos para concorrer às eleições a Câmara dos Deputados.

Alguns dos apontamentos discutidos se relacionam de forma direta e proposital aos resultados que foram encontrados, ou seja, podemos perceber que o baixo desempenho feminino pode hipoteticamente ser decorrente das escolhas das lideranças em priorizar candidaturas específicas.

Os reflexos de elites políticas podem ser percebidos nos resultados de duas maneiras pelos vínculos familiares que existem entre muitas das mulheres que se elegem a lideranças partidárias. E também pela diferença entre os partidos de direita e esquerda com relação à participação na organização do partido anterior a suas candidaturas.

De forma geral a maximização dos partidos e de seus líderes em garantir o maior número de eleitos pode ser entendida como, um exemplo, de variável dependente que influi sob o desempenho eleitoral feminino.

2.3 Análises comparativas entre gêneros e respectivos partidos políticos: o perfil sócio – político

As relações entre os atores políticos e seus partidos políticos podem ter os mais diversos tipos de origem e orientações apresentando relações ideológicas, pragmáticas,

personalistas entre outras. Essas relações fundamentam o espaço que esses atores conquistam tanto no sistema partidário quanto em seu desempenho no jogo político.

Por uma série de fatores, vários deles já comentados ao longo desse estudo têm se como princípio básico que o histórico partidário e a participação política dos homens é muito mais antiga do que a das mulheres. A trajetória e a militância destes homens reforçam as possibilidades de atuação em cargos de liderança dentro da lógica organizacional.

Supõe-se também que práticas institucionalizadas e coletivas são mais comuns em partidos de esquerda, ocasionais nos partidos de centro e menos comuns em partidos de direita. O PT apresenta contato com a militância em diversas frentes e segmentos, a militância é atuante. O PSDB é um dos partidos discutidos que conta com a participação de seus filiados em diretórios e núcleos partidários por meio de militância. Quanto ao DEM e ao PMDB pelo grande contingente de “caciques” e fortes lideranças políticas nota-se menor participação de filiados em diretórios e núcleos partidários. Araújo (2005) por meio de entrevistas expõe relatos de candidatos que representam partidos de direita nos quais a maioria alega nunca ter participado de reuniões a não ser durante os momentos que precedem o período eleitoral.

Ribeiro (2010) e Araújo (2005) estabelecem em seus trabalhos que o fato da mulher ter que se dividir entre triplas jornadas (carreira profissional, a vida doméstica e a política), faria com que elas encontrassem ainda mais dificuldade que os homens para ascender em carreiras internas aos partidos, por isso seria mais difícil que mulheres pudessem ser contempladas pelo “capital delegado”.

Iniciativas inclusivas começaram a ser adotadas por todos os partidos políticos brasileiros seguindo o que propõe a regra do contágio, contudo alguns apresentam estruturas mais sólidas. Entre esses partidos encontram-se PT e PSDB que integraram a programática das agendas de gênero, cursos e materiais que procuram inserir as mulheres no sistema político e eleitoral, a difusão desse material ocorre por meio das secretárias específicas dirigidas a mulher.

O PFL por sua vez lançou mão de um material dirigido a mulheres em 2001, próximo ao período eleitoral a fim de seguir a lógica inclusiva de outros partidos. Essas iniciativas são fruto de conquistas das mulheres. Através das que atuam dentro das organizações partidárias e de pressões decorrentes de movimentos sociais (ARAÚJO, 2005).

O papel das secretarias das mulheres tem ganhado destaque pois, as cotas tem exigido dos partidos estratégias que aumentem a participação feminina.

Os quatro partidos deste estudo apresentam páginas na internet com conteúdo direcionado a mulher, todos apresentam em sua estrutura a secretaria da mulher. Na página do DEM e do PMDB encontram-se os programas nacionais específicos direcionados as mulheres. A página do PSDB é a que, apresenta mais material pois faz uso de recursos com entrevistas, reportagens, propostas e apresenta ainda algumas das secretárias da mulher nos níveis estaduais. Esta é dentre as quatro páginas a que possui maior quantidade de material, informações e propõe palestras e cursos de capacitação feminina na política. O PT por sua vez segmenta informações referentes às mulheres em páginas que não estão diretamente vinculadas ao link da secretaria da mulher, e apresenta as secretárias da mulher estaduais em páginas independentes da principal. O PMDB propõe “O Mulheres em ação” um plano de ação que objetiva ampliar a representação feminina na política.

Todas as páginas traduzem de alguma forma a busca dos partidos por ampliar a participação, por meio das mais diversas estratégias. Abaixo seguem imagens de 4 a 7 que ilustram o que pode ser observado a partir dos sites.

Imagem 4: Página do DEM Mulher

www.dem.org.br/noticias/mulher/

O que propõem o DEMOCRATAS:

MULHER

06 de Janeiro de 2011

Elas são a maioria do povo brasileiro: 55,2%

Elas são a maioria do povo brasileiro: 55,2%

Em 10 anos, quase dobrou o número de mulheres que assumiram a chefia de suas famílias. Eram 10,3 milhões, hoje são 18,5 milhões. Precisamente, 79% do total de 57,463 milhões de famílias brasileira. Mais de 50% dessas mulheres chefes de família não têm marido ou companheiro e sustentam a casa e os filhos. Como conseguem?

Primeiro, com muito trabalho. Segundo, graças à crescente disposição moral revelada desde as rupturas matrimoniais: 72,1% dos divórcios em que há litígio, a iniciativa de separação é da mulher. Finalmente, pela escolarização e preparação profissional: 97,3% da população feminina brasileira, entre 7 e 14 anos, estudam.

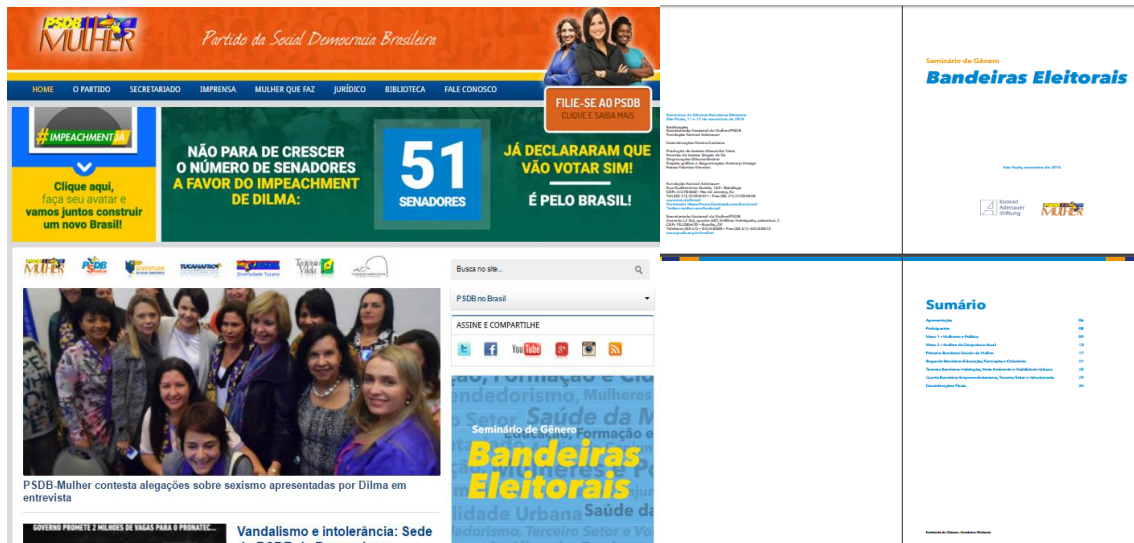
No entanto, as mulheres ainda enfrentam discriminações intoleráveis. Exemplo: enquanto o salário dos homens é, em média, de R\$870,00, as mulheres recebem apenas R\$617,00.

É por aí que se chega ao x da questão da condição feminina no Brasil. Os DEMOCRATAS têm as melhores propostas para que a mulher brasileira atinja a plenitude do reconhecimento legal, social e econômico.

1. A plena cidadania das mulheres com a distribuição e compartilhamento de poderes entre homens e mulheres.
2. Prioridade para os programas de prevenção e tratamento de doenças que atacam intensivamente a mulher — como o câncer de mama — com a aquisição de mamógrafos. (A cada 36 minutos morre uma mulher vítima dessa doença no Brasil).
3. Reconhecimento constitucional de direitos da mulher, internacionalmente aceitos e ainda não estabelecidos no Brasil (Como foi o caso do direito da licença maternidade para as mulheres que adotam crianças, hoje assegurada pelo Artigo 7º inciso XVIII da Constituição).
4. Garantir à mulher, na condição de chefe de família, o direito de aquisição de terras públicas oriundas de desapropriações e discriminações, especialmente nos programas de reforma agrária. (Trata-se de avanço no reconhecimento do trabalho doméstico da mulher, não remunerado, tradicionalmente ignorado no processo produtivo, e que está levando à revisão do conceito de organização familiar brasileira).
5. Campanhas nacionais de emergência para enfrentar problemas que envolvem os direitos e a liberdade da mulher diante em debate na sociedade, como “Gravidez na hora certa”, criado para responder à questão maternidade de adolescentes quanto à liberdade da mulher diante de situações de gravidez indesejada que comprometem suas vidas.
6. Maior tempo de convivência entre mãe e bebê nos primeiros meses de vida, aumentando para cento e oitenta dias a duração do período da licença à gestante. (O País dispende cerca de R\$300 milhões no atendimento às crianças com doenças que poderiam ser evitadas se elas ingerissem o leite materno nos seis primeiros meses de vida).

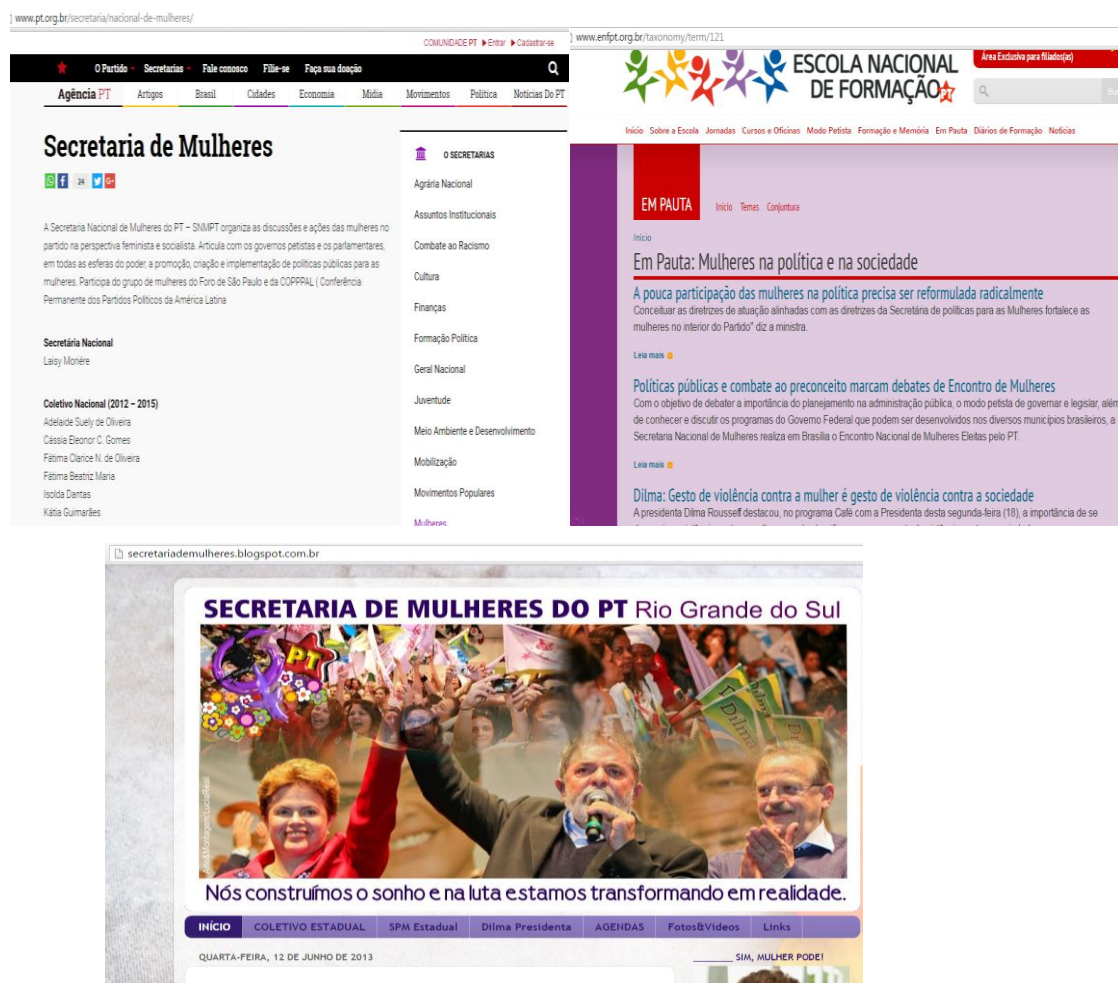
Fonte: <http://www.dem.org.br/noticias/mulher/>

Imagem 5: Página do PSDB Mulher



Fonte: <http://www.psd.org.br/mulher/> e <http://static.psd.org.br/mulher/files/2016/03/publicacao-seminario-215-psdb-mulher.pdf>

Imagem 6: Página do PT Mulher e PT Mulher Rio Grande do SUL



Fonte: <http://www.pt.org.br/secretaria/nacional-de-mulheres/> e <http://www.enfpt.org.br/taxonomy/term/121> e <http://secretariademulheres.blogspot.com.br/>

Imagem 7: Página do PMDB Mulher



Fonte: <http://pmdbmulher.org.br/bem-vindo-ao-mulher-em-acao/>

Notamos que as páginas dos partidos têm investido em estratégias para difundir as secretárias da mulher, os programas específicos para inserção de gênero no partido e nas campanhas, têm criado mecanismos como simpósios para atrair e formar mulheres a fim de corresponder às cotas.

As cotas partidárias de gênero culminaram na incorporação de novos temas na agenda dos partidos, mas não alteram as regras do jogo partidário. O desafio é que aconteçam mudanças efetivas no sistema para que os mecanismos institucionais possibilitem uma presença ativa e dinâmica nos diretórios. Iniciativas inclusivas tem perdido conotação ideológica e perpassam pelas mais diferentes organizações partidárias. As ações por sua vez assumem características paralelas ao núcleo de articulação e ação política, sem que consigam influenciar as decisões centrais. Desta forma percebemos que a resposta dos partidos tem sido aquém do esperado em seus processos internos de adoção de cotas de gênero.

Apesar dos partidos apresentarem características distintas em suas organizações internas para lidar com a incorporação de mulheres, como tratado por Braga, Veiga e Miriade (2009) o recrutamento e a proposição de candidaturas obedecem de certa forma as lideranças políticas, contudo em partidos de esquerda o processo parece ser mais inclusivo e democrático (ARAÚJO, 2005).

A partir deste ponto essa pesquisa apresenta os resultados quantitativos e qualitativos que puderam ser encontrados a partir da construção e da análise comparativa entre homens e mulheres eleitas e seus partidos políticos. Os partidos serão tratados a priori de forma isolada,

pois serão estabelecidas comparações em relação ao perfil de cada um de seus gêneros. Seguindo a ordem: PT, PMDB, PSDB e DEM/PFL. O período coberto pela análise de forma comum a cada um dos partidos é de 1994 a 2010.

O objetivo é testar a existência de fatores convergentes entre as candidatas que se elegem a fim de descobrir a existência de um possível “modelo”, ou seja, testar se há fatores comuns entre os perfis ou se a ideologia do partido influi sobre o tipo de mulher que se elege. Esse objetivo por sua vez é comum aos aspectos contidos nas subseções de 2.3.1 a 2.3.4.

Se um padrão comum às mulheres que se elegem for encontrado podemos adotar como hipótese que esse possa influir diretamente sobre as mulheres que são recrutadas. Ou seja, se houver características comuns sobressalentes podemos comprometer a heterogeneidade da representação.

Entre as variáveis independentes testadas com relação à composição dos perfis estão as sociais como: idade, escolaridade, estado civil, profissão. E as políticas: mudança de partido (para testar fidelidade partidária), reeleição, cargos políticos anteriores, capital político prévio (proveniente da familiar envolvida com política e ou de militância partidária e/ ou em movimentos sociais).

2.3.1 Perfil político, econômico e social dos deputados e deputadas eleitos pelo PT

Há de fato convergências intra partidárias que influem de forma idêntica sobre homens e mulheres que se elegem? Pode se perceber isso a partir dos estudos de perfil entre os candidatos eleitos? Essas são as questões que buscamos responder a seguir.

A Figura 1 sintetiza resumidamente os aspectos mais relevantes sobre o perfil dos deputados e deputadas eleitas pelo PT. A comparação por gênero visa na verdade procurar semelhanças e distinções significativas entre os eleitos. Para entender se há especificidades entre os eleitos de cada um dos partidos ou se haveria um padrão independente da ideologia partidária.

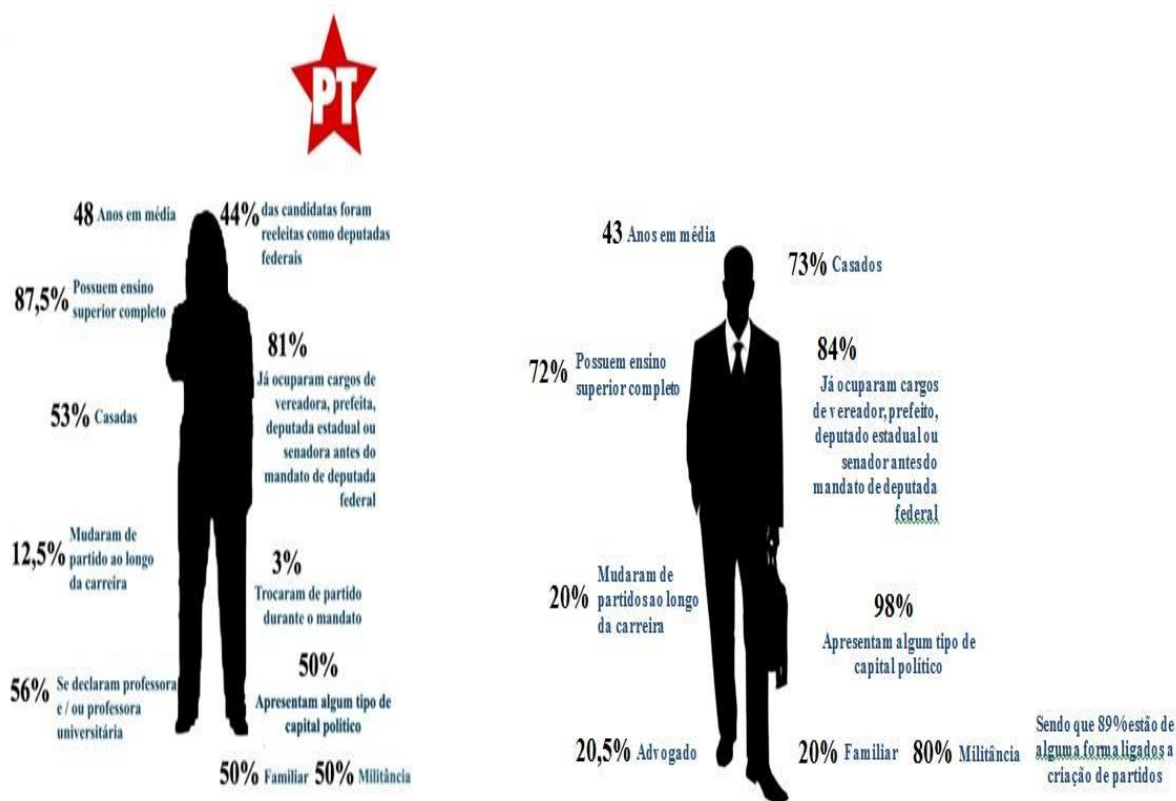
Dois padrões são perceptíveis a está análise com relação a homens e mulheres petistas: 1) Eles tendem a assumir posturas e características que contribuam para formar capital político, familiar ou até aumentar a influência dentro da lógica do partido para que consigam propor suas candidaturas e conseguir expressão na competição eleitoral. 2) Muitos

dos parlamentares estão envolvidos com as estruturas partidárias, com a formação do partido e constituem carreiras políticas muito bem estruturadas ao longo da história do partido.

A pesquisa referente ao partido contou com a análise do perfil de 32 mulheres e 166 homens, isso se deve ao fato de muitos dos nomes se reelegerem, portanto os dados foram coletados privilegiando a primeira aparição do nome do deputado na lista de eleitos para a Câmara dos Deputados durante os pleitos de: 1994, 1998, 2002, 2006 e 2010.

A amplitude da pesquisa garante uma análise consistente entre as distinções de gênero existentes entre os deputados federais eleitos pelo PT.

Figura 1- Quadro resumo referente a aspectos principais dos deputados e deputadas federais eleitos pelo PT



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados disponíveis em: <http://www2.camara.leg.br/> em Set. 2014

Podemos perceber que homens e mulheres do PT que se elegem para a Câmara dos Deputados possuem médias de idade superiores a 40 anos. Esse pode ser um indicador comum se considerarmos que a idade mínima para concorrer para o cargo é de 21 anos e que o padrão comum para o PT e os demais partidos é o de que independente do gênero o

parlamentar apresente cargo político anterior ou que ele dê continuidade a sua trajetória política.

As mulheres apresentam em média 48 anos, entretanto a deputada mais nova iniciou seu mandato com 31 anos, Luciana Krebs Genro (Rio Grande do Sul), militante e filha de Tarso Genro (Rio Grande do Sul), e a mais velha com 65 anos, Maria da Conceição Tavares (Rio de Janeiro). No caso dos homens a idade média é menor sendo de 43 anos. O grande diferencial nesse parâmetro analítico fica por conta da menor idade de um deputado eleito que é de apenas 25 anos, Carlos Wilson Rocha de Queiroz Campos (Recife) e a maior de 68 anos, Hélio Pereira Bicudo (São Paulo).

É perceptível que homens conseguem se firmar mais cedo na carreira política, uma possível justificativa seria a tripla jornada feminina, que dificultaria o processo de incorporação da mulher no legislativo, esse argumento foi trabalhado anteriormente fazendo uso do trabalho de Ribeiro (2010). O fato da média das idades das mulheres ser mais alto pode ser justificada pelo argumento de que as mulheres entram mais tarde na política apenas quando os filhos já possuem certa autonomia e a maioridade. Isso permitiria a essas mulheres se dedicar mais a vida política.

Sobre o nível de escolaridade dos deputados temos que 87,5% das mulheres analisadas apresentaram ensino superior completo, mas, a grande diferença entre homens e mulheres é que nenhuma delas apresenta níveis de especialização, mestrado ou doutorado enquanto os homens mesmo que em uma proporção baixa apresentam.

Podemos perceber que os homens que completaram o ensino superior por sua vez apresentam um percentual de 72%, e mais 7% deles chegaram a níveis de especialização, mestrado ou doutorado. Apesar de aparentemente uma parcela dos homens eleitos pelo PT terem níveis de escolaridade superiores ao das mulheres o percentual de homens com ensino superior incompleto, ensino médio completo e/ou incompleto e que possuem apenas nível técnico ou secundário supera o das mulheres na mesma situação.

Com relação ao estado civil dos eleitos as mulheres assim como os homens apresentam como característica comum um maior percentual de deputados eleitos casados. Contudo se considerarmos que as mulheres casadas são 53% e o percentual de homens casados é de 73% nota-se um perfil mais conservador por parte dos eleitos. Esse comportamento se expressa ainda se considerarmos que o índice percentual de mulheres divorciadas é superior ao de homens na mesma situação. Uma possível explicação para esse fator pode estar ligado ao fato do partido e do candidato sofrerem com os reflexos da

sociedade conservadora, ou ainda ao fato de os homens casados poderiam se dedicar mais a carreira política, pois, suas mulheres cuidariam de sua vida familiar.

A dificuldade da mulher em conquistar um espaço e em se manter dentro da lógica organizacional dos partidos pode ser uma das possíveis justificativas para o fato de mulheres eleitas apresentarem índices menores de migração partidária que os homens eleitos. Ou seja, as mulheres que se elegem pela legenda procuram permanecer associadas a elas. Essa variável pode ser um indicativo de que as carreiras políticas femininas contam com uma menor permeabilidade no sistema de escolha das lideranças mesmo com a implementação das leis de cotas.

Apenas 12,5% de mulheres mudaram de partido ao longo de suas carreiras como deputadas federais. Foram consideradas apenas mudanças que ocorreram durante a permanência no mandato. Em caso de candidatas e candidatos reeleitos estes foram analisados segundo cada um dos mandatos. Entre os índices de referentes a troca de legenda durante o exercício do mandato temos que apenas 3% das mulheres trocaram de partido. Os homens por sua vez mudaram de partido ao longo de sua carreira política em cerca de 20% dos casos.

Em relação à descrição profissional apresentada na biografia dos parlamentares no site da Câmara dos Deputados temos que alguns declaram exercer mais de uma atividade profissional, porém com a finalidade de regulamentar essa variável optou-se por considerar apenas a primeira atividade declarada por cada um dos candidatos.

Dessa forma temos que a maioria das mulheres os seja, 56% delas se declara como professoras, entre todas que se declaram nessa categoria a maioria se declara como professora universitária. Entre as demais atividades profissionais citadas as que apresentaram a segunda e a terceira maior frequência foram respectivamente: médicas e advogadas.

Os homens por sua vez apresentaram uma difusão maior de descrições de suas atividades profissionais. A profissão mais frequente foi a de advogado com 20,5% os outros quase 80% estão subdivididos entre: médicos, economistas, empresários, economistas, engenheiros, agricultores entre outros.

Os resultados relacionados as atividades profissionais declaradas podem ser entendidas também como um reflexo social, pois as mulheres ainda buscam maior igualdade de oportunidades e salários no mercado profissional.

Com relação a variável que reflete se homens e mulheres ocuparam cargos políticos anteriores à eleição para Deputado Federal temos que:

As mulheres eleitas para ocupar o cargo de deputada federal que ocuparam cargo político anterior correspondem a 81% do total de parlamentares. Quanto aos homens por sua vez apresentam um percentual de 84%. A diferença entre gênero mais relevante com relação a esse aspecto é de que apesar dos índices indicarem certa convergência entre homens e mulheres com relação a essa variável, o cargo anterior ocupado pelas mulheres seriam distintos dos masculinos.

Miguel (2003) cria um organograma para estabelecer uma ordem de importância entre os cargos políticos que podem ser ocupados, com base na mesma manteve os principais aspectos, mas desconsidere cargos secundários como a chefia de secretarias e ministérios e vice lideranças: Vereador → Prefeito → Deputado Estadual → Deputado Federal → Senador → Governador → Presidência. O grau de variação decorre da menor para a maior relevância do cargo.

Diante de tal escala podemos observar que em geral as mulheres ocupam cargos “menores” em relação ao ocupado anteriormente por homens. Os homens em geral apresentam cargos anteriores que variam entre vereadores, prefeitos, e deputados federais e muitos quando reeleitos conseguem chegar ao senado e a governadores.

As mulheres por sua vez que se elegem como deputadas federais em geral ocupam apenas cargos anteriores como os de: vereadoras e em raras exceções de deputadas estaduais. Sobre esse dado podemos associar a questão já trabalhada na literatura apresentada por Miguel e Biroli (2011) e Avelar (2001) de que as mulheres tendem a conseguir maior número de cargos políticos a níveis municipais, pois, podem se manter próximas as suas famílias .

Quando reeleitas cerca de 8% chegam a ocupar o cargo de senadoras. Apenas uma das deputadas eleitas pelo PMDB, Roseana Sarney conseguiu romper com esse comportamento, contudo a força de suas heranças políticas familiares pode ter contribuído para o desempenho.

A variável, mandatos anteriores, pode ser entendida como um fator comum a homens e mulheres petistas o destaque fica por conta do grau de importância do cargo ocupado. Esse pode ser um indicativo de que os políticos eleitos por esse partido podem ser pensados como políticos de carreira.

O capital político foi um dos aspectos comuns a todos os partidos estudados ele influenciou diretamente sobre indicações e resultados eleitorais.

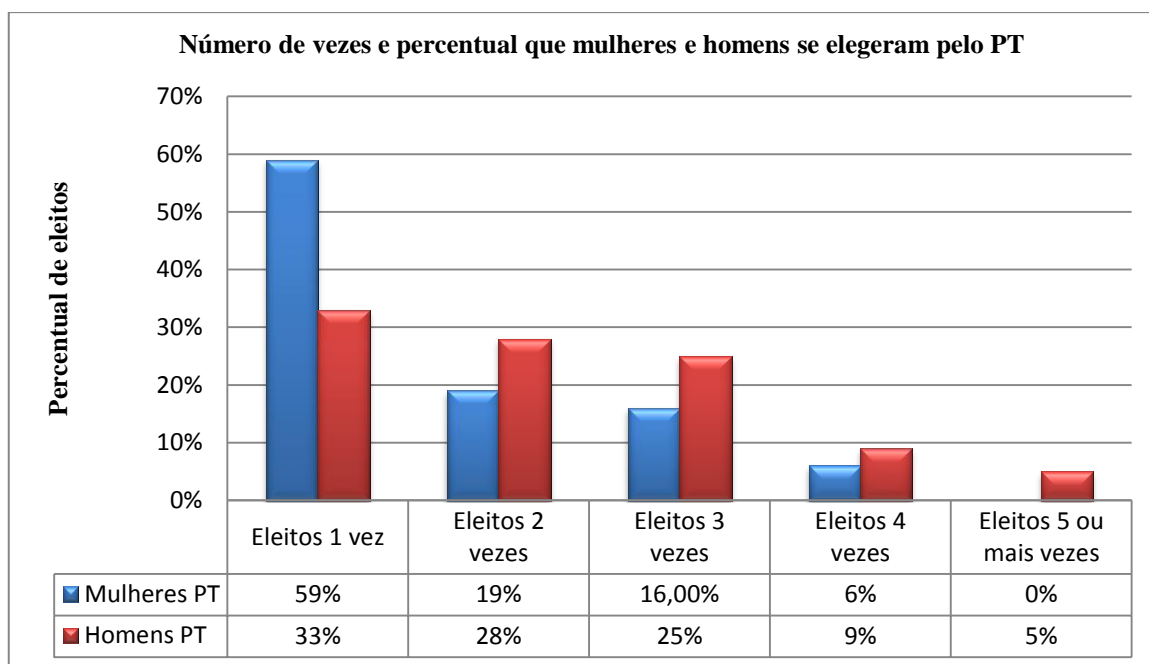
Entre os parlamentares estudados 50% do total das mulheres eleitas apresentou algum tipo de capital político prévio à ocupação do cargo na Câmara, sendo que desse total

metade possuía capital político familiar, ou seja, contou com apoio de pais, parentes, padrinhos ou de marido com influência política como facilitador, ou pode contar com recursos financeiros que ajudassem no processo da campanha. E outra metade teve sua origem a partir da militância em grupos estudantis e sindicatos. Esses casos estão diretamente relacionados aos dados de filiação do PT.

Os homens apresentam um percentual de 98% com algum capital político. Sendo 20% de origem familiar, ou seja, herança decorrente de familiar ou parente com histórico político anterior, 80% corresponde à militância por terem relação com sindicatos e grupos estudantis (UNE). Entre os 80% enquadrados na categoria por possuírem militância 89% destes estão vinculados à criação do partido, ou seja, idealizaram e formaram o Partido dos Trabalhadores.

Por fim o gráfico 2 apresenta os índices de eleição e reeleição de homens e mulheres filiados ao PT para a Câmara dos Deputados.

Gráfico 2: Número de vezes e percentual que mulheres e homens se elegeram pelo PT



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados disponíveis em: <http://www2.camara.leg.br/> em Set. 2014

Conforme os dados do gráfico 2 nota-se que os maiores indicadores femininos e masculinos de parlamentares que se elegem apenas uma vez são os maiores para ambos os gêneros. De certa forma ambos os gêneros apresentam uma tendência de comportamento

apesar da variação dos percentuais, pois, nos dois casos a maior parcela de deputados foi eleita apenas uma vez.

Contudo a capacidade de reeleição masculina é maior que a feminina. Os homens se reelegem mais e por mais vezes, mas, esse comportamento pode ser decorrente de uma série de fatores já discutidos neste trabalho. Entre os quais destacamos o fato dos homens apresentarem maior capital político, recursos financeiros, ou até mesmo, pelo fato de darem início a suas carreiras mais cedo que as mulheres.

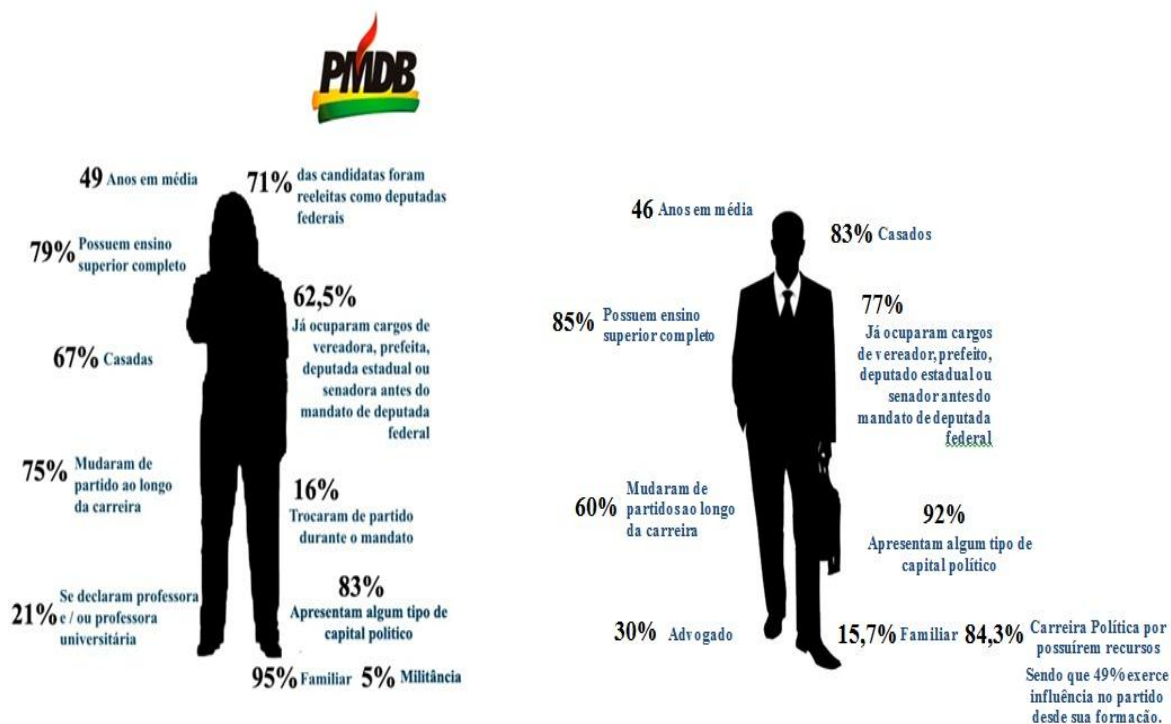
2.3.2 Perfil político, econômico e social dos deputados e deputadas eleitos pelo PMDB

A Figura 2 resume os aspectos mais relevantes sobre o perfil dos deputados e deputadas eleitos pelo PMDB. A comparação por gênero procura características semelhantes ou distintas os candidatos eleitos. Esse estudo apresenta os mesmos objetivos e especificações tratados ao fim do item 2.3, e segue analisando as mesmas variáveis para homens e mulheres eleitos pelos PMDB. Ou seja, há pontos convergentes entre os gêneros que possibilitem um maior sucesso eleitoral?

Posturas e características adotadas pelos deputados federais que se elegeram podem contribuir para que alguns padrões sejam identificados. A partir dos dados pesquisados verificamos a relação entre a estrutura partidária e a construção da carreira política dos parlamentares.

Essa etapa da pesquisa investigou o perfil de 24 mulheres e de 229 homens, entre os quatro partidos estudados o PMDB destaca-se pelo maior número de deputados pesquisados, isso ocorre em decorrências do desempenho do partido no sistema político e eleitoral. Os altos índices de elegibilidade na Câmara dos Deputados são uma das peculiaridades do PMDB, em decorrência das próprias heranças políticas e da formação do partido.

Figura 2- Quadro resumo referente a aspectos principais dos deputados e deputadas federais eleitos pelo PMDB



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados disponíveis em: <http://www2.camara.leg.br/> em Set. 2014

A média de idade das mulheres eleitas para a Câmara é de 49 anos enquanto a dos homens é de 46 anos. Podemos observar que o comportamento em relação a idade dos deputados se mantém segundo o mesmo patamar já apresentado pelo PT, ou seja, em ambos os partidos os homens conseguem uma média de idade menor do que a das mulheres um indicativo que reforça a ideia de tríplice jornada das mulheres e de outros fatores sociais que dificultam e/ou criam barreiras as mulheres.

A mulher mais nova, entre todas as elencadas, eleita pelo PMDB, elegeu-se com 26 anos, Rita de Cássia Paste Camata (Espírito Santo), e a mais velha com 65 anos, Thaís Bergo Duarte Barbosa (Goiás). Já o homem mais novo elegeu-se com 21 anos a idade mínima exigida para o cargo. Hugo Motta Wanderley da Nóbrega (Paraíba), herdeiro de, Nabor Wanderley da Nóbrega Filho, elegeu-se com base no capital político de sua família, principalmente o do avô, pelo estado da Paraíba. O homem mais velho eleito possuía 84 anos, o deputado Camilo Couto que participou da fundação do partido e já possuía um histórico político vinculado a ARENA e ao MDB.

Sobre o grau de formação dos parlamentares temos que 79% das mulheres possuem ensino superior completo enquanto o percentual de homens chega a 85%. Os índices

educacionais apresentam de forma geral resultados melhores dos que os que podemos perceber no PT. Apesar dos homens também apresentarem especialização, mestrado e doutorado e as mulheres não o percentual desse índice é inferior ao de deputados do PT que possuem o mesmo grau de instrução.

Os índices percentuais de deputadas e deputados federais que mudaram de partido ao longo de suas carreiras são para o caso das mulheres de 75% e para o caso dos homens 60%. Esses índices são muito altos principalmente se comparados aos índices do PT. Entre as mulheres 16% trocaram de partido durante o exercício de seus mandatos.

Uma possível explicação é a de que as mudanças seriam mais frequentes no PMDB, pois, os membros desse partido migram para legendas menores a fim de manter seus cargos ao longo da democratização e pelo fato de que alguns dos parlamentares desse estudo contribuíram para a fundação do PSDB, em 1988. Podemos entender de forma geral que os altos indicadores de migração entre legendas são de certa forma um caráter comum entre homens e mulheres do PMDB. Essas mudanças e arranjos que acontecem objetivam a maximização do jogo político.

Com base na origem ideológica do partido ao adotar uma postura centralizada podemos esperar um comportamento um tanto mais conservador se comparado ao espectro ideológico do Partido dos Trabalhadores. Esse fator pode ser observado já na primeira variável analisada. Pois, 83% dos homens eleitos pelo partido são casados e entre as mulheres o índice é de 67%, ou seja, o partido possui um índice superior ao feminino petista. Podemos atribuir a esse comportamento que os homens fariam uso da imagem de chefes de família ou mesmo assumiram um caráter paternalista.

Assim como ocorreu no PT o maior percentual entre as mulheres peemedebistas eleitas declara como atividade profissional ocuparem o cargo de professora e/ou professora universitária 21%. Com relação aos homens 30% se declaram como advogados. As demais mulheres do PMDB se declaram como servidoras pública, e em menor número como: advogada, psicóloga, jornalista, enfermeira, sociólogas e até como “do lar”. Os homens como médico, engenheiro, empresários, economistas entre outros.

Podemos entender a partir das profissões declaradas que homens e mulheres peemedebistas possuem maior renda e, portanto podem investir uma quantidade maior de recursos financeiros para financiar suas campanhas. Isso se considerarmos que as profissões declaradas tendem a pagar salários mais altos que as atividades profissionais indicadas pelos eleitos petistas.

Do total de mulheres eleitas 62,5% apresentam uma trajetória política iniciada por um cargo político anterior a sua eleição para a Câmara dos Deputados: ou como vereadora, ou prefeita, ou deputada estadual seguindo a mesma escala de importância de carreira política já explicada segundo a lógica de Miguel (2003). Os homens que estão inseridos na mesma lógica correspondem a 77%. A mesma lógica do que ocorre no PT se repete no PMDB, ou seja, os homens ocupam cargos considerados mais importantes que as mulheres.

A variável correspondente à manutenção e a inserção de candidatos com maiores chance de se eleger pelo PMDB faz com que os índices do partido de parlamentares que apresentam capital político prévio sejam altos. Ou seja, entre as mulheres que apresentam capital político prévio temos: 83% o mesmo índice em relação aos homens é de 95% dos casos. Esse capital político é fruto de relações familiares, parentais e de apadrinhamento políticos. Quanto à militância peemedebista temos que apenas 5% das mulheres possuíam vínculo anterior com o partido ou estavam inseridas desde sua formação.

Podemos perceber que entre as peemedebistas a indicação feita por meio dos líderes partidários e a elegibilidade das candidatas conta com a intervenção de um familiar ou padrinho político. Por fazer parte de famílias tradicionalmente políticas a indicação conta com recursos, e exposição suficiente para garantir a elegibilidade desta deputada federal.

A partir do momento em que as cotas políticas de gênero foram instituídas em decorrência da necessidade por parte dos partidos em cumpri-las muitos dos nomes das mulheres indicadas nem se sequer possuíam experiência política prévia, mas foram indicadas, pois, os partidos precisaram cumpri-las.

Outro indicativo do comportamento baseado no capital familiar do PMDB pode ser pensado com base no fato do partido possuir várias lideranças locais fortes que incluem sob o voto da população local.

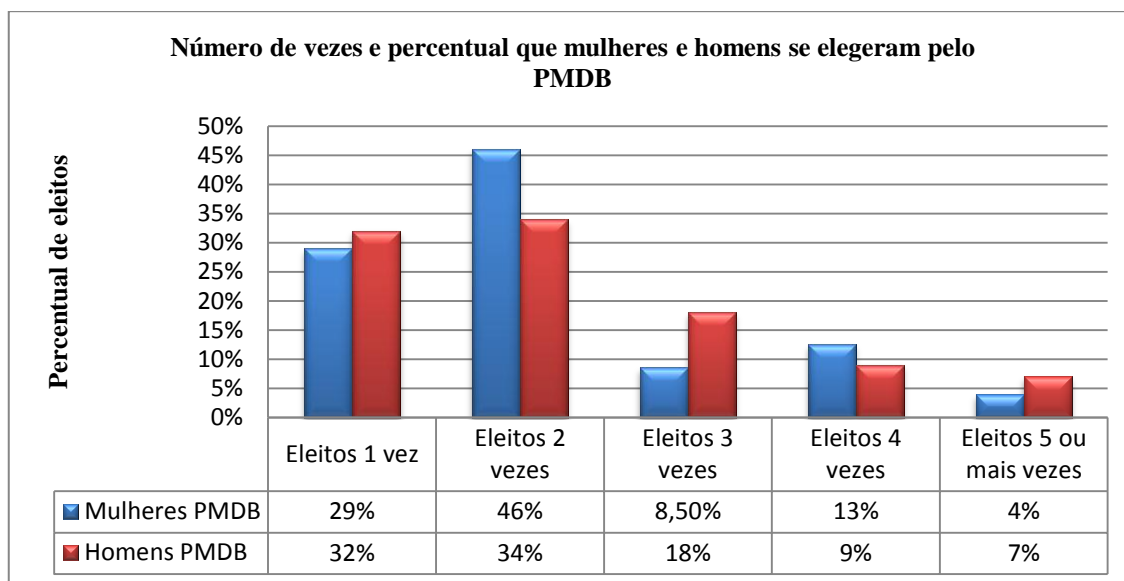
Grande parte dos políticos do PMDB; é formado por políticos de carreira longas, sendo muitas vezes chamados por parte da bibliografia especializada por “caciques”, Isso ocorre por que eles são continuidades de famílias poderosas que conseguiram sobreviver ao longo da história política brasileira, alguns inclusive no período de democracia competitiva que vigorou de 1945 a 1964.

Em relação aos homens verifica-se que 92% apresentam algum tipo de capital político, entre eles 15,7% são oriundos dessas grandes famílias que fundaram o partido e mantem parte da lógica de continuidade. Os outros 84,3% possuem recursos que possibilitam

o desenvolvimento de suas carreiras políticas ou por meio de capital político. Desse total 49% dos eleitos exercem alguma influência no partido desde sua formação.

Os índices de reeleição dos deputados e deputadas eleitos pelo PMDB estão descritos no Gráfico 3 abaixo.

Gráfico 3: Número de vezes e percentual que mulheres e homens se elegeram pelo PMDB



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados disponíveis em: <http://www2.camara.leg.br/> em Set. 2014

Podemos observar que de maneira geral os indicadores de reeleição do partido são relativamente altos um movimento compatível com a lógica de maximização de votos e com o comportamento do partido no sistema político. Percebe-se que as mulheres que se elegem para deputada federal tendem a conseguir se reeleger por pelo menos mais uma vez ou se mantem no cargo por até quatro pleitos em um número superior ao dos homens. Esse aspecto diferencia o PMDB dos outros três partidos deste estudo, pois, é o partido com índices de reeleição superiores aos de elegibilidade por uma única vez.

Os homens do partido conseguem reeleger-se menos em relação às mulheres. Uma possível justificativa ao fato pode ser que esses passam a ocupar outros cargos talvez de maior importância como senado ou governos estaduais.

Desta forma estariam investindo em novas etapas da carreira política. O baixo índice de homens reeleitos não necessariamente corresponde à perda de espaço político por parte do candidato ou do partido. O número de homens que se reelege por três vezes é superior ao de mulheres. Apesar de não ser objetivo de esta pesquisa mapear a trajetória política dos homens se procurarmos a biografia dos deputados federais do PMDB encontraremos exatamente

referências ao fato de homens do partido galgarem sempre novos cargos além dos de deputado federal, o objetivo central do PMDB é manter-se dentro do jogo político, aparentemente essa característica é mais forte nesse partido do que nos demais.

Uma possível explicação para os altos índices de reeleição femininos seria o fato de que somente a partir de suas reeleições as mulheres conquistariam alguma projeção no campo político isso através do cargo de deputada federal pois, a mulher teria acesso a mais recursos e a maior visibilidade, após conquistar um número considerável de votos e uma projeção maior a nível nacional a mulher se arriscaria a novos cargos dentro da estrutura política.

2.3.3 Perfil político, econômico e social dos deputados e deputadas eleitos pelo PSDB

A Figura 3 resume os aspectos mais relevantes sobre o perfil dos deputados e deputadas eleitas pelo PSDB.

A pesquisa investigou o perfil de 18 mulheres e de 187 homens. Dentre os partidos estudados da forma como se configura essa pesquisa o PSDB é o partido que se forma a partir de um grupo dissidente do PMDB. Um partido relativamente novo, criado em 1988, com fortes heranças ligadas ao conservadorismo. Um dos principais pesquisadores que estuda o PSDB é Celso Roma (2002).²³

Apesar de seguir linhas ideológicas voltadas para o PSDB demonstra um comportamento ideológico de centro/ direita. Ideologicamente o partido difere em maior grau com a política de esquerda/ centro que vem sendo adotada pelo PT. O aspecto comum a partidos resume-se ao controle do Executivo Nacional. O recorte de tempo desse estudo indica que PSDB e PT se mantiveram no poder por oito anos cada. O PSDB ao eleger Fernando Henrique Cardoso em 1994 e reelege-lo em 1998 e posteriormente o PT, ao eleger de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002 e reelege-lo em 2006.

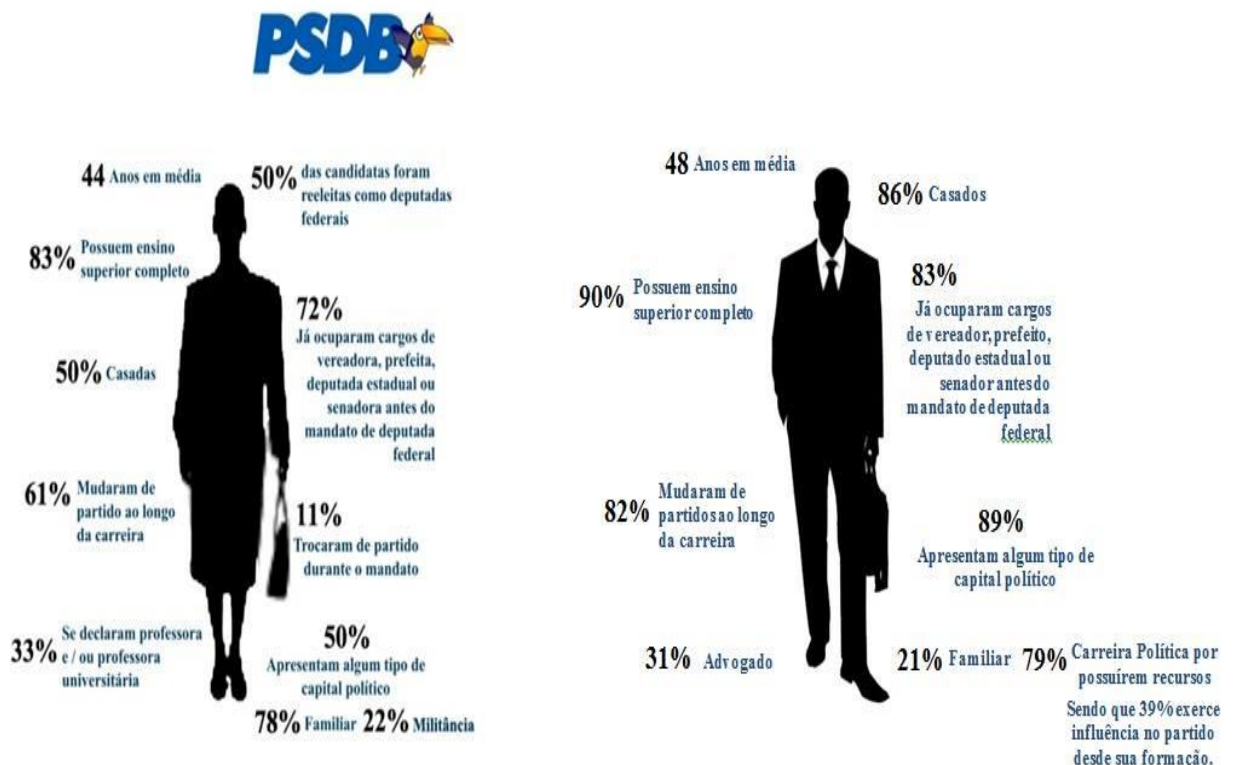
A polarização durante os dois períodos influenciou de maneira diferente nos acordos partidários e nas alianças políticas, mas a principal aliança entre Executivo e legislativo. O PMDB atuou conjuntamente ao governo PSDB e posteriormente fez aliança com o PT principalmente após os escândalos popularmente conhecido como “mensalão”.

²³ ROMA, Celso. *A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo . Jun. 2002.

Por não possuir uma base ideológica forte e bem definida o principal foco do PMDB é maximizar seus ganhos na arena eleitoral ou através de acordos, cargos ou vantagens políticas. Dessa forma o partido é conhecido por Ribeiro (2013) como partido *catch-all*. Essa vantagem para se coligar a legendas maiores decorre do fato das bancadas do PMDB na Câmara e no Senado apresentarem uma parte considerável das cadeiras. Dessa forma o partido oferece alianças e votos para pautarem as agendas e aprovar projetos. Por possuir a maior representação no congresso nacional o PMDB caracteriza-se por aliar-se a outros partidos. Não possui uma base ideológica forte faz com que seu principal foco seja maximizar seus ganhos na arena eleitoral ou através de acordos, cargos ou vantagens políticas.

O grande marco da gestão executiva do PSDB foi à adoção do Plano Real proposto por Fernando Henrique Cardoso. E posteriormente a adoção da política neoliberal e suas privatizações.

Figura 3 - Quadro resumo referente a aspectos principais dos deputados e deputadas federais eleitos pelo PSDB



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados disponíveis em: <http://www2.camara.leg.br/> em Set. 2014

O PSDB é o primeiro partido que apresenta uma média de idade de mulheres menor do que a média masculina. As mulheres apresentam em média 44 anos e os homens 48 anos. A mulher mais nova foi eleita aos 32 anos, Andreia Almeida Zito dos Santos (Rio de Janeiro) e a mais velha com 56 anos, Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira (Goiás). No caso dos homens o mais novo com 24 anos, Emerson Serpa Pires (Rondônia) e o mais velho com 79 anos, André Franco Montoro (São Paulo), esse por sua vez contribuiu com a formação do partido depois de migrar do PMDB.

A formação superior completa das mulheres atinge 83% e entre os homens 90%. Até esse ponto da análise indiscutivelmente esse é o partido que apresenta os maiores níveis de escolaridade entre seus parlamentares. Porém mesmo destacando-se em relação aos demais partidos o PSDB apresenta apenas um caso de deputado federal que estendeu seus estudos até o mestrado.

Com relação a variável atividade profissional 33% das mulheres se declaram como professoras ou professoras universitárias. Também em percentuais menores profissões como: advogada, jornalista, médica, psicóloga entre outras foram citadas, porém, em percentuais menores. Os homens por sua vez declaram como atividade profissional em 31% dos casos a advocacia, mas, demais atividades profissionais respectivamente como: engenheiros, médicos e empresários obtiveram índices superiores a 10%.

Assim como ocorreu no PMDB e no PT os indicativos de deputadas e deputados casados se sobressai ao de solteiros, viúvos e divorciados. Sendo 86% dos homens casados e 50% das mulheres. O PSDB é o partido que apresenta o maior percentual de mulheres eleitas solteiras 28%.

O percentual de mulheres que declarou ter mudado de partido ao longo de suas carreiras políticas é de 61% enquanto os homens declaram que 82% mudaram de partido ao longo da carreira. Os índices altos de migração entre os deputados do PSDB provavelmente está associado ao movimento migratório que os parlamentares do PMDB praticaram durante a formação do PSDB, em 1988. Temos ainda com fator complementar que 11% das mulheres declararam ter trocado de partido durante o exercício de seus mandatos.

Homens e mulheres apresentam altos percentuais com relação a já terem ocupado cargos políticos anteriores como vereador, prefeito, deputado estadual ou algum outro antes de ocuparem o cargo de deputado federal. As mulheres correspondem então a 72% e os homens a 83%. Assim como acontece no PT e no PMDB as mulheres peessedebistas ocupam

em sua maioria cargos de vereadora e prefeita enquanto os homens apresentam candidaturas de maior relevância como as de deputado estadual.

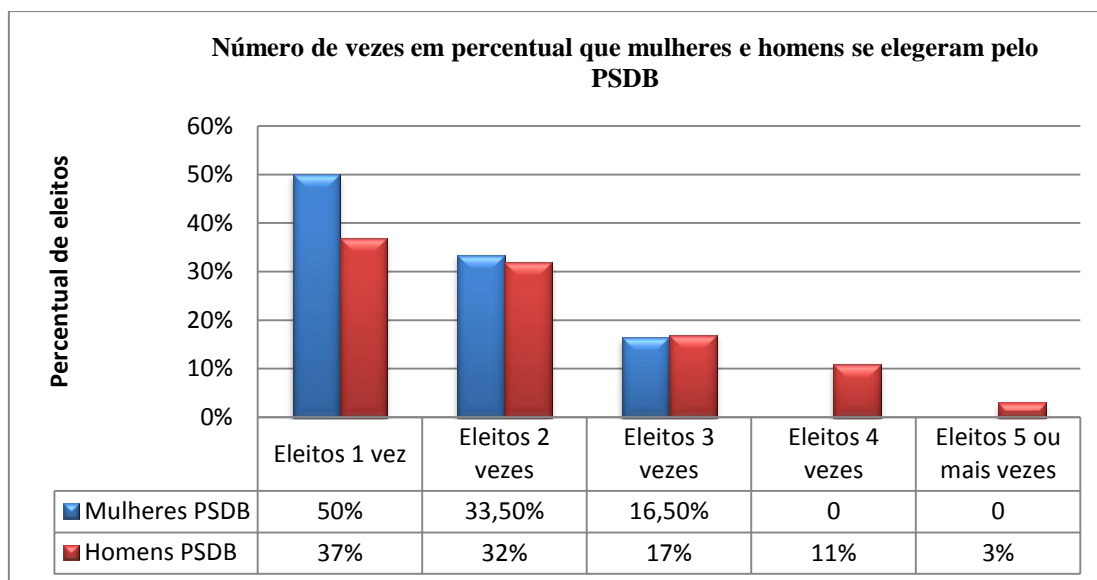
Dentre as mulheres podemos observar que 50% delas apresentam algum tipo de capital político prévio. E dentre essas 78% apresentam capital político advindo de suas famílias, e 22% estiveram envolvidas com o partido desde sua formação militando e defendendo as ideias e propostas programáticas. Os outros cerca de 80% das mulheres enquadram-se ao partido por identificaram com a programática. Essas são resultantes do movimento migratório que as parlamentares do PMDB fizeram a partir da fundação do PSDB. Elas conseguiram se eleger pelo PSDB.

Os homens por sua vez relacionados nessa variável apresentam algum tipo de capital político, em 89% dos casos. Desse total 21% apresentam capital familiar e 79% possuem recursos e/ou já possuem relevância na carreira política. Com relação a deputados eleitos que tenham participado da formação do partido temos 39% deles.

As mulheres peessedebistas apresentam com relação a variável reeleições resultados que chegam a se repetir por até três pleitos. Sendo então o primeiro partido que não apresenta reeleições por femininas por quatro ou mais vezes. Possíveis explicações para esse fato podem estar atreladas a recente formação do partido, a migração de candidatas ou ainda ao fato de que essas mulheres conseguem ocupar outros cargos políticos dentro do sistema eleitoral.

Quanto aos homens podemos notar no gráfico 4 que estes são os únicos que conseguem se eleger como deputados federais por quatro ou mais vezes. Os percentuais masculinos de elegibilidade na coluna 1 e 2 possuem valores percentuais bem próximos, de certa forma pode-se entender que os deputados federais eleitos pelo partido conseguem se reeleger por pelo menos mais uma vez.

Gráfico 4 : Número de vezes e percentual que mulheres e homens se elegeram pelo PSDB



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados disponíveis em: <http://www2.camara.leg.br/> em Set. 2014

As mulheres conseguem índices de reeleição bem próximos aos masculinos quando nos referimos aos deputados eleitos por duas vezes. A partir deste ponto as chances femininas caem ou não existem. Uma possível justificativa para esses resultados seria a de que as mulheres podem estar gastando mais tempo para chegar ao cargo de deputada federal. Um possível indicativo é o fato de mulheres costumam obter melhores resultados eleitorais em eleições municipais.

2.3.4 Perfil político, econômico e social dos deputados e deputadas eleitos pelo DEM/PFL

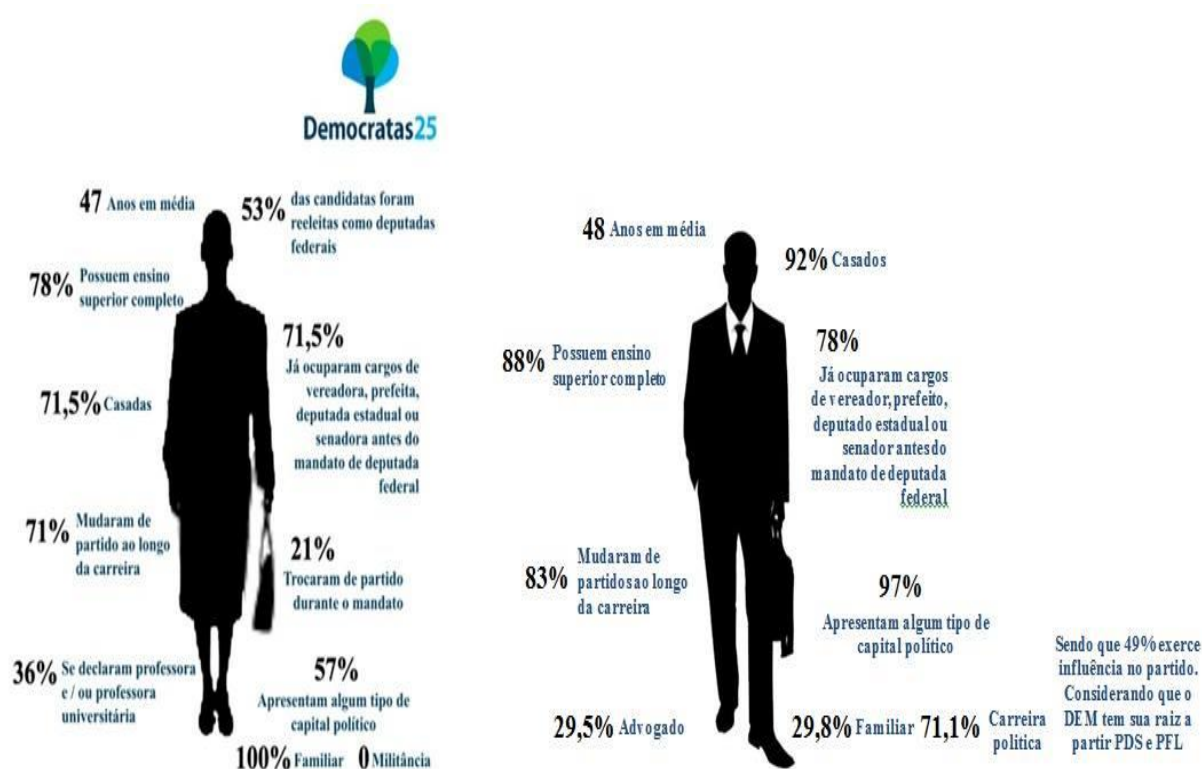
A Figura 4 resume os aspectos mais relevantes sobre o perfil dos deputados e deputadas eleitas pelo PFL-DEM.

A pesquisa investigou o perfil de 14 mulheres e de 193 homens eleitos pelo PFL/DEM. Em 2007 o PFL troca de nome passando a chamar-se DEM, assim como o nome a mudança ocorre também a partir da renovação do comando do partido.²⁴

²⁴ O PFL foi fundado em 1985 após a derrota da emenda constitucional que previa a volta das eleições diretas, alguns de seus fundadores foram dissidentes do Partido Democrático Social (PDS) e contrários ao regime militar. Apresentando como líderes: Aureliano Chaves (então vice-presidente da República), o senador Marco Maciel, o atual presidente do PFL, Jorge Bornhausen, o então senador Guilherme Palmeira (AL), o então senador José Sarney e o então deputado Saulo Queiroz (MS), entre outros deputados que haviam votado em favor das diretas. Em 2005 o PFL refunda-se e acontece a troca de nome para Democratas o comando do partido

Surge então o DEM, um partido que se declara como sendo de centro- direita e que prega o liberalismo e que tem como intuito modernizar a oposição de “direita”. O partido conta com nomes fortes e de longo histórico político. É aliado do PSDB, apoiou o governo Fernando Henrique Cardoso ainda como PFL. Os Democratas têm feito desde 2002, oposição ao governo petista.

Figura 4- Quadro resumo referente a aspectos principais dos deputados e deputadas federais eleitos pelo PFL–DEM



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados disponíveis em: <http://www2.camara.leg.br/> em Set. 2014

Essa análise contempla os quadros políticos que já estavam no PFL e, depois de 2007, continuaram no DEM.

Dentre todos os quatro partidos o DEM é o partido com a média de idade entre homens e mulheres mais próxima. As mulheres apresentam em média 47 anos sendo que a mais nova se elegeu com 35 anos, Jusmari Terezinha de Souza Oliveira (Bahia) e a mais velha

passa a ser exercido pelo Deputado Rodrigo Maia do rio de janeiro. A partir de 2007 a legenda PFL deixa de existir e dá lugar ao DEM que manteve seu compromisso de levar adiante seu legado oposicionista. A biografia do partido foi escrita com base nos dados históricos que o próprio divulga como histórico. Disponível em: http://www.democrataspr.org.br/DetalhesVP/31/Um_pouco_da_historia_do_Democratas/ Acessado em: Fev. 2015.

com 64 anos, Nice Lobão (Maranhão). A média dos homens é de 48 anos, o homem mais novo elegeu-se aos 22 anos, Alexandre Leite da Silva (São Paulo) e o mais velho aos 79 anos, Felix de Almeida Mendonça (Bahia).

O DEM possui o pior resultado com relação à escolaridade das deputadas federais que elege em relação aos outros partidos PT, PMDB, PSDB. Apenas 78% das mulheres possuem ensino superior completo. E 88% dos homens. Nenhuma das mulheres apresenta níveis de especialização, mestrado e doutorado e apenas 1% dos homens possui tal nível de formação.

Podemos perceber que o grau de escolaridade declarado por homens e mulheres, em todos os partidos, é de que pelos menos 70% do quadro de deputados federais eleitos possuem ensino superior completo. Surge então uma questão a partir de todas essas análises talvez a escolaridade possa ser um indicativo de que quanto mais às pessoas estudam mais elas tomam conhecimento das demandas sociais e buscam participar da política. Os dados coletados nessa pesquisa não são suficientes para comprovar a assertiva, mas contribui talvez com trabalhos futuros que tratem do tema.

Sobre a variável atividade profissional temos que a maioria das mulheres 36% se declara como professora e/ ou professora universitária assim como ocorre nos demais partidos. Outras profissões declaradas pelas mulheres foram: psicóloga e servidoras públicas. Quanto à atividade profissional declarada pelos homens, 29,5% declaram-se como advogado, os outros quase 70%, assim como nos outros três partidos: PT, PMDB e PSDB, declaram-se: engenheiros, empresários e médicos.

Em virtude da própria mudança de legenda o PFL/ DEM abriu precedente para um número maior de migrações partidárias. A maioria dos casos de troca de legenda aconteceu entre o partido e outros partidos pequenos. Em alguns casos políticos que migraram do PMDB para o PFL, se deslocaram posteriormente a partidos menores. Os políticos do PFL/DEM apresentam assim como os do PMDB um comportamento maximizador. Mas nesse caso se diferenciam, pois, a maioria concretiza migrações a legendas menores para de manterem ativos no jogo político.

Portanto 71% das mulheres do partido afirmam ter mudado de partido ao longo da carreira política entre elas 21% trocou durante o mandato de deputada federal. Quanto aos homens temos que 83% declaram ter mudado de partido político ao longo de suas carreiras.

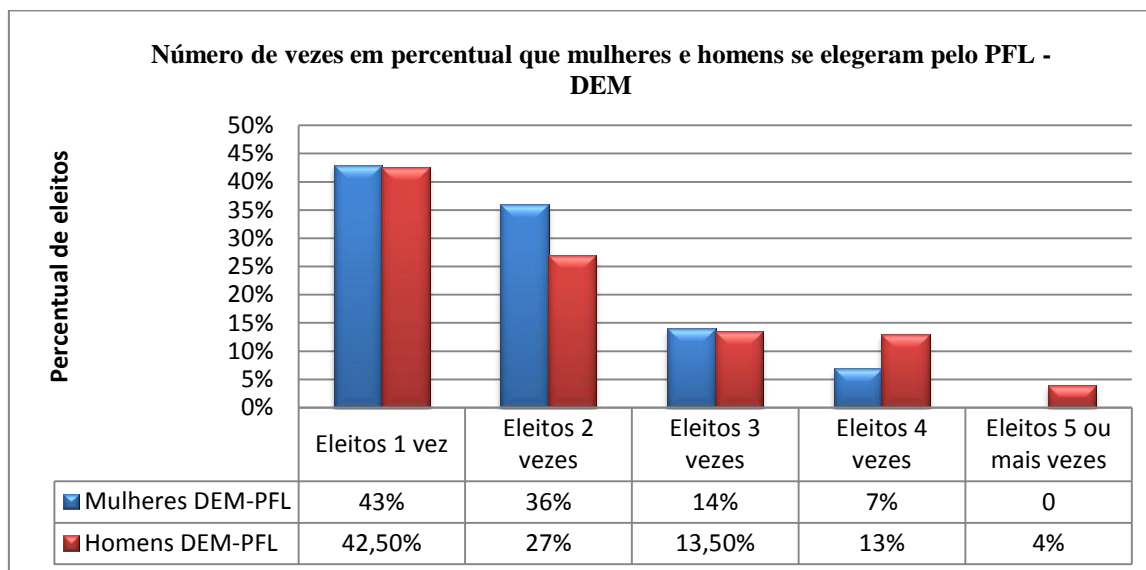
Entre os homens do DEM 78% declararam já ter ocupado cargos de vereador, prefeito, deputado estadual ou senador antes de ocuparem o cargo de deputado federal. As mulheres que se declaram em mesma situação são 71,5%.

O PFL/DEM e o PMDB apresentam alguns dos políticos mais tradicionais encontrados nesse estudo, a relevância de ambos é ressaltada. Ainda que de formas distintas ambos os partidos influíram de alguma forma no governo PT e no governo PSDB, seja através de migrações políticas, de grupos dissidentes que fundaram o partido ou mesmo na formação de alianças ou da articulação da oposição.

Quanto à composição do partido temos que 57% das mulheres apresentam algum tipo de capital político prévio a sua inserção no cenário político, 100% desse capital tem origem familiar, ou seja, todas as mulheres eleitas pelo PFL–DEM tem algum tipo de vínculo familiar ou padrinho político. Entre os 97% dos homens que apresenta algum tipo de capital político 29,8% tiveram algum tipo de influência familiar ou padrinhos políticos e os outros 71,2% são políticos que construíram por conta própria suas carreiras, desse total 49% exercem forte influência no partido ou participaram de sua formação.

Dentre os quatro partidos analisados: PT, PMDB, PSDB e DEM/PFL, todos possuem casos de mulheres que foram inseridas no ambiente político a partir de familiares, pais ou maridos que já exerciam algum cargo político ou que são influentes no partido. Podem o DEM apresenta outro tipo de comportamento além do descrito a cima. O partido apresenta três casos de mulheres que se firmaram na política e depois ajudaram seus filhos, maridos e homens de suas famílias a concorrer a uma vaga na Câmara dos Deputados, ou em outros cargos políticos.

Gráfico 5: Número de vezes e percentual que mulheres e homens se elegeram pelo PFL–DEM



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados disponíveis em: <http://www2.camara.leg.br/> em Set. 2014

O PFL – DEM apresenta um percentual de deputados e deputadas federais eleitas por uma única vez, praticamente idêntico, pois, são 43% de mulheres e 42,5% de homens. A mulher do DEM consegue se reeleger por até quatro vezes, mas, o destaque fica ao fato de se elegerem por duas vezes obtendo então o melhor desempenho em reeleições. Os homens parecem seguir o mesmo padrão que nos outros partidos se elegem e se reelegem por duas vezes e depois concorrem a cargos mais altos.

Uma possível hipótese para justificar o número de reeleições das mulheres do DEM/PFL pode estar atrelada a ideia de “maximização”, ou seja, as mulheres concorreriam à reeleição para que pudessem se manter na lógica do jogo político. Outro indicativo de que essa hipótese pode ser válida decorre do fato de que das quatorze mulheres estudadas apenas duas não ocuparam cargos anteriores ao de deputada federal e todas as outras ocuparam cargos de vereadora, prefeitas ou deputadas estaduais. A partir desse fato podemos entender que as mulheres que se elegem pelo DEM/PFL seriam políticas de carreira.

2.3.5 Perfil comparativo das deputadas eleitas

Esta seção busca discutir se existem aspectos convergentes que permitam explicar porque essas mulheres conseguiram se eleger pelo: PT, PMDB, PSDB e pelo PFL–DEM. Para tal a figura 5 condensa o perfil resumido das deputadas federais eleitas.

O ponto de maior convergência entre os perfis das candidatas eleitas são as vias de acesso pelas quais as mulheres conseguem os maiores êxitos eleitorais. Ou seja, as mulheres que foram eleitas principalmente no que compete a partidos de direita e centro, PMDB, PSDB e DEM/PFL, são detentoras de capital familiar. Dentre os partidos políticos analisados somente no caso do PT podemos observar a presença de um número maior de mulheres que conseguiram fundamentar suas carreiras sob sua trajetória dentro do partido e sobre a militância e a participação em movimentos sociais. Esse fato confirma as teorias que propõem que partidos de esquerda são mais inclusivos a minorias.

Com relação a variável idade nota-se que todos os partidos mantem os maiores índices de candidatas eleitas na faixa dos 40 anos. As candidatas mais velhas encontradas geralmente possuem índices altos de reeleição e participaram muito mais da organização partidária, notou-se que elas participaram da formação do partido. As candidatas mais jovens por sua vez estão vinculadas a famílias com capital político. No entanto são pouquíssimas candidatas se elegeem antes dos 30 anos

Todos os partidos apresentaram em seus quadros um maior percentual de mulheres com diploma de ensino superior. Dentre todos os partidos o destaque ficou por conta do Partido dos Trabalhadores. As mulheres do partido destacaram-se em relação aos homens petistas e as mulheres dos demais partidos.

Uma possível explicação para os menores índices de escolaridade masculinos podem estar vinculados ao fato da militância petista ser composto por um grande número de trabalhadores metalúrgicos e sindicalistas. Portanto o intuito de muitos dos homens petistas que se filiaram ao partido era lutar pró-defesa do trabalhador, assim muitos possuem formação técnica o que era suficiente para trabalhar nas metalúrgicas. Desta forma a escolaridade masculina atingiu patamares inferiores às femininas, provavelmente por dificuldade de acesso ao ensino superior.

Sabe-se que para ocupar cargos políticos os atores não podem ser analfabetos, entretanto, se observarmos os índices de formação superior expressos pelas deputadas percebemos que a mulher que chegou ao poder entre 1994 e 2010 possuía condições mínimas que as colocam em vantagem, pois, o ensino superior durante muito tempo não foi uma política de fácil acesso a todos os setores sociais.

Essa variável indica ainda que a maioria das deputadas eleitas pode ser classificada como pertencente à classe média alta pelo fato de ter conseguido cursar uma universidade.

Alguns autores como Rodrigues (1987) observam a partir desta relação à sub-representação de classes baixas.

A formação superior pode ser um indicativo de que essas mulheres por possuírem melhor maior grau de escolaridade buscaram maior participação e representatividade de seus interesses na política. Em contra partida o fato de muitas delas possuírem capital político familiar vai contra a lógica de que as transformações sociais contribuíram para que as mulheres conquistassem por meio de sua independência espaço na política nacional.

A variável atividade profissional apresentou resultados convergentes em todos os partidos deste estudo, ou seja, as mulheres eleitas em sua maioria declararam-se como professoras ou professoras universitárias. Podemos entender que essa variável não está relacionada diretamente a nenhuma questão essencialmente ideológica dos partidos políticos.

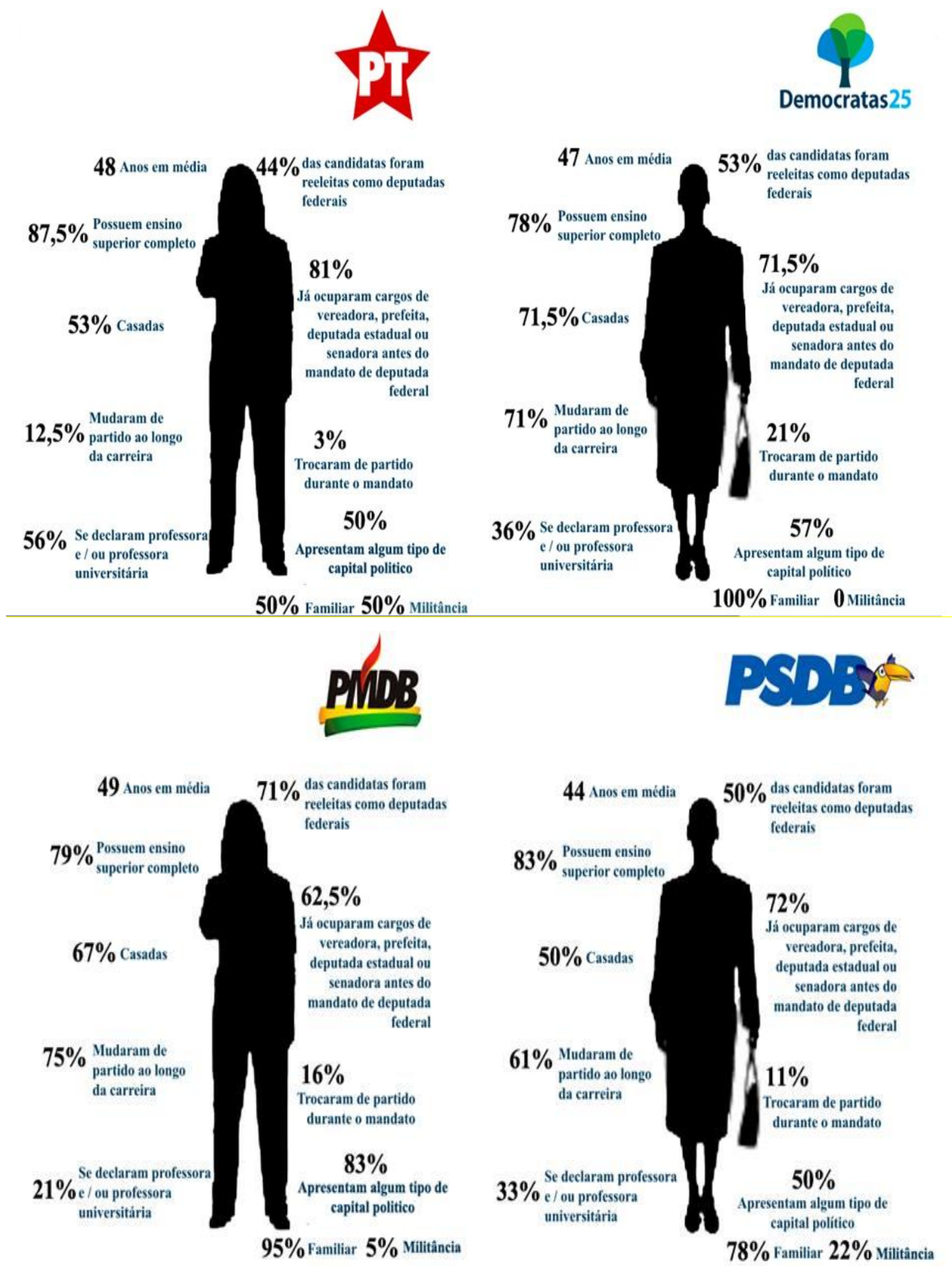
Em percentuais menores apareceram ainda profissões como: médica, advogada, psicóloga e servidora pública. O destaque ficou por conta das únicas duas deputadas desse estudo que se declararam como donas de casa sendo duas do PMDB, Maria Lucia Netto dos Santos, Ozanilda Gondim Vital do Rego e uma do PSDB, Odaisa Fernandes Ferreira. Ambas as peemedebistas eleitas foram inseridas na política por meio de indicações de líderes e mulheres com forte capital familiar. Em contra partida a deputada peessedebista é uma política de carreira que ocupou cargos anteriores como vereadora e deputada estadual.

O percentual de mulheres casadas é maior nos partidos de centro, centro – direita e direita, possivelmente em decorrência do conservadorismo. Nesse caso PMDB e DEM apresentam os maiores índices percentuais de deputadas federais casadas.

Contudo PT e PSDB são os partidos que mais apresentam percentuais de mulheres divorciadas e solteiras. Essa variável pode estar relacionada à idade com que as deputadas se elegem e também ao fato de que se comparados entre si PT e PSDB são partidos mais recentes em relação ao PMDB e ao DEM/PFL. O partido dos trabalhadores apresenta o maior número de mulheres divorciadas entre os quatro partidos.

Os dados com relação a variável mudança de partido mostram que as mulheres eleitas pelo PSDB, PMDB e pelo DEM/PFL mudam muito mais de partido ao longo de suas carreiras do que as mulheres eleitas pelo PT. Esse comportamento pode ser justificado pelo perfil “maximizador” dessas mulheres, que propriamente acompanhe a lógica de seus partidos ou a vontade de se manterem no jogo político. No caso do PT isso ocorre pela força dos vínculos ideológicos. Propõe-se então que mulheres com convicções de esquerda tenderiam a ser mais fiéis a seus partidos políticos

Figura 5- Quadro resumo referente a aspectos principais das deputadas federais do PT, DEM, PMDB e PSDB



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados disponíveis em: <http://www2.camara.leg.br/> em Set. 2014

O comportamento das mulheres do DEM, do PSDB e do PMDB sugere uma maior fragilidade entre vínculos ideológicos e as mulheres desses partidos, essa afirmação se justifica no elevado número de migração entre legendas. O PT apresenta o melhor índice de mulheres que trocaram de legenda durante o exercício de seus mandatos. O DEM por sua vez apresenta o maior índice de troca de legenda por parte de suas deputadas federais, esse comportamento pode ser decorrente do fato de que durante a dissolução do PFL uma parte das deputadas acabou por migrar para o PSB e para legendas de partidos “nânicos”.

A militância e a participação em grupos estudantis, sindicatos e movimentos sociais é tímida entre as deputadas do PMDB e do PSDB, não foi encontrada nenhum tipo de participação em grupos movimentos ou militância por parte das deputadas do DEM.

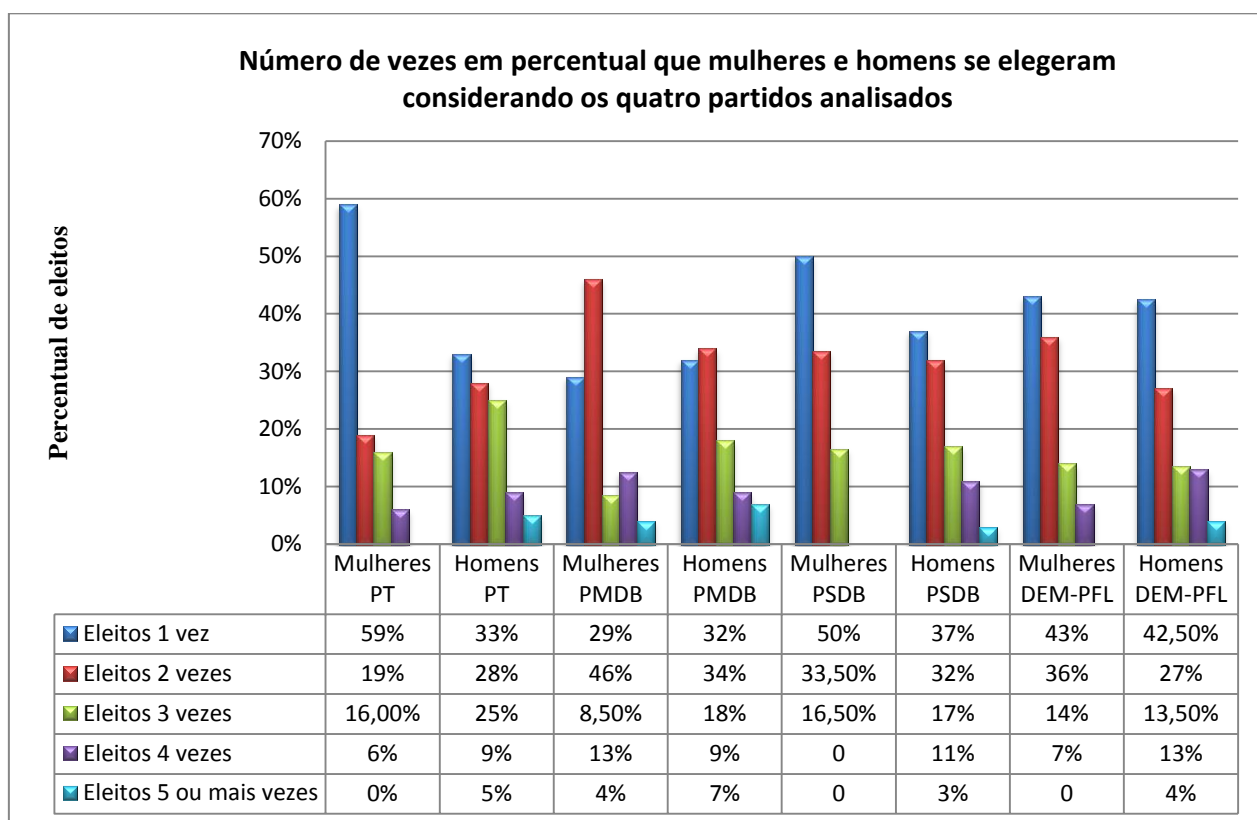
O PT se destaca em número de mulheres que militam e/ou participam de grupos estudantis, dos movimentos sem terra, sindicatos e demais mecanismos que aproximam a política dos diversos grupos que propõem algum tipo de reivindicações políticas e sociais. Nota-se em relação ao PT que a militância contribuiu com a candidatura de pelo menos metade das mulheres eleitas. Observa-se a forte relação existente entre os perfis e as características específicas de cada partido. A militância e o vínculo com grupos diversos é uma das especificidades evidentes de partidos de esquerda.

Todos os partidos apresentam casos de deputadas federais que se elegeram por meio de capital político familiar ou de padrinhos políticos. Esse resultado aparece em menor número entre as deputadas que se elegeram pelo PT, pois, nesse partido há maior número de parlamentares com carreiras baseadas na militância e no tempo de filiação partidária.

O Gráfico 6 sintetiza em termos gerais as possíveis comparações que podem ser estabelecidas com relação ao desempenho eleitoral e a capacidade de reeleição das mulheres em relação aos homens que se elegeram e reelegeram pelos partidos cobertos por esse estudo.

Foram contabilizadas as deputadas e deputados federais eleitos de uma até cinco vezes, os dados estão separados em colunas que equivalem ao número total descrito em percentuais.

Gráfico 6: Número de vezes em percentual que mulheres e homens se elegeram considerando os quatro partidos analisados



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados disponíveis em: <http://www2.camara.leg.br/> em Set. 2014

O PT e o PSDB possuem os maiores índices percentuais de mulheres eleitas por uma única vez e de mulheres que se reelegem por até três vezes. O PMDB possui o melhor resultado com relação às deputadas que conseguem se reeleger por duas, quatro e cinco vezes.

O DEM não se destacou em nenhuma das categorias com relação ao comportamento de suas deputadas eleitas. Os destaques do partido centram-se entre os homens eleitos.

Dentre os partidos analisados: PT, PMDB, PSDB e PFL/DEM, apenas o PMDB conseguiu apresentar mulheres que conseguiram se reeleger por até cinco vezes. Os demais partidos conseguiram reeleger suas deputadas por até quatro vezes. Uma possível justificativa para o desempenho superior do PMDB pode estar ligado ao fato do partido ser o mais antigo dentre os quatro estudados.

Se refletirmos a partir dos índices de elegibilidade feminina observamos que há uma continuidade muito grande de mulheres que se reelegem e que os quadros tanto de mulheres eleitas quanto de mulheres que concorrem as eleições dificilmente se renovam dentro dos partidos políticos, esse comportamento copia o modelo masculino. A continuidade parece

fundamentar-se na perspectiva de manter-se no jogo político e de maximizar ganhos. Ou seja, independentemente da questão de gênero a maior dificuldade para o surgimento de novas lideranças é a permeabilidade do sistema político brasileiro.

2.4 Conclusões

O Capítulo II teve como objetivo investigar o perfil das deputadas federais eleitas entre 1994 e 2010. A fim de encontrar aspectos convergentes ou divergentes entre os partidos estudados: PT, PMDB, PSDB e DEM/PFL.

A discussão se restringiu a arena eleitoral. A discussão teórica do capítulo retomou aspectos importantes da teoria sobre o sistema político partidário brasileiro e da representação política a fim de conversar com os resultados encontrados. A ideologia foi um dos aspectos mais importantes para justificar o comportamento encontrado nos resultados referentes aos perfis de homens e mulheres eleitos, de forma que observamos que o partido influencia o comportamento e as convicções.

O grande diferencial entre os perfis baseia-se na relação entre os perfis políticos e a origem da carreira política das mulheres. Os dados comprovam que grande parte das mulheres iniciam suas carreiras políticas por apresentarem vínculos familiares ou por terem sido apadrinhadas, esse fato acentua-se a partir da imposição das cotas. A permeabilidade do sistema de indicação dos partidos e a capacidade de construir campanhas sólidas que garantam a elegibilidade demandam grandes quantias de capital econômico e político. Esse fato é apontado por pesquisadores da representação feminina e pode ser comprovado nessa pesquisa.

O capital político das mulheres do partido dos trabalhadores ao contrário dos demais partidos se mostra muito mais diversificado, a permeabilidade do partido é relativamente maior e a quantidade de mulheres que possui vínculos com movimentos sociais e que são militantes é superior.

A questão ideológica demonstrou-se relevante pois, no PT as mulheres tendem a mudar menos de partido o que pode estar diretamente ligado ao fato delas buscarem manter seus valores ideológicos. A alternância no PFL/DEM, PSDB e PMDB é muito maior talvez pelo intuito de maximização dos votos e pelas relações políticas familiares. Pelo fato dessas mulheres se mostrarem menos ligadas a militância elas podem expressar essa relação através do maior número de trocas de legenda.

Podemos deduzir a partir desse fator que muitas das mulheres entraram na política a priori, como uma possível resposta a política de cotas, por serem mulheres que possuem maridos, pais ou padrinhos políticos que alavancaram suas carreiras.

Em geral a carreira política das mulheres, independente do partido, começa com cargos municipais a maioria é vereadora e prefeita antes de se eleger como deputada federal. Contudo se comparadas aos homens podemos observar que a carreira política dos mesmos se distingue dessa realidade. Os homens conseguem ocupar cargos “maiores”, ou seja, chegam a ocupar cargos de prefeitura e deputado estadual com mais facilidade que as mulheres e após se elegerem como deputados federais conseguem ocupar cargos como senador ou mesmo governador com maior facilidade.

As mulheres levam mais tempo para se firmarem na carreira política, conseguir maior projeção e concorrer a cargos “maiores”. Talvez pela entrada tardia na política ou pelas dificuldades da permeabilidade dos partidos para participar da disputa eleitoral, ou pela tripla jornada, ou ainda pelos preconceitos sociais que ainda existem em relação a mulher, esse trabalho não responde a essa questão mas levanta hipóteses que podem ser pensadas a partir deste ponto.

As variáveis testadas foram: idade, escolaridade, estado civil, mudança de partido (para testar fidelidade partidária), profissão, reeleição, cargos políticos anteriores, capital político prévio (através de familiar envolvido com política e por fim a militância partidária).

O capital político é fundamental a maioria das mulheres que conseguem se eleger notamos que familiares, e padrinhos políticos que possuam recursos financeiros ou condições de captar votos são fundamentais para garantir que as mulheres se elejam.

Esse fato pode ser notado quando separamos as mulheres que se elegeram com capital familiar e buscamos em suas relações vínculos com homens que já estão na política sejam maridos, pais etc. Um exemplo pode ser Roseana Sarney filha de José Sarney que foi deputada federal, senadora e governadora do Maranhão com apoio do pai. Muitos outros podem ser encontrados se cruzarmos dados e sobrenomes. Percebemos nitidamente que no jogo político as elites políticas detêm a capacidade de propor candidaturas com maior capacidade de elegibilidade.

Esses padrões encontrados abrem precedentes para muitos pontos que ainda precisam ser respondidos. Entre essas provocações podemos pensar pontos como:

O fato da maioria das mulheres se declararem como professoras não reflete a necessidade de mais políticas de empoderamento das mulheres e a dificuldade da mulher de conquistar espaço e igualdade no mercado de trabalho?

Talvez os baixos índices de elegibilidade feminina possam ser relacionados ao fato de que a partir do momento que a candidatura é dependente de capital familiar. O sobrenome e os apadrinhamentos pesem mais que o gênero. Ou seja, talvez a dificuldade seja romper com os grandes “caciques” políticos seja comum a homens e mulheres que iniciam suas carreiras na política.

A criação das cotas políticas e partidárias exclusivamente não garante uma representação feminina mais inclusiva. O que se faz necessário é que os partidos políticos promovam mudanças internas em suas estruturas a fim de oferecer maior oportunidade e mais participação às mulheres. Pois, o único facilitador a inserção feminina para as mulheres que o possuem é a relação familiar e os apadrinhamentos.

Para que de fato as mulheres conquistem espaço e visibilidade na política é preciso que as estruturas organizacionais dos partidos transformem suas relações de gênero interna e externamente. E por fim uma reforma no sistema político que permitisse maior rotatividade de parlamentares nos cargos políticos.

Capítulo 3. A capacidade propositiva das mulheres na Câmara dos Deputados

Esse capítulo examinará o comportamento parlamentar das candidatas e candidatos eleitos no período de estudo delimitado e os partidos correspondentes da análise. O objetivo deste capítulo não é discutir a qualidade da representação e sim identificar o tipo e a natureza das proposições das parlamentares e de sua participação em comissões.

A fim de garantir que os dados sejam passíveis de comparações e resultem em análises mais fundamentadas essa investigação foi feita em duas partes. Primeiro foram analisados dois blocos de parlamentares o primeiro corresponderia a mulheres e o segundo que aos homens.

Para isso foram examinados os cargos ocupados em: Comissões Permanentes, Comissões Especiais e Externas, Comissão Parlamentar de Inquérito CPI's, e por fim as temáticas da produção legislativa de Proposta de Emenda à Constituição (PEC's) e Projetos de Lei (PL's) em que apareceram como autores ou co-autores os candidatos e candidatas analisados.

A escolha das PEC's e dos PL's como objeto de análise nessa seção está relacionada ao fato de que as proposições precisam ser discutidas previamente em comissões para que possam compor a agenda de votação. Espera-se, portanto que nesses espaços discussão as questões de gênero consigam visibilidade para pautar emendas e projetos que sejam diretamente relacionados às demandas femininas e que nesses espaços grupos e movimentos sociais diversos possam se expressar em relação ao que está sendo proposto.

Com relação às PEC's e PL's analisadas deve se salientar que na análise foram descartadas previamente as que possuíam temáticas que diziam respeito alterações em nomes de ruas, pontes, homenagens e que apresentavam do ponto de vista analítico desde projeto nenhuma relevância para a identificação do teor propositivo dos parlamentares analisados.

A metodologia aplicada para que seja possível analisar com maior precisão os dados coletados a partir das descrições encontradas referentes a cada parlamentar no site da Câmara dos Deputados foi adaptada a partir de categorias pensadas por Feitosa e Miguel (2009). A escolha das categorias deve a possibilidade de adaptá-las para o tipo de análise e a grande relevância de Miguel, por ser um dos principais pesquisadores da representação feminina atualmente no Brasil.

Como as categorias a princípio foram definidas para analisar o discurso das candidatas em plenária, se fez necessário adaptá-las para que ao invés de remeterem a discursos pudessem remeter as temáticas das PEC's e PL's analisados, a partir dos dados disponíveis no site da Câmara, na sessão de produção legislativa e que constam associadas à biografia dos parlamentares. Ressaltando apenas que poucos casos não puderam ser contabilizados em decorrência da ausência de descrição de dados nos sites, mas este número restringe a pesquisa a uma margem de erro de cerca de 1%.

Dessa forma as categorias adaptadas pela questão das temáticas propositivas e não de discurso serão:

- *Hard Politics*- Abrangem políticas que estejam relacionadas a relações exteriores; segurança nacional; reforma política ou de legislação eleitoral; administração pública; reforma do Estado; política econômica e tributária; política industrial; política agrícola; reforma agrária e/ou fundiárias; economia geral; questões de infraestrutura como transporte e telecomunicações.

- *Soft Politics*- Violência e segurança pública; saúde pública e saneamento; habitação; direitos humanos; questões sociais tais como pobreza, desigualdade e fome; meio ambiente; educação; cultura e esporte; direitos do consumidor; família, direitos reprodutivos, infância e adolescência; questões religiosas.

- *Middle Politics*- Emprego, trabalho e formação profissional; ciência e tecnologia; funcionalismo público; comunicação social; propriedade intelectual, pirataria, biopirataria; previdência social.

A pesquisa de Feitosa e Miguel (2009) ambicionava relacionar o discurso dos homens a *Hard Politics* e o das mulheres *Soft Politics*, entretanto, aqui esperasse medir a capacidade propositiva política das mulheres. Considerando o desempenho de cada uma das parlamentares nas três categorias e os partidos são pensados como variáveis que influem sob o desempenho, medindo se eles podem influir na maneira como as mulheres abordam e agem frente às proposições. Para verificar se o proposto na verdade não seria equivalente para homens e mulheres e se há ou não existência de tendência partidária na participação das comissões e nas proposições.

3.1 Breve reflexão sobre o processo propositivo para a criação de projetos- PEC e PL

O Congresso Brasileiro se mostra bastante reativo aos poderes de agenda do presidente no que diz respeito à formulação e a proposição de políticas públicas. A capacidade de implementar agendas de governo depende da capacidade do presidente em construir coalizões e conquistar aliados no legislativo, isso dentro da lógica do presidencialismo de coalizão (GOMES, 2013).

Na década de 90 a governabilidade do sistema político brasileiro foi duramente questionada. Ao combinar o presidencialismo a um sistema eleitoral proporcional e geograficamente difuso poderia desestruturar o sistema partidário e criaria a possibilidade de muitos espaços de veto e facilitando ganhos de grupos de interesses, o quadro caminharia para uma espécie de paralisia decisória (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999).

As explicações são várias para explicar como essa relação se regulamenta, mas em síntese entende-se que o Executivo mantém maior controle sobre proposições e demandas nacionais e o legislativo se organiza sob a perspectiva partidária e tem aumentado sua capacidade propositiva. As interações entre os poderes e as regras para a produção legislativa estão regulamentadas pela Constituição de 88 (GOMES, 2013).

O legislativo brasileiro é o produto de instituições complexas que interagem entre si para produzir leis em uma democracia representativa. Dessa forma a complexidade interna está contida no fato de que é preciso controlar tensões, objetivos e os múltiplos interesses de cada um dos atores políticos (GOMES, 2013).

Compete ao legislativo filtrar as necessidades da sociedade e propor demandas que busquem contemplá-las, estas devem pelo menos em tese deveriam contemplar os mais diversos grupos e classes sociais. Mesmo considerando que as conexões eleitorais atuam sob a lógica propositiva, os objetivos de carreira dos deputados também influem sob suas proposições. Mas em tese os deputados devem representar preferências diversificadas.

GOMES (2013) pontua ainda que a ideologia partidária é outra fonte possível de influência no comportamento legislativo, as variações no posicionamento dos parlamentares em relação ao espectro ideológico refletem sob sua atuação e seu posicionamento no legislativo. O sucesso das propostas consiste em conseguir apoio do coletivo, do partido e se possível de comissões e frentes parlamentares. “Sendo o parlamentar um ator racional que tem aversão ao risco político, sua utilidade em decisões específicas sobre políticas públicas

será definida pela expectativa de resultado da política, e não pela política em si” (KREHBIEL, 1990 *apud.* GOMES, 2013). Os parlamentares seguem a lógica racional de buscar ampliar seu poder e minimizar os riscos políticos de suas ações.

Quanto às comissões permanentes do congresso devemos entender que o acesso da população é desigual, pois, os setores mais organizados e com mais recursos financeiros conseguem mais acesso mesmo com os dispositivos regulamentados no regimento interno da Câmara que protege a representação de minorias. Apesar da sociedade ter acesso ao debate que ocorre nas comissões isso não garante que a votação dos parlamentares representará a opinião dos grupos e movimentos sociais que participaram do debate. Essas comissões selecionam os temas que serão deliberados e discriminam sobre a urgência dos projetos encaminhados ao plenário. De forma resumida compete às comissões permanentes receber as demandas da sociedade e fazer uma triagem da urgência (GOMES, 2013).

A definição segundo as informações presentes na página da Câmara dos Deputados indicam que:

“O Congresso Nacional é composto de duas Casas: Câmara dos Deputados e Senado Federal. Cada uma dessas Casas possui Comissões Parlamentares, Permanentes ou Temporárias, com funções legislativas e fiscalizadoras, na forma definida na Constituição Federal e nos seus Regimentos Internos. No cumprimento dessas duas funções básicas, de elaboração das leis e de acompanhamento das ações administrativas, no âmbito do Poder Executivo, as Comissões promovem, também, debates e discussões com a participação da sociedade em geral, sobre todos os temas ou assuntos de seu interesse. (Site Câmara dos Deputados, 2014. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/o-papel-das-comissoes>)”.

Portanto com base na discussão de Gomes (2013) e na descrição da Câmara podemos entender que o papel das Comissões é apresentar, discutir e analisar a conveniência de um projeto. Entende-se que a conclusão dessas discussões influirá na orientação de como o projeto será recebido para votação no plenário.

As Comissões podem ser: Permanentes, Temporárias, Mistas. As Comissões Permanentes são órgãos técnicos criados pelo regimento interno com a finalidade de discutir e votar propostas de leis que serão apresentadas a Câmara dos Deputados, nessa instância são feitos estudos técnicos e emitidos pareceres como relação ao que chegará a discussão no plenário e julgando quais proposições devem ser levadas a diante. Podem atuar ainda como mecanismo de controle do que será executado.

As Comissões Temporárias também são órgãos técnicos, só que nesse caso são criadas pelo presidente da Câmara. Elas podem ser Especiais, que emitem parecer sobre

proposições especiais como PEC ou Códigos; Externas, acompanham assuntos específicos fora da Câmara dos Deputados e a Parlamentares de Inquérito as CPIs, que são responsáveis por investigar algum fato específico.

As Comissões Mistas são as únicas que são formadas por deputados e senadores, ao contrário das demais que são apenas formadas por deputados. Elas podem ter caráter permanente ou temporário. As regras para o funcionamento tiveram de serem baseadas em um regulamento comum as duas casas. Com relação a esse tipo de comissão temos uma de temática especificamente feminina: Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Gomes (2013) descreve que no sistema brasileiro existem três vias para se propor uma matéria de legislação: a) constitucional, b) complementar à Constituição e c) ordinária.

No caso a via constitucional se dá por meio das Propostas de Emenda a Constituição (PEC), sua tramitação se dá por meio de comissões temporárias especiais e ela deve ser apreciada no plenário da Câmara dos Deputados e no Senado em dois turnos de votações, para que ela seja aprovada são necessários votos de três quintos do total de cada uma das casas.

A proposta pela via complementar é o projeto de lei complementar (PLP), elas são utilizadas para complementar a constituição, mas não foram consideradas nesse estudo.

Por fim as proposições pela via da legislação ordinária, três tipos de proposições são possíveis: as medidas provisórias (MPV) e o projeto de lei do Congresso Nacional (PLN) ambas iniciadas pelo Executivo, portanto não constam nesse estudo, e a terceira é o projeto de lei ordinária (PL).

O Projeto de Lei Ordinária pode tratar de vários temas e pode ser proposto por vários autores principalmente pelos parlamentares. Os PL tramitam nas duas casas e dependem da apreciação final do plenário, quando ocorrer veto presidencial ou pedido de urgência caso contrário alguns PL's podem ser aprovados depois que receberem os pareceres das comissões.

Essa descrição sobre as Comissões e a produção legislativa das PEC's e PL's teve o intuito de apresentar quais foram os pontos sobre os quais esse terceiro capítulo se fundamenta para estudar o desempenho propositivo e a participação feminina na estrutura das Comissões da Câmara dos Deputados.

3.2 A mulher e o processo legislativo

Alguns dos pesquisadores da representação feminina tem discutido o teor das legislações e discussões que tem sido propostas pelas mulheres no Senado e na Câmara dos

Deputados. Alguns têm analisado individualmente o desempenho de cada uma das deputadas e outros tem construído suas análises a partir da ideia de bancada, alguns preferem entender o desempenho da bancada feminina²⁵.

Segundo descrito pela coordenadora da bancada e deputada Alice Portugal²⁶ do PC do B, a bancada feminina na câmara tem o objetivo de fazer valer os direitos das mulheres, combater desigualdades salariais, proteção da mulher no mercado de trabalho, melhoria nas condições de saúde sexual, lei Maria da penha, direitos das empregadas domésticas entre outros.

Este trabalho por sua vez reconhece a existência da bancada feminina, mas entende que o comportamento propositivo da mulher está muito mais vinculado a bancada do seu partido do que propriamente a divisão por gênero. Isso se confirma em votações abertas e na temática de projetos propostos, pois, projetos que tratem de melhorias para o trabalhador possuem vínculo com partidos de esquerda, no caso desse estudo o PT.

Para criar uma proposição PEC ou PL as mulheres na maioria das vezes correspondem mais aos interesses de seus partidos e de grupos de interesse do que propriamente a temáticas e questões fundamentalmente ligadas ao gênero.

Alguns problemas ainda podem ser apontados a partir dos pesquisadores que estudam o desempenho propositivo feminino.

Miguel (2013) propõe que a produção propositiva limita se a temas “*softs*”. Na mesma linha o estudo de Martins (2007) trata da baixa sensação por parte da população de que as mulheres possam legislar por demandas que não exclusivamente femininas.

Apenas a condição de ter nascido mulher não as legitima a legislar exclusivamente por interesses de gênero, pois, estes não seriam as únicas demandas das candidatas eleitas, nem necessariamente caberiam aos interesses do partido se limitar apenas a uma agenda de gênero. As mulheres não podem ser pensadas como detentoras de grandes soluções e como militantes exclusivas das demandas femininas. Inclusive em decorrência de que o perfil das mulheres eleitas não contempla o universo feminino de uma maneira uniforme. Para Araújo (1998) as deputadas podem apresentar discordância quanto a interesses propositivos e de demandas que devem ser apoiadas.

²⁵ O trabalho de Mano é um dos exemplos de pesquisa que enfoca a bancada feminina. MANO, Maíra Kubík Taveira. *Legislar sobre “mulheres”*: relações de poder na Câmara Federal. Unicamp, 2015. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000939784>

²⁶ Fonte: <http://exame.abril.com.br/carreira/noticias/44-empresas-querem-estagiarios-e-trainees-veja-quais>

Martins (2007) propõe que a representação não está unicamente vinculada ao gênero. Afinal o membro ao assumir um cargo político deve atuar para o todo não apenas a um grupo. Contudo a autora ressalta através de Mayhew (1974) que os parlamentares tendem a validar interesses particularistas que sejam capazes de lhes garantir uma reeleição, acabando dessa forma a comprometer o princípio da democracia representativa.

Para a autora, se o parlamento se transforma em um reflexo da estrutura social as bases de responsabilização e da prestação de contas entre políticos eleitos e seus eleitores acabam por ser comprometida. A representação que efetivamente se deve buscar é a que não deixa de lado a corrente ideológica nem as características de seus representantes (*apud*. PHILLIPS, 1995).

Mulheres apenas por serem mulheres nem sempre tenderão a ter os mesmos interesses. Isso explica porque não necessariamente as eleitoras votam exclusivamente em mulheres. As mulheres que se elegem e constroem suas carreiras políticas podem na verdade estar determinadas a defender questões que não sejam exclusivamente de gênero. As demandas dos grupos não podem ser usadas para delimitar a atuação da representante eleita (*apud*. ARAÚJO, 1998). Sendo assim não deve haver um comprometimento obrigatório entre mulheres, e as “bandeiras feministas” limitando a atuação apenas a questões de gênero (MARTINS, 2007).

O acesso das mulheres aos espaços públicos de deliberação são extremamente necessários, pois, mesmo que não haja garantia de que as mulheres legislariam em favor as causas femininas as mulheres ainda fazem parte do grupo de indivíduos sub representados (MIGUEL, 2000).

As mulheres compartilham experiências distintas das masculinas aos que se propõem a representá-las cabe entender que: “existem perspectivas sociais peculiares associadas ao gênero” que não podem ser ignoradas. Mesmo dentro de uma mesma perspectiva social as mulheres são separadas dos homens por uma conotação simbólica negativa (MARTINS, 2007).

As dificuldades femininas políticas podem ser percebidas ainda na relação de dependência que existe entre as proposições femininas e o que é interesse de seus partidos. A mulher aumenta sua capacidade propositiva e seu poder de agenda quando conseguiu firmar-se dentro da estrutura do partido. Isso ocorre quando a mulher consegue se reeleger a partir da terceira vez. Esse é um dos dados que pode ser observado a partir dos dados coletados para essa pesquisa. Ou seja, dentre as deputadas pesquisadas pode se notar como comportamento

comum a todos os partidos, que as mulheres somente conseguiram propor PEC's e PL's que fugiam a lógica de soft politics quando estavam legislando pela terceira ou quarta vez.

3.3 Análise comparativa da capacidade propositiva feminina

Foram analisadas aproximadamente 4.000 PEC's e 2.000 PL's referentes as mulheres e cerca de 35.000 PEC's e 12.000 PL's propostas pelos homens. A análise de conteúdo dessa produção foi feita a partir da descrição da produção legislativa de cada uma das 89 mulheres e dos 755 homens estudados, os dados referentes aos projetos propostos estão disponíveis no perfil de cada um desses deputados federais no portal da Câmara dos Deputados. A análise contemplou as eleições e reeleições para que pudesse compreender toda a produção de cada um dos candidatos, em cada uma das legislaturas.

A análise foi feita com base na metodologia de Feitosa e Miguel (2009) que está descrita ao início deste capítulo.

O número de PEC's arquivadas é superior ao número das que estão em tramitação, tanto nas que foram proposta por homens quanto às propostas por mulheres.

A partir dos dados coletados e demonstrados podemos perceber que as mulheres não atuam exclusivamente em favor de temáticas *softs* como proposto por Feitosa e Miguel (2009)²⁷. Existe uma relação entre a natureza das temáticas e a capacidade de reeleição das candidatas que pode ser diretamente proporcional?

Quanto à participação em Comissões Permanentes notamos uma relação maior entre a programática dos partidos e o desempenho nas categorias. Pois, por exemplo, o Partido dos Trabalhadores é um dos partidos que mais se envolve com causas sociais e que na maioria das vezes esteve à frente da Comissão dos Direitos Humanos.

Portanto a hipótese desse capítulo é a de que o comportamento legislativo de homens e mulheres esteja mais ligado às expectativas do partido do que a políticas de gênero.

²⁷ *Hard Politics*- Abrangem políticas que estejam relacionadas a relações exteriores; segurança nacional; reforma política ou de legislação eleitoral; administração pública; reforma do Estado; política econômica e tributária; política industrial; política agrícola; reforma agrária e/ou fundiárias; economia geral; questões de infraestrutura como transporte e telecomunicações.

Middle Politics- Emprego, trabalho e formação profissional; ciência e tecnologia; funcionalismo público; comunicação social; propriedade intelectual, pirataria, biopirataria; previdência social.

Soft Politics- Violência e segurança pública; saúde pública e saneamento; habitação; direitos humanos; questões sociais tais como pobreza, desigualdade e fome; meio ambiente; educação; cultura e esporte; direitos do consumidor; família, direitos reprodutivos, infância e adolescência; questões religiosas.

A partir da análise do conteúdo das PEC's e PL's percebemos que as políticas *Softs* por muitas vezes estavam ligadas a propostas mais regionalistas para uma região específica ou a um grupo específico de pessoas.

Uma segunda hipótese refere-se ao fato de que quanto mais a mulher consegue se reeleger para a Câmara dos Deputados mais, ela consegue participar do núcleo que consegue propor políticas *Hards* e tramita-las.

O fato de PT e PSDB terem o controle da agenda quando estiveram no poder Executivo pode ter contribuído para aumentar a capacidade propositiva e facilitado à discussão de alguns temas na agenda do legislativo?

Algumas observações precisam ser reiteradas a cerca deste estudo. Entre elas o fato de ter desconsiderado o número de PEC's e PL's que propunham a troca do nome de ruas e pontes pode ter diminuído o percentual de PEC's e PL's que apresentavam um teor *Soft*, pois esse tipo de proposição realmente pode ser constatado como uma ação feminina. O segundo ponto diz respeito ao fato de que as proposições contabilizadas são propostas pelo deputado ou por uma comissão de deputados da qual ele ou ela faz parte, ou seja, são proposições de autoria ou coautoria.

Tabela 1: Número de PEC's de autoria ou coautoria das mulheres segundo seus partidos políticos, entre 1994 e 2010

PEC	PT		PSDB		PMDB		DEM-PFL	
	Arquivada	Em tramitação	Arquivada	Em tramitação	Arquivada	Em tramitação	Arquivada	Em tramitação
Hard	676	364	493	273	230	119	300	132
Middle	79	70	40	33	21	28	35	26
Soft	259	192	146	97	89	62	108	61
TOTAL	1014	626	679	403	340	209	443	219

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados disponíveis em: <http://www2.camara.leg.br/> em Out. 2014

A tabela 1 trata dos números absolutos de Projetos de Emenda Constitucional, que foram propostos ou são de coautoria das mulheres analisadas por essa pesquisa, segundo a análise de conteúdo realizada para separá-las por temática.

A primeira observação a ser feita é que, embora em menor número, as mulheres de todos os partidos analisados apresentam importante participação no total de proposições.

Segunda, quando consideramos os números totais verificamos que as deputadas do PT são as mais propositivas. Em seguida vem às deputadas peessedebistas, mais atrás estão as representantes do PFL e por fim aparecem as peemedebistas.

Todavia, embora esses partidos pertençam a espaços diferentes do espectro político ideológico, podemos notar que, de forma geral suas deputadas apresentam padrões semelhantes sobre o conteúdo de suas proposições.

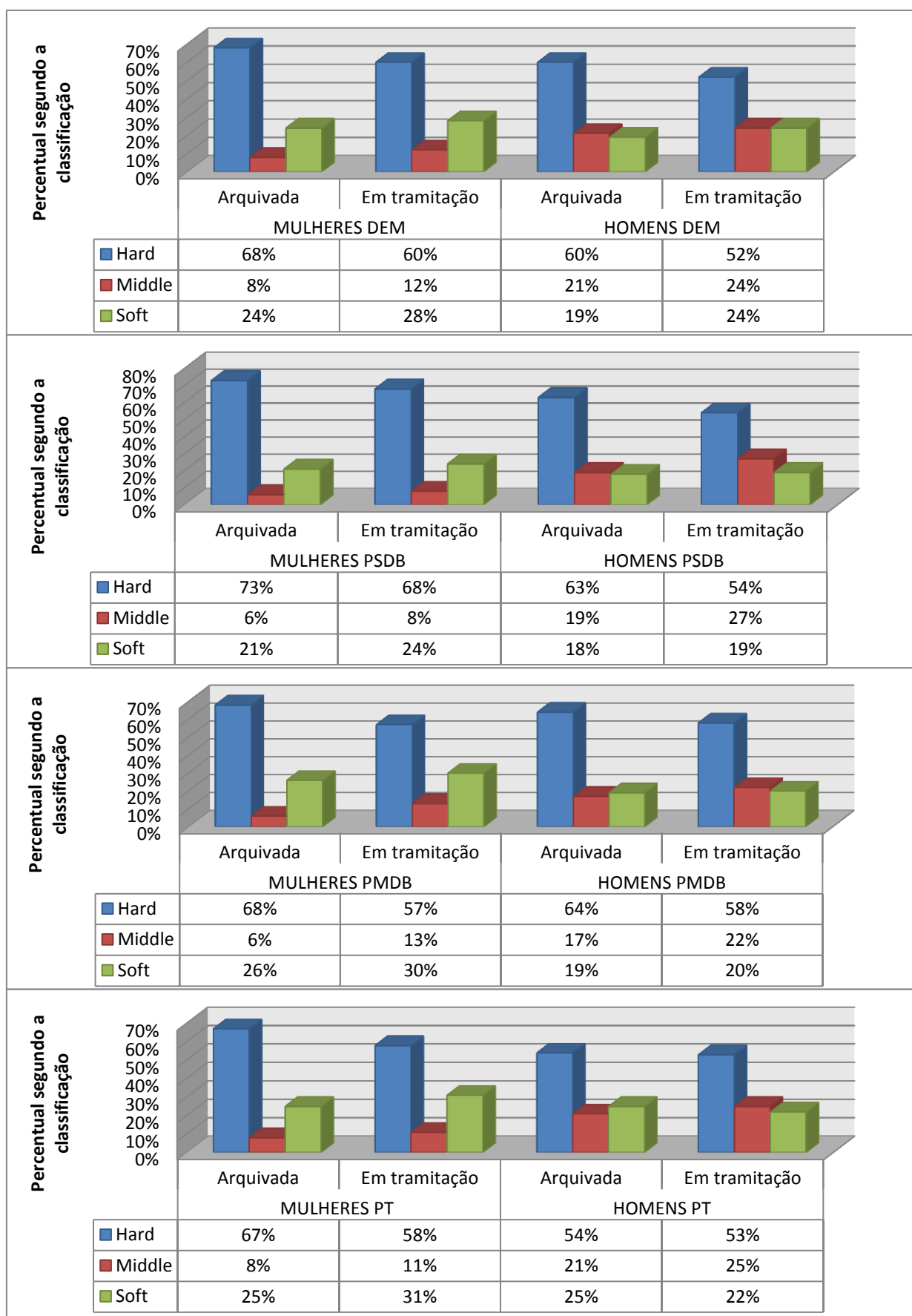
O número de PEC's arquivadas de autoria ou coautoria das mulheres correspondem a quase 70% da produção legislativa feminina, ou seja, muito maior do que é produzido ou é entendido como inconstitucional ou apresenta problemas que levam o projeto a ser arquivado.

Se analisarmos a quantidade de propostas que estão em tramitação temos que os maiores resultados estão enquadrados segundo a categoria Hard, e os índices de posição de PEC's são do PT e do PSDB, esse pode ser um indicativo de que a ação do legislativo pode ter sido facilitada pela agenda do Executivo enquanto esses partidos se alternaram no poder entre 1994 e 1998 com Fernando Henrique (PSDB) e entre 2002 e 2010 com Lula (PT).

O Gráfico 7 por sua vez relaciona o desempenho propositivo com base nas categorias definidas na metodologia e com os partidos desse estudo: PT, PMDB, PSDB e DEM/PFL entre os anos de 1994 e 2010.

A fim de tornar passível de comparação com os resultados masculinos e femininos considerando que o número de homens é superior ao de mulheres os valores absolutos da Tabela 1 foram transformados em percentuais no Gráfico 7.

Gráfico 7: Percentual comparado entre homens e mulheres e o teor de suas PEC's por partido de 1994 a 2010



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados disponíveis em: <http://www2.camara.leg.br/> em Dez. 2014

Os gráficos estão dispostos da seguinte forma o primeiro demonstra o desempenho do DEM, o segundo do PSDB, o terceiro do PMDB e o quarto e último do PT. A coluna da direita refere-se aos homens e a da esquerda as mulheres.

Uma informação importante desses dados é que as deputadas do DEM apresentam percentuais maiores que os dos homens tanto com relação a leis propostas arquivadas como as em tramitação nos níveis *Hard* e *Soft*. Como dito anteriormente esse comportamento foge do defendido por parte da bibliografia especializada que defende que as mulheres não conseguiriam atuar na política senão para defender interesses femininos.

Os homens do DEM se destacam das mulheres apenas no quesito *Middle*. Quando se mostram mais propositivos, nesse tipo de política pode se notar proposições que apresentavam demandas de estados específicos. De fato as mulheres do partido propuseram percentuais de PEC's que se enquadram a temática *Softs* em percentuais maiores que em relação ao proposto pelos homens.

De forma geral políticas *Softs* da forma como aparecem segundo as proposições podem se enquadrar mais a representar interesses municipais, ou de cidades específicas, enquanto as propostas analisadas como *Middle* conseguem atingir em maioria níveis estaduais e às vezes nacionais, e as propostas *Hards* essencialmente apresentam interesses nacionais, pois, a grande parte das propostas dessa categoria discutem mudanças no sistema político, no executivo e no legislativo.

O desempenho propositivo dos deputados do PSDB segue o modelo do DEM, ou seja, as mulheres propuseram maior percentual de políticas *Hard* e *Soft* e os homens se destacaram com relação às *Middles*. Contudo o número percentual de PEC's arquivadas supera o das que tramitam em todas as categorias independente do gênero do parlamentar. Entre os quatro partidos as mulheres peessedebistas foram as mais propositivas na categoria *Hard*.

Homens e mulheres do PT, PMDB, PSDB e DEM apresentam os maiores índices de proposições arquivadas no nível *Hard* se considerarmos o desempenho segundo o gênero esse é um aspecto comum. Da mesma forma os maiores percentuais de proposições em tramitação são de homens e mulheres na categoria *Hard*. A maior diferença entre os gêneros consiste na categoria *Middle* onde as mulheres apresentam um percentual maior de propostas em tramitação do que arquivadas. Os homens por sua vez também apresentam mais projetos em

tramitação do que arquivados nessa categoria, continuo o percentual feminino na categoria *Middle* é praticamente o dobro ou mais em relação aos casos femininos.

Na categoria *Soft* os índices femininos com maiores percentuais são referentes às PEC's em tramitação. No caso masculino apenas no PT os índices de propostas arquivadas na categoria *Soft* são maiores do que as em tramitação.

O único percentual que coincide entre homens e mulheres é o de propostas *Softs*, Elaboradas pelos deputados e deputadas do PT, que foram arquivadas. Esse comportamento pode ser explicado pela forte relação que o PT mantém com as questões sociais e os direitos humanos, já que nessa categoria se enquadram esses tipos de temática.

Os resultados encontrados em relação ao desempenho propositivo das PEC's pode indicar percentuais altos de desempenho nas categorias *Hard*, pois, segundo os aspectos da categoria usada para a análise dos dados texto que propõem Emendas Constitucionais elas tratam mais de reformas e questões políticas. Isso pode ter influenciado sob os resultados de desempenho encontrados.

Os Projetos de Lei Ordinários por sua vez seguem a lógica oposta a encontrada com relação às Propostas de Emenda Constitucional. Pois, enquanto os PEC's costumam apresentar abrangência nacional muitos dos PL's que são propostos possuem características regionais, ou seja, contemplam uma região ou um município. Os PL's tratam de temas que criam políticas públicas que não necessariamente são amplas na maioria das vezes elas atendem a uma minoria específica como, por exemplo, a contratação de interpretes de libras para as escolas, ou ainda um projeto de lei que cria o estatuto do índio. Esses entre muitos outros são exemplos de propostas que se enquadram na categoria *Soft*.

Em decorrência de projetos como esse temos que as propostas de PL's enquadram-se em maior número na categoria *Soft*. A tabela 2 trata dos números referentes a essa produção em números absolutos.

Tabela 2: Número de PL's de autoria ou coautoria das mulheres segundo seus partidos políticos, entre 1994 e 2010

PL	PT		PSDB		PMDB		DEM-PFL	
	Arquivada	Em tramitação	Arquivada	Em tramitação	Arquivada	Em tramitação	Arquivada	Em tramitação
Hard	72	39	49	26	65	43	10	7
Middle	39	28	24	20	25	28	12	7
Soft	317	210	164	108	251	214	129	58
TOTAL	428	277	237	154	341	285	151	72

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados disponíveis em: <http://www2.camara.leg.br/> em Out. 2014

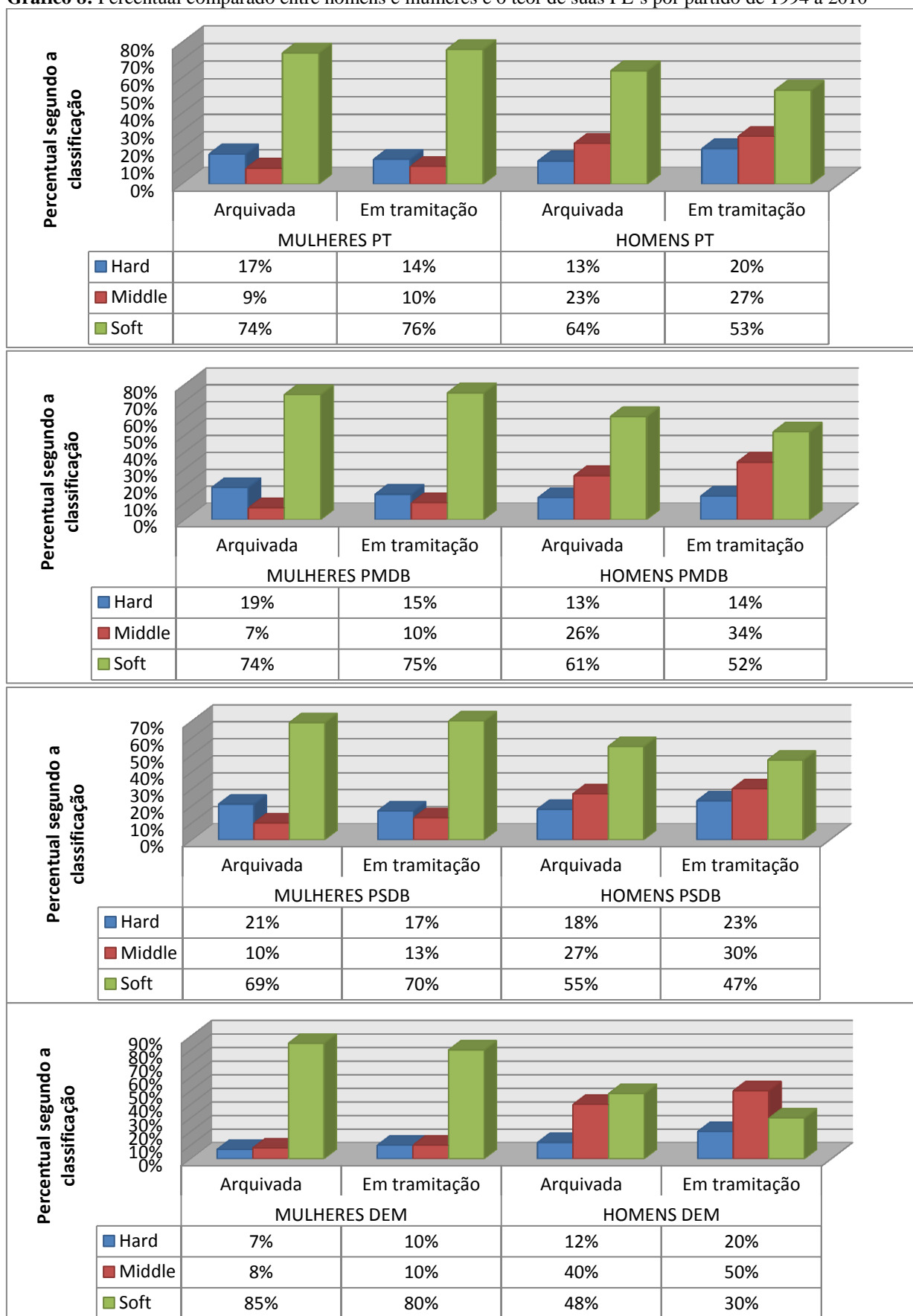
A tabela 2 apresenta em cada uma de suas colunas um estudo referente a cada uma das categorias nas quais se enquadram os PL's analisados em relação aos quatro partidos deste estudo. Observamos que em relação a esse tipo de proposição as mulheres apresentam altos índices de Projetos de Lei ordinários ligados a temas *Soft*.

PT, PMDB, PSDB E DEM/PFL juntos produziram segundo os dados encontrados 60% de PL's que foram arquivados e 40% dos que tramitaram entre 1994 e 2010. Todos os partidos apresentaram como maior categoria de produção de PL's as que se enquadraram na categoria *Soft*. Contudo o pior desempenho ficou por conta das mulheres do DEM que de maneira geral tiveram o pior desempenho na categoria *Hard*. PT destacou-se na categoria *Soft* tendo o melhor desempenho entre os quatro partidos tanto com relação à PL's arquivados com em tramitação. O pior desempenho de PT PSDB e PMDB foi na categoria *Middle*. O melhor desempenho, ou seja, as mulheres que mais apresentaram proposições que chegam à tramitação são as peemedebistas.

Há um grande número de PL's que aparecem mais de uma vez como propostas, pois, muitas vezes o projeto apresenta erros e ao ser arquivado o deputado ou deputada que o propôs retoma o projeto realiza alterações e o lança novamente. Nesses casos contabilizei esses projetos apenas uma vez.

O gráfico 8 abaixo por sua vez pondera em percentuais os resultados entre os deputados federais e as deputadas, a fim de compará-los. Os percentuais foram calculados seguindo a mesma lógica da proporção utilizada nos cálculos das PEC's.

Gráfico 8: Percentual comparado entre homens e mulheres e o teor de suas PL's por partido de 1994 a 2010



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados disponíveis em: <http://www2.camara.leg.br/> em Dez. 2014

Os gráficos apresentam na ordem: PT, PMDB, PSDB e DEM os valores comparados percentualmente estão organizados em duas colunas a da direita com os valores dos homens e os da esquerda com valores das mulheres.

O comportamento comum a todos os partidos e ao gênero está relacionado à baixa produção de projetos de lei associados a temáticas *Hard*.

Há certa diferença entre a produção masculina e a feminina, pois, os índices de proposições delas são ligeiramente mais altos para a categoria *Soft*, e praticamente todas as de nível *Middle* apresentam percentuais iguais ou inferiores a 10%, e no nível *Hard* no PT, PSDB e no PMDB conseguem percentuais que variam entre 14 e 21%, o pior resultado fica com o DEM nessa categoria.

O pior desempenho masculino na categoria *Hard* foi do PMDB e o melhor do PSDB. Na categoria *Soft* o melhor desempenho masculino foi o do PT, e na *Middle* o melhor desempenho coube ao PSDB.

O desempenho propositivo de homens e mulheres foi explorado até esse ponto considerando o desempenho segundo o gênero, a temática e os partidos. Tanto a análise das PL's quanto das PEC's foi baseada sobre os mesmos parâmetros e mesmas categorias como já foi explicado no começo do capítulo e em nota.

O grande diferencial entre ambos os tipos de proposições ficou pelo grande destaque de PEC's encontradas na temática *Hard*. E em oposição a isso as propostas PL's se destacaram na categoria *Soft*. Com relação ao desempenho *Middle* os homens em geral se destacaram com relação às PL's e as PEC's.

Como visto na discussão teórica do capítulo as Comissões são mecanismos prévios onde serão discutidas temáticas que darão origem aos PL's, PEC's e demais tipos de propostas que partem do Senado ou da Câmara dos Deputados, portanto essa segunda parte analisará o desempenho das mulheres em relação ao dos homens nessas comissões. Para tentar entender a possibilidade das mulheres de participarem desses debates e das considerações que são feitas.

A tabela 3 analisa a participação das mulheres em Comissões Permanentes sendo que as temáticas destas foram enquadradas dentro das categorias: *Hard*, *Middle* e *Soft*. Cada coluna remete especificamente a um partido: PT, PMDB, PSDB e DEM/PFL.

Em números reais a participação das mulheres em comissões Permanentes como suplente destaca se frente às participações como titulares. Sobre a dinâmica das temáticas o destaque é o fato de que os maiores números de participação são em temáticas *Soft*.

Tabela 3: Ocupação das mulheres em comissões permanentes em relação às temáticas

Comissões Permanentes	PT		PSDB		PMDB		DEM-PFL	
	Suplente	Titular	Suplente	Titular	Suplente	Titular	Suplente	Titular
Hard	71	38	31	38	54	59	29	19
Middle	52	53	23	27	52	36	19	23
Soft	71	62	43	26	58	52	40	27
TOTAL	194	153	97	91	164	147	88	69

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados disponíveis em: <http://www2.camara.leg.br/> em Out. 2014

A Tabela 3 apresenta a participação das mulheres dividida segundo cargos de suplência e de titular. Considerando que as Comissões Permanentes são renovadas a cada ano ou sessão legislativa essa análise baseou-se no desempenho de cada uma das mulheres eleitas ou reeleitas no intervalo entre 1994 e 2010.

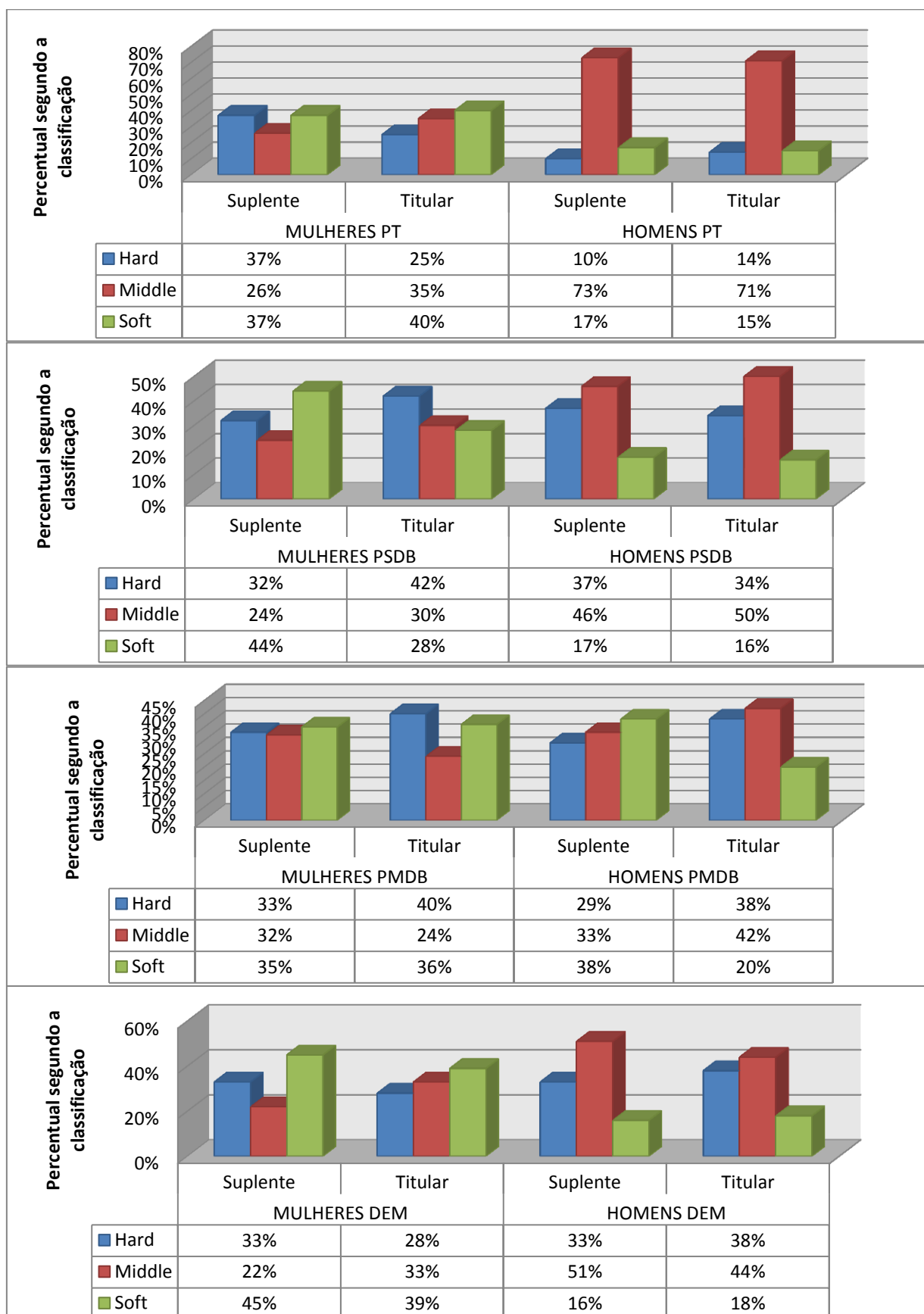
Temos que o DEM/ PFL é o partido que menos apresenta números absolutos de participação nos indicadores gerais e nas categorias *Hard* e *Middle*, apenas no quesito *Soft* Titular o número de participação do PSDB é menor do que o do DEM.

O PMDB é o segundo partido a apresentar maiores números de participação ele iguala-se ao PT apenas na categoria *Middle* Suplente. O destaque do partido é a categoria *Hard* titular, onde o partido apresenta o melhor resultado da categoria.

O PSDB surpreendentemente apresenta índices de participação baixos em relação a PT e PMDB. Seu pior desempenho está na categoria *Middle* suplente e o melhor na categoria *Soft* suplente. Esse resultado serve para colocar em dúvida a hipótese de que quando um partido consegue chegar ao governo Federal ele influi sob os resultados de participação do mesmo no legislativo, pois, se o PSDB esteve à frente do governo Federal entre 1994 e 1998 esperava-se que fossem melhores resultados referentes a números de participação.

O desempenho do PT por sua vez apresenta os maiores e melhores resultados de participação feminina em Comissões Permanentes esses resultados principalmente na categoria *Soft* reafirma a tendência petista a participação em comissões que tratam de direitos humanos e de questões sociais. Essa característica do partido é perceptível em todos os momentos da análise categórica das proposições e da participação.

Gráfico 9: Percentual comparado entre deputados e partidos em Comissões Permanentes



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados disponíveis em: <http://www2.camara.leg.br/> em Dez. 2014

O gráfico 9 segue a mesma lógica dos modelos anteriores subdivide o desempenho percentual em quatro gráficos e tabelas a fim de tornar mais fácil a observação dos dados referente a participação de deputadas e deputados federais em Comissões Permanentes.

Nota se que mais uma vez os maiores índices de participação dos homens estão ligados à categoria *Middle*. Assim como a capacidade propositiva já havia indicado. O melhor desempenho feminino como titular é do PSDB, na categoria *Hard* e o pior percentual também é do partido, mas, na categoria *Middle*.

No caso masculino PMDB e DEM apresentam os melhores desempenhos como titulares no nível *Hard*, o PT apresenta os piores níveis como titular de comissões no nível *Soft*, mas o mesmo se destaca atuando no nível *Middle* e apresentando o melhor desempenho geral masculino como titular.

Por ser integrada por deputados segundo a composição partidária proporcional a comissão Permanente é responsável por integrar a estrutura da casa e dura o tempo suficiente para apreciar um projeto ou investigação, sendo que existem 22 comissões em caráter Permanente. A indicação para presidente, três vice- presidentes e fruto da indicação dos partidos. Nesse espaço existe a possibilidade de discutir, deliberar e votar sobre diversas questões.

As Comissões Temporárias, ou seja, as de caráter Especial, Externa ou de Inquérito, são criadas para dar pareceres sobre propostas de Emenda Constitucional, reformas, crimes, entre outros. Estas podem ser instituídas pelo presidente da Câmara ou por requerimento de qualquer deputado, se necessário o plenário deve aprovar sua criação.

Assim podemos entender que a participação feminina dentro dessas comissões independente do tipo é extremamente importante para que a mulher participe dos debates e participe diretamente das pautas, projetos e tudo o que for discutido dentro das comissões. Portanto os partidos devem nessa instância apoiar a participação dessas mulheres eleitas no debate.

A participação em Comissões Especiais e Externas está expressa na tabela 4 e depois comparada no gráfico 10. A tabela trata exclusivamente do desempenho de mulheres e o gráfico compara mulheres e homens, toda a análise é subdividida de acordo com os resultados partidários.

Em números totais a participação em comissões especiais e externas é maior do que em comissões permanentes. Mas o comportamento em números reais seguem os mesmos

padrões a participação é maior em temática *Softs* e tem os menores resultados em relação às participações na categoria *Middle*.

O destaque de desempenho é das deputadas do PT e do PMDB. O PT possui no total o maior número de participações como suplente e titular. Porém os índices de participação do PMDB são próximos dos resultados das mulheres petistas.

Tabela 4: Participação das mulheres em comissões especiais e externas em relação às temáticas

Comissões Especiais e Externas	PT		PSDB		PMDB		DEM-PFL	
	Suplente	Titular	Suplente	Titular	Suplente	Titular	Suplente	Titular
Hard	45	37	19	35	40	37	15	13
Middle	18	17	4	9	13	25	8	16
Soft	118	182	84	140	96	162	48	122
TOTAL	181	236	107	184	149	224	71	151

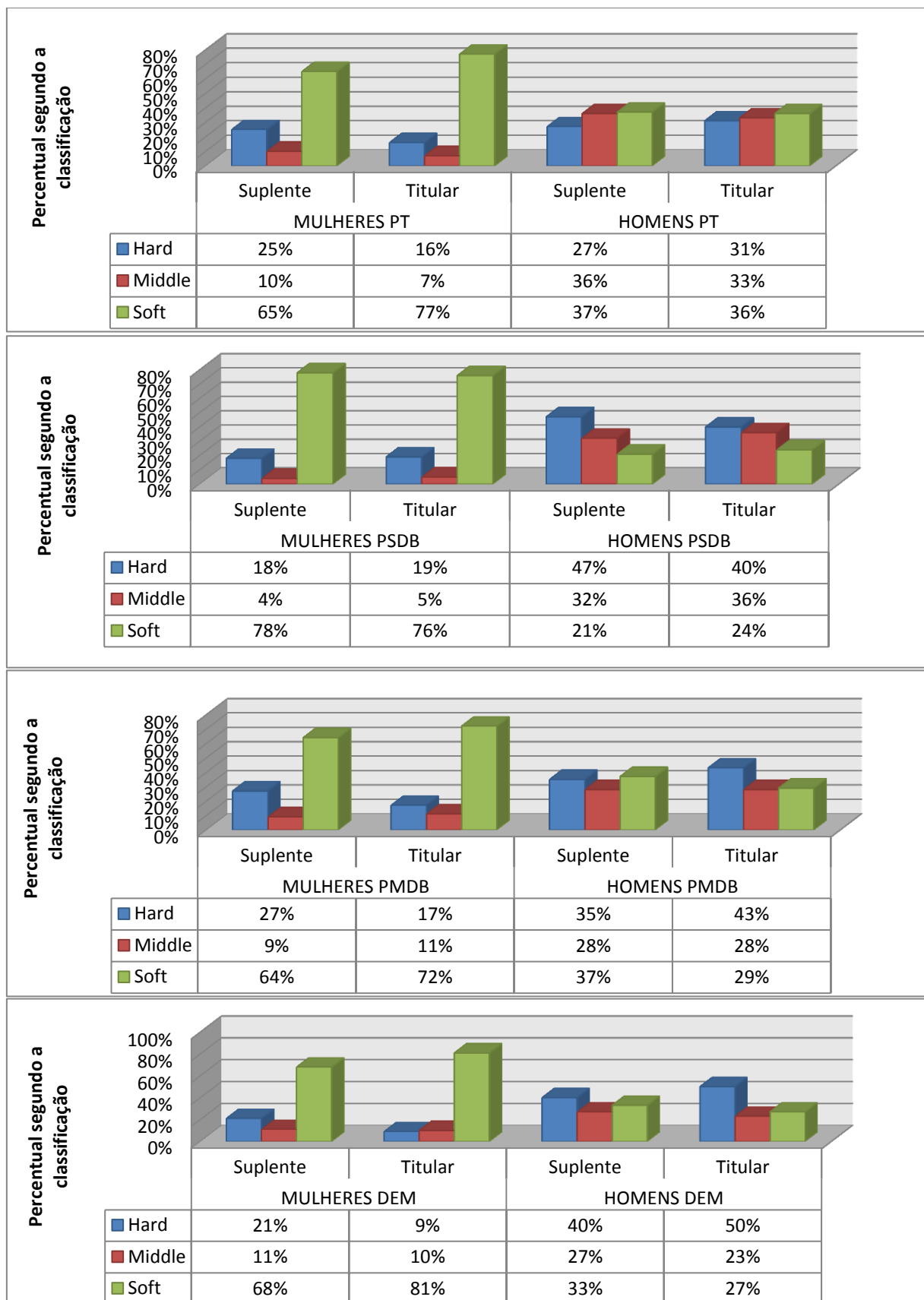
Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados disponíveis em: <http://www2.camara.leg.br/> em Out. 2014

A tabela 4 mostra que com relação à participação feminina em Comissões Especiais e Externas ao oposto do encontrado nas Comissões Permanentes indica que há maior presença de mulheres em cargos titulares do que em cargos de suplência. Talvez uma hipótese explicativa para tal decorra do fato de que em Comissões Permanentes as indicações para ocupar cargos dependem da indicação da maioria do total de deputados federais do partido.

O pior desempenho fica por conta da participação do PSDB na categoria *Middle* suplente. E o melhor é o do PT na categoria *Soft* titular. O desempenho do DEM aparentemente é mais significativo em Comissões Especiais e Externas do que propriamente em Comissões Permanentes.

O PMDB assim como no em relação a seu desempenho em Comissões Permanentes aparece com os segundos melhores resultados de participação em todas as categorias e cargos de suplência e titular relacionados a Comissões Especiais e Externas em relação aos quatro partidos.

Gráfico 10: Percentual comparado entre deputados, partidos e a participação em Comissões Externas e Especiais



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados disponíveis em: <http://www2.camara.leg.br/> em Dez. 2014

Com base no gráfico podemos analisar comparativamente os resultados entre as mulheres e os homens em cada um dos partidos. O desempenho das mulheres como dito a partir da análise da tabela é superior ao de homens, com relação à participação em comissões especiais e externas de teor *Soft*. Ou seja, esse resultado se enquadra na teoria de que mulheres tendem a se envolver mais com as temáticas de discussão da categoria *Soft*.

O pior resultado de participação feminina é de mulheres suplentes no nível *Middle*. O melhor resultado é de mulheres titulares que participam das comissões de categoria *Soft* pelo DEM. Se comparada à participação em comissões permanentes o DEM apresenta índices mais altos de participação na categoria *Soft* em comissões especiais e externas.

Os percentuais masculinos parecem estar mais equilibrados, apesar das especificidades de cada partido. O maior índice de homens envolvidos com comissões especiais e externas é de titulares do DEM para a categoria *Hard*. E o pior índice também pertence ao partido, mas na categoria titular de nível *Middle*.

Por fim o último ponto dessa análise contabilizou a participação das mulheres em Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI). Essas Comissões investigam fatos relevantes para a vida pública e para a ordem constitucional, econômica, legal e social do país. Seu poder investigativo é equivalente ao do poder judiciário. A fim de perceber se as mulheres conseguem participar dessas discussões.

Dessa forma podemos observar que assim como ocorreu com a participação em Comissões Permanente e nas Comissões Especiais e Externas a participação de mulheres em números reais é maior entre as petistas e as peemedebistas. Sobre o teor das participações percebemos que novamente o maior número de participações femininas se encontra na categoria *Soft*.

As mulheres não conseguem permear essas Comissões da mesma maneira com as demais, nenhuma delas facilita a participação feminina, mas percebemos de modo geral que o processo de participação dentro das estruturas do poder é ainda mais difícil do que na arena eleitoral.

O pior desempenho fica por conta da participação das mulheres do DEM tanto no geral como nas categorias *Hard*, *Middle* e *Soft*, ou seja, As mulheres do partido são as que menos ocuparam cargos em CPI's. As mulheres peemedebistas ocuparam em maior número as categorias *Hard*, *Soft*, e no total, Em hipótese pode haver relação entre esses dados e o tamanho da banca peemedebista.

PT e PSDB empatam nas categorias *Hard*, e o PSDB se sai melhor na categoria *Middle* em relação aos resultados petistas, o contrário acontece na categoria *Soft* quando PT destaca-se frente ao PSDB.

Tabela 5: Participação das mulheres em CPI's, de 1994 a 2010.

CPI	PT	PMDB	PSDB	DEM-PFL
Hard	5	6	5	1
Middle	3	4	8	3
Soft	26	45	17	13
Total	34	55	30	17

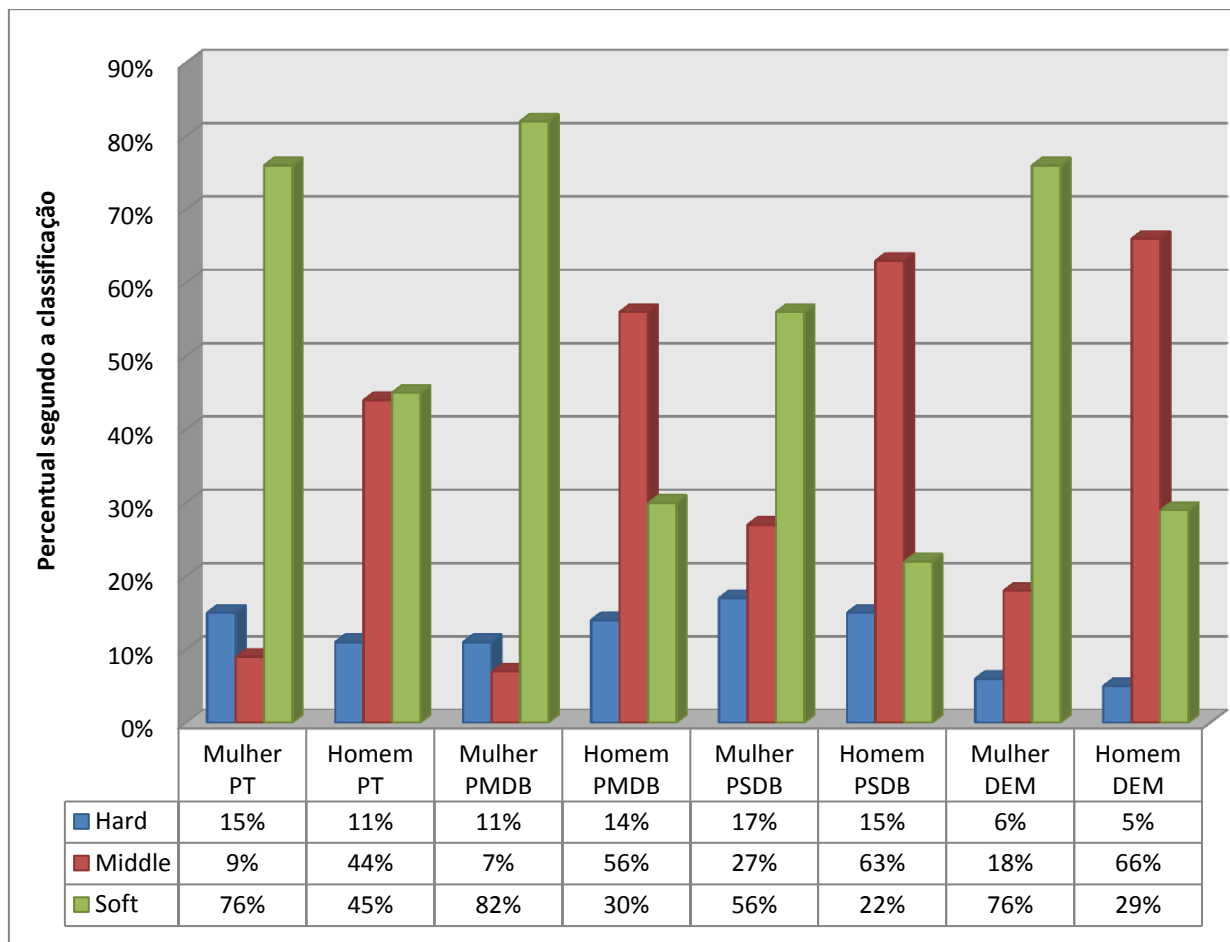
Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados disponíveis em: <http://www2.camara.leg.br/> em Out. 2014

As categorias analisadas seguem os mesmos padrões para unificar os resultados das análises, ou seja, as de temática *Hard* analisam questões de ordem, constituição, reforma, entre outras. As de nível *Middle* questões vinculadas a CPI's relacionadas a fontes de energia, medicamentos, petróleo, tráfico de órgãos, entre outras e as de nível *Soft*, violência contra mulher, ou algum grupo social específico como índios, sistema carcerário, entre outros.

O gráfico 11 abaixo condensa todos os dados de participação de homens e mulheres que atuaram em Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI's) entre 1994 e 2010. As colunas estão separadas de acordo com os gêneros e partidos. A primeira coluna corresponde às mulheres do PT, a segunda aos homens, a terceira as mulheres do PMDB, a quarta aos homens do PMDB, a quinta as mulheres PSDB, a sexta aos homens PSDB, a sétima as mulheres do DEM e por fim a oitava aos homens do DEM.

As categorias de análise estão divididas segundo as temáticas e as cores de cada uma das barras: Azul - *Hard*; Vermelho - *Middle* e Verde - *Soft*.

Gráfico 11: Percentual comparado entre deputados e deputadas, partidos e a participação em CPI's



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados disponíveis em: <http://www2.camara.leg.br/> em Dez. 2014

Os resultados da categoria *Hard*, são maiores em relação às mulheres do PT, PSDB e DEM em comparação aos percentuais masculinos. Nesse quesito os índices masculinos só superam os femininos no caso do PMDB.

Na categoria *Middle* os homens apresentam valores percentuais maiores que os femininos em relação a todos os partidos, com destaque para o desempenho do DEM e pior resultado do PT.

Como visto anteriormente podemos perceber que a participação alcança seus maiores índices em categorias *Softs*. O maior destaque feminino é o percentual de mulheres do PMDB que atuaram de acordo com as temáticas da categoria *Softs*. Os resultados masculinos na categoria *Soft* são de cerca de cinquenta por cento menores que os percentuais femininos.

3.4 Conclusões

O Capítulo III buscou apresentar uma discussão inicial a cerca da importância da participação feminina em propor PEC's, PL's e em participar de Comissões independente delas serem Permanentes, Especiais, Externas ou de Inquérito.

Buscou-se a partir da análise categórica baseada na metodologia de Feitosa e Miguel e Miguel (2009), estabelecer categorias comuns para analisar o conteúdo das propostas e das temáticas das Comissões. O uso comum da mesma categoria teve como objetivo testar se assim como na análise de discurso encontraríamos na análise de conteúdo os mesmos resultados e proposições testada por outros pesquisadores da representação feminina. A literatura de forma geral apresenta a tese de que as mulheres por serem mulheres tendem a limitar sua participação a discussões e proposições *Softs*.

Existe uma relação entre a natureza das temáticas e a capacidade de reeleição das candidatas que pode ser diretamente proporcional, pois, quanto mais às mulheres se reelegem mais elas conseguem chegar a propor projetos a nível *middle* e *hard*.

Quando se quando se tratam dos Projetos de Emendas Constitucionais (PEC's) as deputadas federais fogem a lógica e apresentam índices maiores na categoria *Hard*. Um argumento que pode explicar esse fato é que o desempenho propositivo das mulheres nesse aspecto corresponde a interesses maiores determinados por seus partidos. Inclusive na distribuição de oportunidades.

O maior obstáculo que notamos é a dificuldade das mulheres em apresentar mais proposições e em participarem de comissões defendendo temáticas da categoria *Middle*, como a participação em Comissões sofre influência assim como as demais das decisões do partido, podemos entender que nessa categoria os partidos atribuam a maioria das vagas a homens.

Durante análise de cada um dos casos tornou se perceptível que quando as candidatas conseguem se reeleger por mais vezes suas proposições e suas participações apresentam temáticas mais vinculadas a categorias *Hard* e *Middle*, é o capital político e a carreira política que influem nas relações entre as candidatas, seus partidos. O espaço e a visibilidade que conquistam na organização partidária esta diretamente relacionado à suas capacidades de ocupar espaços relevantes e propor novas demandas, esse fato acompanha a lógica maximizadora dos partidos. Quanto mais forte for a relação entre a mulher e seu partido mais ela consegue ser indicada por parte dos demais parlamentares para ocupar cargos, esse comportamento contribui para que as mulheres ocupem as categorias *Middle* e *Hard*.

Na categoria *Soft* observamos que eles não tratam exclusivamente de políticas femininas, na maioria dos casos atendem a políticas e demandas sociais. O teor das políticas *Softs* defendem interesses que não apenas representam só as mulheres, inclusive entre as PEC`s e PL`s uma minoria trata de temáticas exclusivamente femininas.

Dentre as PEC`s que apareceram nessa análise encontramos a PEC 590/2006, proposta defendida pela deputada federal Luiza Erundina, hoje deputada pelo PSB, mas que já atuou pelo PT. Temos que essa proposta “garante a representação proporcional de cada sexo na composição das Mesas Diretorias da Câmara dos Deputados, do Senado e de cada Comissão, assegurando, ao menos, uma vaga para cada sexo” (Definição disponível no site da Câmara dos Deputados : <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=339287>). Essa seria uma das propostas enquadradas na categoria *Hard* que levam para a pauta uma problemática da representação política feminina. Portanto falar da questão feminina não é necessariamente para adequar uma proposta ou uma participação em um a categoria.

Capítulo 4. Considerações Finais

A discussão bibliográfica e teórica dessa dissertação estruturou-se de forma a responder as necessidades de cada um dos três Capítulos: o Capítulo I discutiu a representação e a participação feminina pensando a problemática do desempenho eleitoral das mulheres que se elegem, e pontuando sobre a teoria das elites e o capital político que contribui com a elegibilidade de grande parte das mulheres estudadas.

O Capítulo II investigou o desempenho eleitoral propriamente, a capacidade de eleição e reeleição entre as mulheres do PT, PSDB, PMDB e DEM/PFL, de 1994 a 2010. O estudo buscou encontrar convergências e divergências entre as mulheres e homens que se elegeram em cada um desses partidos. A discussão teórica do capítulo fundamentou-se sob a discussão do sistema político e partidário brasileiro, tratando inclusive da ideologia dos partidos estudados. A discussão ficou restrita à arena eleitoral e à avaliação dos resultados quantitativamente e qualitativamente.

Os dados investigaram a possibilidade de traçar um “perfil” considerando não apenas média de idade, estado civil, escolaridade como também a permanência das mulheres em suas legendas partidárias ao longo de suas trajetórias. A análise buscou contemplar a relação direta entre a mulher e o partido que a elegeu.

Como resultados notou-se que os perfis políticos estão vinculados à militância quando se trata do Partido dos Trabalhadores muito mais do que nos outros três partidos, de forma que se pode apontar como possível justificativa a questão da ideologia como um indicativo da origem do candidato. Ainda sim o grande destaque do capítulo centrou-se sob a questão de que em todos os partidos as candidatas eleitas possuem em maior ou menor grau vínculos familiares na política.

Assim percebe-se que a carreira política feminina começa mediante influência familiar ou capital político prévio e se estabelece inicialmente em cargos municipais ou que sejam possíveis extensões do legado familiar, por exemplo, elegem-se deputadas estaduais ou federais, pois, suas famílias influem na região em que se candidatam.

O perfil encontrado abre precedente para que se perceba que o empoderamento da mulher na sociedade pode ser uma das formas de aumentar sua participação política, pois, muitas das mulheres que se elegem apresentam como profissão a carreira de professora. Ou seja, a permeabilidade social da mulher precisa acontecer na política e em muitos outros

setores que apresentam carreiras profissionais de maioria masculina, como por exemplo, a engenharia.

A grande barreira política da mulher ainda é conquistar visibilidade e mostrar-se responsiva a seus eleitores, pois, suas candidaturas muitas vezes estão atreladas ao desempenho e a tradição do nome de suas famílias.

O Capítulo III através de uma metodologia comum adapta de Feitosa e Miguel (2009) como descrito anteriormente examinou o comportamento e a participação de candidatos e candidatas e a natureza de suas propostas. Esse Capítulo assim como os demais considera PT, PMDB, PSDB e DEM/PFL de 1994 a 2010.

Este trabalho de maneira geral buscou apresentar conceitos e teorias que tem discutido a temática feminina. As dificuldades e estratégias para tentar aumentar a presença da mulher no ambiente político. Afinal em um país cuja maioria da população é de mulheres está mais do que na hora de aplicarmos a ideia de que lugar de mulher é sim na política.

As dificuldades que perpassam a inserção e o desempenho das mulheres são muitas, mas, nesse trabalho discutimos o desempenho das deputadas federais eleitas entre 1994 e 2010 pelos quatro partidos políticos que apresentam melhores resultados eleitorais gerais.

Sabemos que a lei de cotas não conseguiu agir de maneira direta na inserção de mais mulheres na política brasileira, entretanto da forma como esse trabalho foi construído podemos perceber que é preciso mais que cotas para aumentar o grau de representação e participação das mulheres brasileiras na política, é preciso aumentar o espaço das mulheres nos partidos políticos. A mulher precisa conquistar espaço na organização interna dos partidos em todos os níveis: municipais, estaduais e federais. Dessa maneira transformações efetivas promoverão a política inclusiva da mulher no ambiente político.

Durante um longo período as mulheres foram invisíveis aos olhos da política, mas atualmente essa situação mudou e as mulheres assumiram um papel importantíssimo nas campanhas eleitorais e no cenário político de um modo geral.

O processo eleitoral apresenta um serie de barreiras à inserção de novas candidatas, é fundamental para garantir a elegibilidade que a candidata apresente ou vínculos fortes com seu partido e consiga capital “delegado”, ou que a mulher apresente capital político, ou social. Padrinhos e famílias políticas são grandes diferenciais que interferem fortemente no desempenho eleitoral. Outro ponto que se torna claro a partir desse é estudo é o fato de que partidos de centro, centro - direita e direita tendem ainda mais a reproduzir a ideia de que a mulher que entra na política possui algum parente ou um histórico político familiar.

Não há exclusivamente um padrão comum a todos os partidos em média as candidatas eleitas possuem mais de 40 anos, muitas apresentam tripla jornada, ou seja, dividem seu tempo entre a política, à família e suas profissões. Elas apresentam estratégias racionais para garantir eleições e reeleições semelhantes às masculinas, com migrações partidárias. A mulher racionaliza sob suas ações para que se mantenha no jogo político. Apesar das dificuldades de acesso, a maioria das mulheres não legisla exclusivamente pela militância de gênero, e isso pode ser consequência dessas escolhas racionais para se manterem no jogo político.

A necessidade de que o candidato domine as “regras do jogo” são fundamentais para a construção de uma carreira política sólida e para que tenham capacidade real de serem eleitas.

Essa dissertação ressalta ainda que a trajetória política das mulheres apresenta mais dificuldades do que a masculina de forma geral. É preciso empoderar mais as mulheres inclusive na política. O diferencial é que os homens conquistam cargos de maior importância em menos tempo, ou seja, enquanto homens conseguem se eleger para cargos de deputado estadual ou para o senado, as mulheres estão tentando se reeleger ou apresentam cargos políticos tais como: vereadoras ou prefeitas.

Bohn (2008) mostra em sua análise sobre a atuação das mulheres no senado, que apesar da fragilidade que é atribuída a figura da mulher não pode ser determinante para subestimar seu potencial competitivo frente aos homens, mesmo que estas ainda sejam minoria. Para a autora a maior inimiga de uma candidata é o fato da mesma não ser uma política profissional. Percebemos a partir dessas reflexões a necessidade de aumentarmos o número de mulheres que sejam políticas de carreira.

A relação necessária para ela para garantir maior número de candidatas eleitas está relacionada à capacidade da mulher de não ser subjugada pelo histórico de inferioridade que mulheres apresentam frente aos homens, ou ainda por serem vista como opções de “baixa qualidade”. Dessa forma o processo de inserção política deve estar vinculado à difusão da ideia de igualdade de gênero de uma forma geral.

Podemos perceber que de forma geral o desafio das mulheres de se elegerem não se limita simplesmente a conseguir chegar a cargos de poder. A hierarquia que regimenta o campo político infere sob o desempenho feminino em conseguir se eleger e em seu desempenho enquanto proponente e legisladora. Ou seja, mais do que entrar na política e

galgar um mandato cabe à mulher buscar ocupar posições centrais no campo político e dentro de seus partidos.

Até o presente momento jamais uma mulher conseguiu ocupar um cargo em um das mesas diretoras da Câmara dos Deputados, talvez em decorrência da importância atribuída a estes cargos que são os responsáveis pela a gestão de recurso e a fixação das pautas.

A fim de apresentar uma possível solução para este dilema uma PEC, ou seja, Proposta de Emenda Constitucional PEC 590/2006, proposta pela deputada Luiza Erundina, garante a obrigatoriedade da presença de ao menos uma mulher em cada uma das comissões parlamentares nas mesas da Câmara dos Deputados e no Senado Federal. A proposta foi aprovada em comissão, mas não conseguiu ser votada em plenário em 2010, e está aguardando parecer do Senado desde 2013.

Nenhuma mulher até 2009 participou do Colégio de Líderes da Câmara, onde os líderes dos partidos e blocos partidários da maioria ou minoria de governo formulam os acordos e deliberam sobre como serão votadas as propostas no plenário. As mulheres só passaram a ter um espaço quando em 2009 uma regra incluiu ao Colégio de Líderes a bancada feminina da Câmara (MIGUEL; BIROLI, 2011).

Não há constatação de que as parlamentares se legitimem de forma apartidária criando uma força suprapartidária, mesmo com a formalização da “bancada feminina”, a atuação do grupo ocorre pontualmente.

O desempenho propositivo e a participação das mulheres segundo as categorias propostas para a análise nos permitem perceber que de fato a uma forte produção e participação vinculada a temáticas *Softs*. Em contra partida uma produção de Projetos de Emendas Constitucionais que apresentou um comportamento contrário com um índice maior de proposições da categoria *Hard*.

De fato as categorias e a publicação dessas não dão contas de responder todas as perguntas sobre o comportamento das mulheres na Câmara dos Deputados, contudo abre precedente para que possamos identificar alguns pontos relevantes como, por exemplo, o fato de que o PT sempre tem altos números de parlamentares envolvidos com políticas *Softs*, isso é um reflexo do comportamento programático do partido, pois, este sempre procurou um maior envolvimento com questões sociais e de direitos humanos, provavelmente em decorrências de suas bases ideológicas.

Outras considerações podem refletir sobre os altos índices percentuais apresentados pelo PMDB e do reflexo e do poder que eles possuem dentro do sistema político ao conseguirem eleger tantos deputados federais.

As categorias *Hard* e *Middle* podem ainda ser vistas como fruto de articulações de parlamentares que ocupem postos mais altos dentro da organização partidária, assim, por exemplo, o grupo apoia uma proposta como coautoria aumentando as possibilidades dessa proposta de chegarem a “agenda de governo”.

Outro modelo de deputado que pode ser observado é o que propõe leis que interessam apenas um grupo específico a fim de maximizar ganhos que poderão ser usados para conquistar o eleitorado. Existem diversas manobras políticas, há deputados que propõem projetos, retiram a proposição e propõem novamente, para parecerem ativos.

As manobras políticas para inserir e garantir a manutenção das mulheres na política ampliando a participação e a representação de demandas de gênero ainda não apresentam resultados suficientes. Uma saída contundente para o cenário atual seria criar uma reforma no sistema político que atingisse principalmente a estrutura organizacional dos partidos políticos.

A inserção precisa começar de dentro para fora, mais mulheres serão inseridas na política se elas construírem suas carreiras na lógica organizacional dos partidos. Casos contrários apenas estarão criando uma nova elite política só que nesse caso uma elite feminina. A política deve democratizar-se e não elitizar-se.

Referências Bibliográficas:

ALVES, José Eustáquio Diniz. *O salto (alto) das candidaturas feminina em 2010*, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/art_77_o_salto_das_candidaturas_femininas_19jul10.pdf.

Acessado em: Jun. 2012

ALVES, José Eustáquio Diniz; CAVENAGHI, Suzana Marta. *Mulheres sem espaço no Poder*. 2010. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/09_03_17_MulherPolitica_Ipea_Jeda_Smc.pdf.

Acessado em Abr. 2012.

ALVES, José Eustáquio Diniz; ARAÚJO, Clara. *A política de cotas no Brasil, o sistema eleitoral e a sub-representação feminina*. 2009. Disponível em: <http://lasa.international.pitt.edu/members/congresspapers/lasa2009/files/AlvesDinizJose.pdf>.

ALVES, José Eustáquio Diniz; CAVENAGHI, Suzana Marta. *O paradoxo entre a maior inserção social das mulheres e a baixa participação feminina nos espaços de poder: refazendo a política de cotas*. Florianópolis, *Seminário Internacional Fazendo Gênero 8: Corpo, Violência e Poder*. Seminário Temático 29: Relações de poder e de gênero. Agosto de 2008. Disponível em: <http://www.fazendogenero8.ufsc.br/st29.html>.

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. (2006), “*Determinantes da seleção de candidaturas aos cargos parlamentares e regras estatutárias na formação do selecionador brasileiro, nas eleições de 2002*”. Trabalho apresentado no V Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, UFMG, Belo Horizonte.

ARAÚJO, Clara. *As cotas por sexo para a competição legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais*. *Dados*, v. 44, n. 1, p. 155-194, 2001.

ARAÚJO, Clara. *Mulheres e representação política: a experiência das cotas no Brasil*. *Revista Estudos Feministas*, vol. 6, n. 1, pp. 71-90. Rio de Janeiro, 1998.

ARAÚJO, Clara. *Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil*. *Revista Estudos Feministas*, v.9, n.1, p. 231- 252. Rio de Janeiro, 2001.

ARAÚJO, Clara. *Mulheres e Representação Política: a experiência das cotas no Brasil*, 2008.

ARAÚJO, Clara. *Partidos políticos e gêneros: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política*. *Revista Sociologia e Política*, nº24, Curitiba, Jun. 2005.

ARAÚJO, Clara. *Cotas femininas e financiamento de campanha*. In. *Cadernos Adenauer XIV, n.3 Novas Perspectivas de gênero no século XXI*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2013.

ARAÚJO, Clara; BORGES, Doriam. *O “gênero”, os “elegíveis” e os “não- elegíveis”*: uma análise das candidaturas para a Câmara federal em 2010. Publicado em: *Mulheres nas eleições 2010 (org)*. ALVES, José E. D.; PINTO, Céli R. J.; JORDÃO, Fátima. São Paulo ABCP/ Secretária de Políticas para as mulheres, 2012.

AVELAR, Lúcia. *Mulheres na elite política brasileira*. 2. ed. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer/Editora da UNESP, 2001.

AVELAR, Lúcia. *Mulher e Política: o mito da igualdade*. 2002. Disponível em: http://www.itv.org.br/site/publicacoes/igualdade/mito_igualdade.pdf.

AVELAR, Lúcia. *Dos Movimentos aos Partidos a Sociedade Organizada e a política formal*. *Política & Sociedade*, v. 6, p. 22-28, 2007.

AZEVEDO, Débora Bithiah; RABAT, Márcio Nuno. *Palavra de mulher: oito décadas do direito de voto*. Câmara dos Deputados, Edições Câmara, Brasília , 2011.

BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline. *O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010*. Rio de Janeiro CEPIA, ONU Mulheres, Brasília , 2011. Disponível em: <https://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=108224&tp=1>. Acessado em: Mar. 2015.

BOBBIO, Norberto. *I vincoli da democrazia*. In: MANCONI, L. (org). *La política possibile*. Napoli: Pironti. 1983.

BOHN, Simone. *Women and candidate quality in the elections for the Senate: Brazil and the United States in comparative perspective*. *Brazilian Political Science Review*, v. 2, n. 1, p. 74-107, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Minut, 1979.

BRABO, Tânia Suely Antonelly Marcelino. *Gênero e poder local*. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2008.

BRAGA, Maria do Socorro S. *O processo partidário-eleitoral brasileiro: padrões de competição política 1982-2002*. São Paulo, Humanitas/Fapesp.. 2006.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa; VEIGA, Luciana Fernandes; MIRÍADE Angel. *Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006*. Em: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. vol.24 no.70 São Paulo Jun. 2009.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. <[http:// www2.camara.gov.br](http://www2.camara.gov.br)>. Acesso em: 20 fev. 2014

CFEMEA- CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA. Campanha “Mulheres sem medo do poder”. Ano V, nº 41, Brasília, Jun. 1996. Disponível em:

<http://www.cpvsp.org.br/upload/periodicos/pdf/PFEMEDF061996041.pdf> Acessado em: Out. 2014.

FEITOSA, Fernanda. *A participação das mulheres nas eleições 2010: panorama geral de candidatas eleitas*. Publicado em: *Mulheres nas eleições 2010 (org)*. ALVES, José E. D.; PINTO, Céli R. J.; JORDÃO, Fátima. São Paulo ABCP/ Secretária de Políticas para as mulheres, 2012.

GOMES, Fábio de Barros Correia. *Produção legislativa no brasil: visão sistêmica e estratégica no presidencialismo de coalizão*. Câmara dos Deputados, Edições Câmara, Brasília, 2013.

IBGE. *Sinopse do Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse.pdf>. Acessado em: Fev. 2014

KINZO, Maria D'Alva G. Capítulo 1 - *Os partidos no eleitorado: percepções políticas e laços partidários*. In. KINZO, Maria D'Alva G.; BRAGA, Maria do Socorro (Orgs.). *Eleitores e representação partidária no Brasil*. Editora Humanitas. 2007.

KINZO, Maria D'Alva G. Capítulo 5 – *Partidos, deputados estaduais e a dimensão ideológica*. In. KINZO, Maria D'Alva G.; BRAGA, Maria do Socorro (Orgs.). *Eleitores e representação partidária no Brasil*. Editora Humanitas. 2007.

KITTILSON, Caul. *Gender and political parties*. 2006. Disponível em: http://www.idea.int/publications/parties_and_parity/loader.cfm?csmodule=security/getfile&pageid=49626,2006. Acessado em: Out,2014.

LOVENDUSKI, Joni; NORRIS, Pipa. (Orgs.). *Gender and party politics*. London: Sage Publications, 1993.

MAINWARING, Scott. *Politicians, Parties and Electoral Systems: Brazil in Comparative Perspective*. *Comparative Politics*, 1991.

MAINWARING, Scott.; SCULLY, Timothy. *Democratic governance in Latin America*. Stanford, Califórnia.: Stanford University Press, xvii, 1995.

MARTINS, Eneida Valarini. *A política de cotas e a representação feminina na Câmara dos deputados*. Monografia- Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento, da Câmara dos Deputados, Brasília, 2007.

MENEGUELLO, Rachel; MANO Maíra Kubik; GORSKI Caroline, *Alguns condicionantes do déficit representativo de mulheres e negros na política*. In. MENEGUELLO, Rachel; SPECK, Bruno Wilhelm; SACCHET, Teresa, SANTOS, Fernando Henrique dos ; GORSKI,

- Caroline. *Mulheres e negro na política: estudo exploratória sobre o desempenho eleitoral em 4 estados brasileiros*. Unicamp/CESOP, Campinas. 2012.
- MICHELS, Robert. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: UnB, 1982.
- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas*. Revista de Estudos Feministas, v.18, n.3, Florianópolis, Set./ Dez. 2010.
- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Caleidoscópio convexo: mulheres, política e mídia*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- MIGUEL, Luis Felipe. *Capital Político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o congresso brasileiro*. Revista Sociologia e Política. Jun. 2003.
- MIGUEL, Luis Felipe. *Representação política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada da representação política*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, V. 18, nº 51, São Paulo. Fev. 2003.
- MIGUEL, Luis Felipe. *Teoria Política feminista e liberalismo: O caso das cotas de representação*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, V. 15, nº 44, São Paulo. Out. 2000.
- MIGUEL, Luis Felipe. *Política de interesses, política do desvelo: Representação e “singularidade feminina”*. Revista Estudos Feministas, Ano 9, 2º Semestre, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8614.pdf> . Acessado em: Set. 2014.
- MIGUEL, Luis Felipe; FEITOSA, Fernanda. *O gênero do discurso parlamentar: mulheres e homens na tribuna da Câmara dos Deputados*. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, p. 201-221, 2009.
- MIGUEL, Luis Felipe. *Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o congresso brasileiro*. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, Jun. 2003.
- MIGUEL, Luis Felipe; QUEIROZ, Cristina Monteiro. *Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em Eleições Municipais no Brasil*. Revista Estudos Feministas, v. 14, n. 02, p.363-385, 2006.
- MIGUEL, Luis Felipe. *Democracia e representação: territórios em disputa*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- MILLS, C. Wright. *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- MOSCA, Gaetano. *The Ruling Class*. New York: Mc Graw- Hill, 1939.
- NOVELLINO, M. Sandra. *Análise da (sub) representação política das mulheres no Brasil: as Eleicoes Municipais de 2004 e de 2008*. 2008. Disponível em: <http://www.maismulheresnoperbrasil.com.br/estudos.php>.

OLSON, Mancur. *The Logic of Collective Action: Public Goods and the Theory of Groups*. 2. Ed. Cambridge: Harvard University Press, 1971.

PARETO, Vifredo. *The Mind and Society: a Treatise on General Sociology*. New York: Harcourt; Brace, 1935.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PATEMAN, Carole. *Garantir a cidadania das mulheres- A indiferença e outros obstáculos*. 1990. Disponível em: <http://www.eurozine.com/articles/2011-03-07-pateman-pt.html>. Acessado em Nov. 2012.

PARTIDO DOS TRABALHADORES Disponível em: <http://www.pt.org.br/secretaria/nacional-de-mulheres/> e <http://www.enfpt.org.br/taxonomy/term/121> e <http://secretariademulheres.blogspot.com.br/>. Acessado em: Fev. 2015

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA Disponível em: <http://www.psdb.org.br/mulher/> e <http://static.psdb.org.br/mulher/files/2016/03/publicacao-seminario-215-psdb-mulher.pdf>. Acessado em: Fev. 2015

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO Disponível em: <http://pmdbmulher.org.br/bem-vindo-ao-mulher-em-acao/>. Acessado em: Fev. 2015

PARTIDO DEMOCRATAS Disponível em: <http://www.dem.org.br/noticias/mulher/>. Acessado em: Fev. 2015

PAIVA, Denise; HENRIQUE, Ana Lúcia; SILVA, Gabriela Peixoto Vieira. *Atuação das mulheres no Poder Legislativo federal e Estadual e no Brasil: ainda muito distante da paridade de gênero*. In. *Cadernos Adenauer XIV, n.3 Novas Perspectivas de gênero no século XXI*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2013.

PHILLIPS, Anne. *The politics of presence: the political representation to gender, ethnicity and race*. Oxford: Oxford University Press, 1995.

PINHEIRO, Luana S. *Vozes Femininas na Política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-constituinte*. Brasília: Secretaria Especial de Política para Mulheres (Serie Documentos,) 2007.

PINTO, Céli Regina Jardim *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINTO, Celi Jardim. *As eleições presidenciais de 2010: candidatas mulheres ou mulheres candidatas?*. Publicado em: *Mulheres nas eleições 2010 (org)*. ALVES, José E. D.; PINTO,

Céli R. J.; JORDÃO, Fátima. São Paulo ABCP/ Secretária de Políticas para as mulheres, 2012.

PITKIN, Hanna Fenichel. *Representation*. In Atherton Press, pp.1-21, New York, 1969.

PITKIN, Hanna Fenichel. *The Concept of representation*. Berkeley: University of California Press, 1967.

PRÁ, Jussara Reis. *Eleições e cidadania nota sobre comportamento político de gênero*. In: BAQUERO, Marcello. (Org.). *A lógica do processo eleitoral em tempos modernos: novas perspectivas de análise*. Porto Alegre/Canoas: Editora da Universidade/UFRGS/Centro Educacional La Salle de Ensino Superior, 1997. p. 11-35.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. *Cultura política e gênero no Brasil: estudo exploratório sobre as bases da sub-representação feminina*. In: BAQUERO, Marcello. (Org.). *Cultura(s) política(s) e democracia no século XXI na América Latina*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2011.

RIBEIRO, Pedro Floriano. *Dos sindicatos ao governo*. Organização Nacional do PT de 1980 a 2005. Edufscar, São Carlos, São Paulo, 2010.

RIBEIRO, Pedro Floriano. *El modelo de Partido cartel y el sistema de partidos de Brasil*. Revista de Ciência Política. Santiago, Chile. 2013.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Quem é quem na Constituinte*. Uma análise Sócio – Política dos Partidos e Deputados. São Paulo, Oesp – Maltese, 1987.

SACCHET, Teresa. *Representação política, representação de grupos e políticas de cotas: perspectivas e contendas feministas*. Revista Estudos femininos, V. 20, nº 2, Florianópolis. May/Aug. 2012.

SACCHET, Teresa. *Democracia pela metade: candidaturas e desempenho eleitoral das mulheres*. In. Cadernos Adenauer XIV, n.2 *Candidatos, partidos e coligações nas eleições municipais de 2012*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2013.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES. Campanha “*Mais Mulheres no Poder*. Eu assumo este compromisso”. Ano V, nº 56, Brasília, 2011. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/spmulheres/mulheres-em-pauta/boletins-do-anos-anteriores/boletim-mulheres-em-pauta-ano-v-no-56>. Acessado em: Out. 2014.

SANCHEZ, Salvador Ferrón. *Mujer y Poder Politico la Desigualdad como Norma*. *Aposta, Revista de Ciencias Sociales*. N. 24, 1996. Disponível em <http://www.apostadigital.com/revistav3/hemeroteca/ferrones.pdf> Acesso em: 25 fevereiro de 2013.

SCHUMPETER, Joseph. A. *Capitalism, Socialism and Democracy*. New York: Haper Perennial, 1976.

SOUZA, Sílvia Rita. *A mulher nos espaços de poder político*. In. Cadernos Adenauer XIV, n.3 *Novas Perspectivas de gênero no século XXI*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2013.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). Disponível em: <http://www.tse.gov.br/internet/index.html>. Acesso em: 13 Jan. 2014.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL SANTA CATARINA (TSE - SC). Disponível em: <http://www.tre-sc.jus.br/site/eleicoes/eleicoes-majoritarias-e-proporcionais/> . Acessado em: Jan. 2015.

URBINATI, Nadia. *Representation as Advocacy: a Study of Democratic deliberation*. *Political Theory*, v.28, n.6, 2000.

UOL Eleições. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/politica/politicos-brasil/resultado.htm?dados-cargo-disputado-id=06&ano-eleicao=2014>. Acessado em: Jun 2014.

VAZ, Gislene de Almeida. *A participação da mulher na política brasileira: a lei de cotas*. Monografia- Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento, da Câmara dos Deputados, Brasília, 2008.

WEBER, Max. *A política como vocação*, 1- Edição, Editora Unb, Brasília, 2003.

WRIGHT, Sonia; AZEVEDO, Eulália Lima; SANTANA, Joselita. *As mulheres na disputa para o Senado no processo eleitoral de 2010*. Publicado em: *Mulheres nas eleições 2010 (org)*. ALVES, José E. D.; PINTO, Céli R. J.; JORDÃO, Fátima. São Paulo ABCP/ Secretária de Políticas para as mulheres, 2012.

ANEXO 1

ELEITAS	PARTIDO
ANA CATARINA LYRA ALVES	PMDB
ANA ISABEL MESQUITA DE OLIVEIRA	PMDB
ANDREIA ALMEIDA ZITO DOS SANTOS	PSDB
ANGELA MORAES GUADAGNIN	PT
ANN CLÉLIA DE BARROS PONTES	PMDB
ANTÔNIA MAGALHÃES DA CRUZ	PFL-DEM
APARECIDA MARIA BORGES BEZERRA	PMDB
BRUNA DIAS FURLAN	PSDB
CELCITA ROSA PINHEIRO DA SILVA	PFL-DEM
CLAIR DA FLORA MARTINS	PT
DENISE FROSSARD LOSCHI	PSDB
ELCIONE THEREZINHA ZAHLUTH BARBALHO	PMDB
ERIKA JUCA KOKAY	PT
ESTHER PILLAR GROSSI	PT
FÁTIMA LÚCIA PELAES	PMDB
FRANCISCA DAS CHAGAS DA TRINDADE	PT
IARA BERNARDI	PT
IRINY NICOLAU CORRES LOPES	PT
IRIS DE ARAUJO REZENDE MACHADO	PMDB
JANETE ROCHA PIETÁ	PT
JUSMARI TEREZINHA DE SOUZA OLIVEIRA	PFL-DEM
KÁTIA REGINA DE ABREU	PFL-DEM
LUCIANA KREBS GENRO	PT
LYDIA ARAÚJO QUINAN	PMDB
MARA CRISTINA GABRILLI	PSDB
MARIA APARECIDA DIOGO BRAGA	PT
MARIA AUXILIADORA SEABRA REZENDE	PFL-DEM
MARIA DA CONCEICAO TAVARES	PT
MARIA DALVA DE SOUZA FIGUEIREDO	PT
MARIA DE FATIMA BEZERRA	PT
MARIA DE LOURDES ABADIA	PSDB
MARIA DO CARMO LARA PERPÉTUO	PT
MARIA DO ROSARIO NUNES	PT
MARIA ELVIRA SALLES FERREIRA	PMDB
MARIA JOSÉ DA CONCEIÇÃO MANINHA	PT
MARIA LAURA MONTEZA DE SOUZA CARNEIRO	PFL-DEM
MARIA LAURA SALES PINHEIRO	PT
MARIA LÚCIA CARDOSO	PMDB
MARIA LÚCIA DE MENDONÇA	PMDB
MARIA LUCIA NETTO DOS SANTOS	PMDB
MARIA SUELY SILVA CAMPOS	PFL-DEM

ELEITAS	PARTIDO
MARIA TERESA SAENZ SURITA JUCA	PMDB
MARIA ZILA FROTA BEZERRA DE OLIVEIRA	PMDB
MARILU SEGATTO GUIMARAES	PFL-DEM
MARINHA CÉLIA ROCHA RAUPP DE MATOS	PMDB
MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO	PSDB
NAIR MARIA XAVIER NUNES DE OLIVEIRA LOBO	PMDB
NEYDE APARECIDA DA SILVA	PT
NICE LOBÃO	PFL-DEM
OZANILDA GONDIM VITAL DO REGO	PMDB
RAQUEL FIGUEIREDO ALESSANDRI TEIXEIRA	PSDB
RITA DE CÁSSIA PASTE CAMATA	PMDB
ROSILDA DE FREITAS	PSDB-PMDB
SANDRA MARIA DA ESCOSSIA ROSADO	PMDB
SANDRA MEIRA STARLING	PT
SIMARA NOGUEIRA ELLERY	PMDB
SOLANGE AMARAL	PFL-DEM
SOLANGE PEREIRA DE ALMEIDA	PMDB
TELMA SANDRA AUGUSTO DE SOUZA	PT
TEREZINHA DAS NEVES PEREIRA	PT
THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA	PSDB
VANESSA POYARES TUFFY FELIPPE CUNHA	PSDB
YEDA RORATO CRUSIUS	PSDB
ZELINDA NOVAES E SILVA JARSKE	PFL-DEM
ZULAIE COBRA RIBEIRO	PSDB
ANTONIA ADELAIDE DA ROCHA NERI	PMDB
ALMERINDA FILGUEIRAS DE CARVALHO	PFL-DEM
ANA BORGES NEVES DE ALENCAR	PSDB
ANA MARIA CORSO	PT
ANA MARIA QUINTAS GUERRA DE OLIVEIRA	PT
JOSEFA SANTOS CUNHA	PSDB
DALILA FIGUEIREDO	PSDB
ELIANE PONTES ROLIM	PT
EMILIA THEREZINHA XAVIER FERNANDES	PT
GISELA ROMARIZ SEQUEIRA	PSDB
JOANA D'ARC	PT
MARCIVANIA DO SOCORRO DA ROCHA FLEXA	PT
MARIA DAS DORES BRAGA NUNES	PFL-DEM
MARIANGELA DE ARAÚJO GAMA DUARTE	PT
MARINA PIGNATARO SANTANNA	PT
NILMAR GAVINO RUIZ	PFL-DEM
ODAISA FERNANDES FERREIRA	PSDB
REGINA AMÉLIA D` ALENCAR	PMDB
SELMA MARIA SCHONS	PT

ELEITAS	PARTIDO
THAÍS BERGO DUARTE BARBOSA	PMDB
MARTA SUPPLY	PT
LUCI TEREZINHA CHOINACKI	PT
LÚCIA VÂNIA ABRÃO COSTA	PSDB

ANEXO 2

DEM-PFL	PSDB
PAUDERNEY TOMAZ AVELINO	MARCIO MIGUEL BITTAR
DAVID SAMUEL ALCOLUMBRE TOBELEM	RUI SOARES PALMEIRA
CLAUDIO CAJADO SAMPAIO	LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS JUNIOR
ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHAES NETO	JUTAHY MAGALHÃES JÚNIOR
JOSÉ NUNES SOARES	ANTONIO JOSE IMBASSAHY DA SILVA
FERNANDO DANTAS TORRES	RAIMUNDO GOMES DE MATOS
FABIO LOUREIRO SOUTO	MANOEL SALVIANO SOBRINHO
PAULO SÉRGIO PARANHOS DE MAGALHÃES	CESAR ROBERTO COLNAGHI
RONALDO RAMOS CAIADO	LEONARDO MOURA VILELA
VILMAR DA SILVA ROCHA	JOAO CAMPOS DE ARAUJO
HEULER ABREU CRUVINEL	CARLOS ALBERTO LEREIA DA SILVA
MARCOS MONTES CORDEIRO	CARLOS ORLEANS BRANDAO JUNIOR
LAEL VIEIRA VARELLA	JOSE ELEONILDO SOARES
CARLOS DO CARMO ANDRADE MELLES	HELIO BATISTA DOS SANTOS
LUIZ HENRIQUE MANDETTA	PAULO ABI ACKEL
JULIO JOSE DE CAMPOS	EDUARDO LUIZ BARROS BARBOSA
JOAQUIM DE LIRA MAIA	NARCIO RODRIGUES DA SILVEIRA
EFRAIM DE ARAUJO MORAIS FILHO	CARLAILE DE JESUS PEDROSA
JOSÉ MENDONÇA BEZERRA FILHO	RODRIGO BATISTA DE CASTRO
AUGUSTO RODRIGUES COUTINHO DE MELO	EDUARDO BRANDÃO DE AZEREDO
JULIO CESAR DE CARVALHO LIMA	MARCUS VINÍCIUS CAETANO PESTANA DA SILVA
HUGO NAPOLEÃO DO REGO NETO	DOMINGOS SÁVIO CAMPOS RESENDE
EDUARDO FRANCISCO SCIARRA	REINALDO AZAMBUJA SILVA
ABELARDO LUIZ LUPION MELLO	NILSON APARECIDO LEITÃO
RODRIGO FELINTO IBARRA EPITACIO MAIA	NILSON PINTO DE OLIVEIRA
AROLDE DE OLIVEIRA	ZENALDO RODRIGUES COUTINHO JUNIOR
FELIPE CATALAO MAIA	WANDENKOLK PASTEUR GONCALVES
CARLOS ALBERTO DE SOUSA ROSADO	RUY MANOEL CARNEIRO BARBOSA DE ACA BELCHIOR
PAULO CESAR JUSTO QUARTIERO	ROMERO RODRIGUES VEIGA
ONYX DORNELLES LORENZONI	SEVERINO SERGIO ESTELITA GUERRA

ONOFRE SANTO AGOSTINI	BRUNO CAVALCANTI DE ARAUJO
JOÃO RODRIGUES	FERNANDO DESTITO FRANCISCHINI
PAULO ROBERTO BARRETO BORNHAUSEN	JACOB ALFREDO STOFFELS KAEFER
JOSÉ DE ARAÚJO MENDONÇA SOBRINHO	LUIZ CARLOS JORGE HAULY
ADRIANO ELI CORREA	OTAVIO SANTOS SILVA LEITE
JORGE TADEU MUDALEN	HERBSON JAIRO RIBEIRO BANTIM
RODRIGO GARCIA	NELSON MARCHEZAN JUNIOR
JUNJI ABE	MARCO ANTONIO TEBALDI
GUILHERME CAMPOS JUNIOR	JORGINHO DOS SANTOS MELLO
ALEXANDRE LEITE DA SILVA	WILLIAM DIB
IRAJA SILVESTRE FILHO	ANTONIO CARLOS DE MENDES THAME
	JOSÉ RICARDO ALVARENGA TRIPOLI
	LUIZ FERNANDO ARANTES MACHADO
	JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO
	JOSÉ CARLOS VAZ DE LIMA
	JOSÉ ANIBAL PERES DE PONTES
	ANTONIO DUARTE NOGUEIRA JUNIOR
	EMANUEL FERNANDES
	EDSON APARECIDO DOS SANTOS
	CARLOS HENRIQUE FOCESI SAMPAIO
	CARLOS EDUARDO TORRES GOMES
PMDB	PT
FLAVIANO FLAVIO BAPTISTA DE MELO	SEBASTIAO SIBA MACHADO OLIVEIRA
JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO	TAUMATURGO LIMA CORDEIRO
JOAQUIM BELTRÃO SIQUEIRA	FRANCISCO EDINALDO PRACIANO
ATILA SIDNEY LINS DE ALBUQUERQUE	JOSIAS GOMES DA SILVA
ARTHUR DE OLIVEIRA MAIA DA SILVA	NELSON VICENTE PORTELA PELLEGRINO
LUCIO QUADROS VIEIRA LIMA	AFONSO BANDEIRA FLORENCE
RAIMUNDO ANTONIO DE MACEDO	VALMIR CARLOS DA ASSUNÇÃO
CARLOS MAURO CABRAL BENEVIDES	JOSÉ EDUARDO VIEIRA RIBEIRO
ANIBAL FERREIRA GOMES	GERALDO SIMÕES DE OLIVEIRA
GENECIAS MATEUS NORONHA	WALDENOR ALVES PEREIRA FILHO
FRANCISCO DANILO BASTOS FORTE	RUI COSTA DOS SANTOS
LUIZ CARLOS PIETSCHMANN	LUIZ ALBERTO SILVA DOS SANTOS
WELINGTON COIMBRA	AMAURI SANTOS TEIXEIRA

PEDRO PINHEIRO CHAVES	ANTÔNIO EUDES XAVIER
LEANDRO VILELA VELLOSO	JOSÉ AIRTON FELIX CIRILO DA SILVA
THIAGO MELLO PEIXOTO DA SILVEIRA	JOSÉ NOBRE GUIMARÃES
GASTÃO DIAS VIEIRA	ARTUR JOSÉ VIEIRA BRUNO
LUCIANO FERNANDES MOREIRA	PAULO TADEU VALE DA SILVA
JOSE ALBERTO OLIVEIRA FILHO	GERALDO MAGELA PEREIRA
SÉTIMO WAQUIM	RUBENS OTONI GOMIDE
PEDRO NOVAIS LIMA	DOMINGOS FRANCISCO DUTRA FILHO
ANTÔNIO EUSTÁQUIO ANDRADE FERREIRA	JOAO CARLOS SIQUEIRA
NEWTON CARDOSO	MIGUEL CORREA DA SILVA JÚNIOR
MAURO RIBEIRO LOPES	GILMAR ALVES MACHADO
PAULO PIAU NOGUEIRA	WELITON FERNANDES PRADO
JOSE SARAIVA FELIPE	GABRIEL MOREIRA DE ANDRADE
JOAO LUCIO MAGALHAES BIFANO	ODAIR JOSE DA CUNHA
LEONARDO LEMOS BARROS QUINTAO	REGINALDO LÁZARO DE OLIVEIRA LOPES
FABIO RICARDO TRAD	JOSE LEONARDO COSTA MONTEIRO
GERALDO RESENDE PEREIRA	ANTONIO CARLOS BIFFI
MARÇAL GONÇALVES LEITE FILHO	VANDER LUIZ DOS SANTOS LOUBET
CARLOS GOMES BEZERRA	JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA FARO
WLADIMIR AFONSO DA COSTA RABELO	JOSE GERALDO TORRES DA SILVA
ASDRUBAL MENDES BENTES	CLAUDIO ALBERTO CASTELO BRANCO PUTY
JOSE BENITO PRIANTE JUNIOR	ESMERINO NERI BATISTA FILHO
BENJAMIM GOMES MARANHÃO NETO	LUIZ ALBUQUERQUE COUTO
MANOEL ALVES DA SILVA JUNIOR	FERNANDO DANTAS FERRO
JOSE WILSON SANTIAGO FILHO	MAURICIO RANDES COELHO BARROS
HUGO MOTTA WANDERLEY DA NOBREGA	JOAO PAULO LIMA E SILVA
RAUL JEAN LOUIS HENRY JUNIOR	PEDRO EUGENIO DE CASTRO TOLEDO CABRAL
MARLLOS ROSSANO RIBEIRO GONÇALVES DE SAMPAIO	FRANCISCO DE ASSIS CARVALHO GONÇALVES
MARCELO COSTA E CASTRO	JESUS RODRIGUES ALVES
OSMAR JOSÉ SERRAGLIO	ANDRE LUIZ VARGAS ILARIO
HERMES PARCIANELLO	JOSE CARLOS BECKER DE OLIVEIRA E SILVA
JOÃO JOSÉ DE ARRUDA JUNIOR	ANGELO CARLOS VANHONI
MOACIR MICHELETTO	ASSIS MIGUEL DO COUTO
ANDRÉ ZACHAROW	FLORISVALDO FIER
REINHOLD STEPHANES	ALESSANDRO LUCCIOLA MOLON

PEDRO PAULO CARVALHO TEIXEIRA	LUIZ SERGIO NOBREGA DE OLIVEIRA
RODRIGO BETHLEM FERNANDES	EDSON SANTOS
ADRIAN MUSSI RAMOS	JORGE RICARDO BITTAR
LEONARDO CARNEIRO MONTEIRO PICCIANI	MARITON BENEDITO DE HOLANDA
WASHINGTON REIS DE OLIVEIRA	PAULO ROBERTO SEVERO PIMENTA
ALEXANDRE JOSE DOS SANTOS	RONALDO MIRO ZULKE
EDUARDO COSENTINO DA CUNHA	DIONILSO MATEUS MARCON
EDSON EZEQUIEL DE MATOS	GILBERTO JOSE SPIER VARGAS
HENRIQUE EDUARDO LYRA ALVES	MARCO AURELIO SPALL MAIA
NATAN DONADON	HENRIQUE FONTANA JÚNIOR
EDIO VIEIRA LOPES	ELVINO JOSÉ BOHN GASS
DARCÍSIO PAULO PERONDI	DÉCIO NERY DE LIMA
OSMAR GASPARINI TERRA	JORGE CATARINO LEONARDELI BOEIRA
JORGE ALBERTO PORTANOVA MENDES RIBEIRO FILHO	PEDRO FRANCISCO UCZAI
ALCEU MOREIRA DA SILVA	ROGERIO CARVALHO SANTOS
EDSON BEZ DE OLIVEIRA	MARCIO COSTA MACEDO
ROGÉRIO MENDONÇA	NEWTON LIMA NETO
CELSO MALDANER	JOÃO PAULO CUNHA
MAURO MARIANI	CANDIDO ELPIDIO DE SOUZA VACCAREZZA
RONALDO JOSÉ BENEDET	VICENTE CANDIDO DA SILVA
JOSÉ ALMEIDA LIMA	CARLOS ALBERTO ROLIM ZARATTINI
EDSON EDINHO COELHO ARAUJO	RICARDO JOSE RIBEIRO BERZOINI
RAIMUNDO COIMBRA JÚNIOR	ARLINDO CHIGNALIA JUNIOR
	DEVANIR RIBEIRO
	JOSÉ DE FILIPPI JÚNIOR
	VICENTE PAULO DA SILVA
	JILMAR AUGUSTINHO TATTO
	CARLOS JOSE DE ALMEIDA
	LUIZ PAULO TEIXEIRA FERREIRA
	JOSÉ MENTOR GUILHERME DE MELLO NETTO